

SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO

SÉRIE
CIDADANIA
E POLÍTICA

5



oficina municipal
escola de cidadania e gestão pública

KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL **LÚCIA AVELAR** | MOVIMENTOS POLÍTICOS E
SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS **MARIA DA GLÓRIA COHN** | RELAÇÃO
DOS ATORES SOCIAIS, POLÍTICOS TRADICIONAIS, NOVOS MOVIMENTOS E
REDES SOCIAIS: CONFLITOS OU COMPLEMENTAÇÃO? **WALTER TESCH** |
IMPrensa E REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA **IURI
PITTA** | MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS DINÂMICAS
ELEITORAIS **LÍGIA DE MORAIS OLIVEIRA** **ROBERTO GONDO MACEDO**

Sociedade Civil e Participação

Participação Social no Brasil

Lúcia Avelar

Movimentos Políticos e Sociais Contemporâneos

Maria da Glória Gohn

Relação dos Atores Sociais, Políticos Tradicionais, Novos Movimentos e Redes Sociais: Conflitos ou Complementação?

Walter Tesch

Imprensa e Redes Sociais na Formação da Opinião Pública

Iuri Pitta

Movimentos de Renovação e seus Impactos nas Dinâmicas Eleitorais

Lígia de Moraes Oliveira

Roberto Gondo Macedo



SÉRIE

CIDADANIA E POLÍTICA

5



TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS:
OFICINA MUNICIPAL
Rua Padre Garcia Velho, 73 – Cj. 61 e 64 – Pinheiros
CEP: 05420-030 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 3032-4330 – info@oficinamunicipal.org.br
www.oficinamunicipal.org.br

Editor Responsável

José Mário Brasiliense Carneiro

Organizadores

José Mario Brasiliense Carneiro
Gustavo Adolfo Pedrosa Daltro Santos
Raphael Borella
Eder dos Santos Brito

Revisão

Paulo Kaiser

Projeto gráfico, diagramação e capa

studiobepea.com

ISBN DA SÉRIE CIDADANIA E POLÍTICA

Prefixo Editorial: 89739
Número ISBN: 978-85-89739-07-8
Título: Cidadania e política
Tipo de Suporte: PAPEL

Apresentação

A Oficina Municipal, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer, lança agora este livro *Sociedade Civil e Participação*, um novo volume da *Série Cidadania e Política*, em sua segunda edição. Esta Série tem como objetivo contribuir com a formação política e com a efetiva participação dos cidadãos nas instâncias democráticas, em especial, em nível Municipal. Na primeira edição da série Cidadania e Política, os temas relativos ao papel da sociedade civil e das organizações representativas que participam da vida política estavam presentes de modo disperso, como detalhes dentre os temas centrais tratados em cada volume.

Mais do que isso, ao rever os conteúdos da Série notamos que a ênfase dos artigos estava muito centrada nas instituições do Estado e no seu funcionamento normativo e burocrático. Por isso, nesta segunda edição, revisada e ampliada, o tema da vida comunitária e societária ganhou um volume próprio corroborando o princípio da subsidiariedade. Na perspectiva do ensino social cristão este princípio nos diz que tudo o que pode ser feito pela sociedade civil não deve ser assumido pelo Estado. E quando o Estado entra em cena, tudo que pode ser feito por uma esfera menor, ou inferior, de governo não deve ser assumido por uma esfera maior ou superior.

Na mesma linha de princípio, no plano da filosofia fenomenológica, na visão de Edith Stein, uma autora que se tornou uma referência para Oficina Municipal, a vida do Estado se apoia na realidade das comunidades fundamentais de amigos, familiares e pessoas que compartilham valores e crenças comuns. Da mesma forma, as associações

civis representativas constituem o que podemos chamar de grupos intermediários entre a sociedade e o Estado que exercem um papel fundamental para organização da vida social e política. Em suma, queremos com este volume destacar a importância que têm essas instituições que, a sua maneira, integram a arquitetura institucional do Estado e constituem o que Stein chama da “Comunidade Estatal”.

Estamos convictos que as democracias modernas estão buscando compreender e valorizar cada vez mais a sociedade civil em favor de uma vida política justa e humana. Para colaborar com estes esforços esta obra procurou abraçar a diversidade das instâncias de participação e dedicar cada capítulo a um tipo ou perfil institucional. O primeiro artigo, de autoria de Lúcia Avelar, reflete sobre a evolução histórica do conceito de participação social e nos traz um saboroso e amplo resgate dos movimentos de participação no Brasil. Tendo este artigo como pano de fundo, a cada capítulo os autores retomam aspectos institucionais de movimentos específicos.

O segundo artigo, de Maria da Glória Cohn, apresenta os movimentos políticos e sociais do Brasil contemporâneo, partindo dos movimentos sociais no contexto da luta pela democracia até o presente momento. Cohn retrata também as recentes transformações da ação política decorrentes do uso das redes sociais mostrando como se multiplicaram os nichos de interesse e de posições políticas defendidas em um mundo virtual aparentemente sem limites. Em seguida, Walter Tesch reflete sobre os atores sociais inovadores que operam em favor de mudanças para atender o bem comum, mas se defrontam com uma diversidade de causas e movimentos sociais impulsados pelas redes digitais. Como resposta Tesch aponta para as comunidades locais onde a sabedoria do cidadão é resiliente frente aos eventos extremos, as ondas de violência e as *fake news*. Caminhando para

conclusão do livro, Iuri Pitta escreve sobre o papel fundamental, e cada vez mais decisivo, das mídias tradicionais *vis a vis* às redes sociais. Pitta fala de uma nova era na democracia apoiada na massificação dos *smartphones* e na quase universalização da produção e difusão de conteúdo antes restritos ao jornalismo. Por fim, Lígia de Moraes e Roberto Gondo versaram sobre os movimentos de formação e renovação da política que têm se esforçado em criar uma geração de líderes políticos capazes de atender às exigências de uma sociedade com perfil marcadamente consumista e exigente no que se refere às entregas dos serviços públicos.

Cabe a nós concluir esta breve apresentação com um profundo agradecimento aos autores e autoras, já nominadas, por este belo conjunto de artigos. É também oportuno reconhecer o excelente trabalho da equipe editorial que tornou possível esta segunda edição, revisada e ampliada, da *Série Cidadania e Política* nas pessoas de Raphael Borella, Eder Brito, Gustavo Adolfo Santos, Lidianne Souza Santos, Sophia Veronesi, Olívia Dórea e Ana Luisa Scudeler Martino. Vale destacar o belo esforço que este grupo de colegas e amigos fizeram ao redesenhar a sequência de temas de cada um dos volumes e revisar o excelente material recebido dos autores para garantir coesão, unidade e harmonia ao conjunto da obra.

Por fim, mas não menos importante, agradecemos o apoio da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS) que, há mais de duas décadas, tem viabilizado a oferta de cursos e a edição de livros numa estreita parceria institucional com a Oficina Municipal. Vale mencionar que, desde 2020, graças a este precioso apoio da KAS, a Oficina Municipal adentrou com coragem no mundo online e, a cada ano, cerca de quatro mil pessoas têm acessado os conteúdos produzidos por esta fecunda parceria. A cooperação

permanente com os colegas da KAS-Brasil, sediada no Rio de Janeiro, tem produzido sinergias nos campos editorial, científico e administrativo, fundamentais para os progressos da Oficina Municipal (OM). Enfim, são incontáveis os impactos positivos da atuação dos cidadãos, políticos e gestores públicos municipais que passam pelos nossos Programas e constituem, juntamente com nossos professores, esta bela história da família OM-KAS.

Esperamos que a leitura destes artigos possa servir como um estímulo para reflexão permanente e aprofundada sobre a política e, sobretudo, possa impulsionar a participação democrática dos nossos leitores e leitoras nas instâncias da vida social e política que nos rodeiam.

Setembro de 2024

José Mario Brasiliense Carneiro
Fundador da Oficina Municipal

Sumário

Participação Social no Brasil Lúcia Avelar	09
Movimentos Políticos e Sociais Contemporâneos Maria da Glória Gohn	29
Relação dos Atores Sociais, Políticos Tradicionais, Novos Movimentos e Redes Sociais: Conflitos ou Complementação? Walter Tesch	63
Imprensa e Redes Sociais na Formação da Opinião Pública Iuri Pitta	87
Movimentos de Renovação e seus Impactos nas Dinâmicas Eleitorais Lígia de Moraes Oliveira Roberto Gondo Macedo	109

Participação Social no Brasil*

Lúcia Avelar¹

Na última década, as pesquisas sobre a emergência das instituições participativas no Brasil tornaram evidentes a constituição de novos locais de intermediação entre as massas e a elite, criando novas formas de representação para além dos partidos políticos (Wampler, 2011). Se os anos 1950 e 1960 foram marcados por movimentos ligados às classes populares e caracterizados por uma visão emancipatória, após a Constituição de 1988 aqueles atores assumiram outros discursos, como aquele dos direitos humanos, e uma forma participação chamada de *cidadã* (Gurza-Lavalle, 2011). Para muitos analistas, o cenário democrático/participativo que se tem é singular e, como possível decorrência, é maior a cobrança da população quanto aos destinos dos recursos públicos. Nas palavras de Gurza-Lavalle (2011):

o Brasil é referência de ponta de inovação democrática no mundo, e se formos capazes de diminuir o descompasso entre a riqueza das experiências participativas e o nosso conhecimento sobre seus efeitos, as pesquisas realizadas aqui se tornarão referência de ponta mundo afora.

*Artigo produzido em 2021

1. Doutora em Ciência Política pela PUC -SP (1985), com mestrado em Ciência Política pela mesma instituição (1981) e graduação em Sociologia e Política pela UFMG (1966). Realizou estágio de pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Yale University, financiado pelo CNPq/Fulbright (1990-1991). Foi professora titular no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (1997-2012) e diretora do mesmo instituto. Atuou como professora assistente doutora na Universidade Estadual de Campinas (1985-1997). Entre suas atribuições, coordenou pesquisas para o governo do estado de São Paulo e para o Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa (CEBRAP), além de integrar equipes de estudos pré-eleitorais e sobre democracia, participação política, gênero e política. Foi também bolsista Fernand Braudel no European University Institute, membro do Comitê Acadêmico de Ciência Política do CNPq e pesquisadora do projeto "50 anos de feminismo: Brasil, Argentina e Chile" na USP

A presente discussão tem como objetivo problematizar as relações entre ética e democracia, participação e compromisso, a partir deste cenário de construção recente. O desenvolvimento das instituições participativas no Brasil, particularmente na década de 1990, criou um conjunto de expectativas em relação à possibilidade de efeitos distributivos das políticas governamentais, com apelos de maior transparência. As novas instituições participativas, críticas ao sistema representativo tradicional, ampliaram os canais de representação além do modelo eleitoral, criando alternativas de mediação entre a sociedade e o Estado. A população de baixa renda, até então excluída da representação, acabou sendo envolvida em uma multiplicidade de práticas participativas com o objetivo de influenciar mudanças nos tipos de políticas públicas implementadas pelos governos, melhorias de bem-estar e mudanças no conteúdo e formas de deliberação pública (Wampler, 2011). Tal dinâmica, com efeitos democratizantes, embora ainda com poucas análises dos seus resultados, modificou o cenário das atividades democráticas no país, por meio do compromisso participativo/associativo/representativo.²

É tal dinâmica que se reflete na relação entre ética e democracia, participação e compromisso. Se há maior representatividade por meio das diferentes práticas participativas, a agenda pública fica mais influenciada pelos representantes da sociedade e não apenas por aqueles alçados à representação pela via eleitoral. Para desenvolver o argumento, o texto será desenvolvido do seguinte modo: 1. uma discussão sobre as concepções de democracia que dê conta da compreensão da expansão democrática no Brasil contemporâneo; 2. um olhar sobre o deslocamento conceitual e empírico da representação política diante da pluralização da representação com redes de organizações da sociedade civil coexistindo com os atores tradicionais; 3. um cenário das instâncias parti-

2. *Instâncias participativas é como são chamados os diferentes modelos e espaços participativos encontrados no país. Trata-se de formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas públicas sociais.*

cipativas/representativas, que consolidaram os modelos da democracia participativa, deliberativa e associativa; 4. o debate sobre a efetividade da governança participativa e as perspectivas de seus efeitos distributivos para o aperfeiçoamento do compromisso ético redistributivo.

Democracia, participação, deliberação e associativismo

Na medida em que a democracia representativa mediada pelos partidos políticos e centrada nas eleições foi sendo contestada pelos novos atores participativos, outras concepções tomaram conta do debate, ampliando o cânone democrático. Em alguns países, a ênfase nas práticas democráticas eleitorais é o centro do que se concebe como democracia. Em outros, os aspectos participativo e deliberativo são tão importantes quanto o eleitoral, e o resultado foi a ampliação do conceito de representação de modo a dar conta daquela realidade. No âmago do debate está o questionamento da democracia liberal.

Os proponentes da democracia liberal, também chamada de minimalista ou procedimental, defendem a ideia de que a democracia é um método para a escolha dos governantes, e a competição eleitoral mediada pelos partidos para a seleção dos líderes políticos é o elemento central das práticas democráticas (Schumpeter, 1961; Plokke, 1997). As eleições têm similaridade com as atividades do mercado, porque tanto o mercado quanto o sistema político têm como objetivo satisfazer os interesses e preferências da população. Ao escolher seus candidatos, os eleitores estão selecionando diretrizes e programas que correspondem à sua expectativa de melhoria do seu bem-estar. Tal concepção valoriza a liberdade de escolha individual, sem levar em conta as limitações impostas pelos partidos e elites partidárias.

Tal concepção foi firmada em 1942, quando a democracia encontrava-se em situação de baixo prestígio e os regimes totalitários avançavam, sendo então necessário pregar a “liberdade de competição” como um valor

inestimável para se contrapor à concentração de poder e controle das políticas econômicas dos países comunistas. Os seus críticos, à época da Guerra Fria, seriam vistos como favoráveis ao mundo soviético, razão pela qual a adesão à concepção de Schumpeter e seus seguidores tornou-se imperativa (Plotke, 1997; Pizzorno, 2002). Ao final do conflito é que se tornaram correntes as mudanças nos termos do debate, com críticas aos limites do sistema representativo decorrente unicamente do processo eleitoral, já que a democracia não deve ser reduzida apenas ao momento da escolha dos representantes políticos. Afinal, a democracia deve ser entendida como o exercício constante dos indivíduos nas atividades políticas. A eleição é apenas um de seus momentos.

Outras concepções de democracia se somaram às anteriores. Novos representantes auto-autorizados vieram juntos com a democracia participativa, democracia deliberativa e associativa (Avritzer, 2012; Lüchmann, 2012). A terminologia varia entre autores, mas o que se quer dizer é que as contribuições à democracia vêm de realidades diferentes e que todas elas exercem efeitos democratizantes, variando apenas os espaços institucionais em que ocorrem. O principal argumento para a sustentação desses modelos de democracia é que, não fosse a existência de espaços participativos e associativos, a insatisfação com as democracias contemporâneas seria ainda muito maior, pois, se cresce o número de países democráticos, aumenta também o desencanto com as democracias reais.

Um grupo de estudiosos liderados por Pharr e Putnam (2000) chamou o fenômeno de *disaffected democracies*³ Na publicação que levou o mesmo nome, os diferentes autores ali reunidos apontaram para o fato de que a população está desacreditada dos partidos, não mais os vê como defensores dos interesses públicos, razão pela qual outras formas de participação política se tor-

3. A expressão *disaffected democracy* é de difícil tradução em português. Podem os considerar que estamos diante da redução de satisfação com as democracias existentes. No geral, os eleitores não se veem representados, porque entendem que os políticos não privilegiam os interesses das coletividades.

naram mais efetivas, como mostravam os inúmeros universos de organizações civis, configurando o fenômeno da diferenciação democrática. Primeiro, os estudos focavam os movimentos sociais; depois, toda a gama de organizações coletivas com o fim de influenciar governos, embora pouco se soubesse o quanto elas afetavam substantivamente a política e as formas de governar (Wampler, 2011). A cartelização dos partidos, a proliferação dos escândalos com as elites partidárias e a arrogância das elites distanciaram os partidos dos cidadãos, e estes procuraram outros canais por meio dos quais pudessem manifestar suas demandas e sanções aos representantes irresponsáveis (Kitschelt, 2000).⁴ Em publicação recente, Wampler (2011) ameniza o papel limitado dos partidos políticos afirmando que seu efeito perverso sobre a democracia deve ser redimido diante da emergência das instituições participativas enquanto locus de mediação entre massas e elite.

A *democracia participativa*, como o próprio nome indica, carrega em seu núcleo central a categoria *participação*. De modo geral, ela é entendida como a ação coletiva de indivíduos organizados em grupos com focos coletivos de interesses e solidariedade entre seus membros. Ela se refere a uma multiplicidade de organizações da sociedade civil difícil de ser mapeada empiricamente, tais como os movimentos sociais e comunitários, as organizações não governamentais, as redes aglutinadoras dos movimentos e das ONGs, as mídias sociais, enfim, uma multiplicidade de atores que reivindicam resposta política para suas diferentes áreas, com autonomia em relação às mediações políticas tradicionais. Em suas ações, tais grupos ampliam outras formas de representação além daquelas instituídas pelo mecanismo da representação pela via eleitoral, alargando o universo do envolvimento político. Uma característica desses grupos é a horizontalidade de participação entre seus membros,

4. Impossível apontar esse mosaico de manifestações públicas em todo o mundo, desde os movimentos do OCCUPY em inúmeros países às diferentes formas de participação direta que cada vez mais tomam conta do espaço público.

com fortes críticas à hierarquia dos poderes institucionalizados, como é o caso dos partidos políticos. Seu alvo por excelência é influenciar a agenda e controlar a implementação das políticas públicas.

Na maioria dos estudos sobre as instituições participativas, ressalta-se a carga normativa da categoria participação e seus efeitos benéficos: melhorar a compreensão da complexidade da vida política, incrementar o civismo apoiando as ações do Estado nas políticas de bem-estar e entender políticas públicas como um bem coletivo que pode melhorar a qualidade da democracia. Além disso, contribui, para a formação de confiança interpessoal, uma dimensão fundamental quando se espera que os grupos produzam resultados positivos para a coletividade. No caso brasileiro, a autoridade imputada a algumas instâncias participativas, como os conselhos gestores de políticas públicas, pode reorientar as prioridades do gasto público (Vargas Corte, 2011; Gurza-Lavalle, 2011). Contudo, sabemos que não se pode esperar todo esse conjunto de virtudes do âmbito da participação. Seus limites devem ser observados e questionados, para o próprio avanço da democracia.

As formas de deliberação nos grupos participativos mudaram, pois seus membros cultivam certa horizontalidade nas decisões no lugar de hierarquias. No centro dessas atividades, encontramos os princípios da *democracia deliberativa*, na comunicação política, nas decisões que se tomam no debate público, sempre baseadas no melhor argumento e na razão. Em sua prática, supõe-se que há similaridade de recursos cognitivos entre os debatedores, de modo que a decisão final seja o produto do melhor argumento. Nas palavras de Habermas, um dos seus principais teóricos, “a deliberação deverá ser baseada na racionalidade comunicativa, por meio de uma troca de opiniões baseada na razão”. Assim compreendida, é como que deveria ocorrer nos partidos políticos, nos parlamentos, no jornalismo público, no ciberespaço, na esfera pública, nos movimentos sociais etc. (Della Porta & Diani, 1999).

Tal como veremos adiante, nas variadas esferas das instituições participativas a deliberação ganhou contornos especiais, conforme a área dos movimentos, dos conselhos, das conferências, do orçamento participativo. Sem idealizar tal recurso, pois sempre ocorre tensões no debate público, o avanço democrático é inegável. Apenas para exemplificar, as decisões nos *conselhos de saúde*, com representantes da mesma área, são precedidas de debates, esclarecimentos técnicos e políticos, ampliando o conhecimento dos recursos disponíveis. Em suma, a deliberação é mais uma das atividades políticas que são parte do ideário da participação (Cohen & Rogers, 1995).

O associativismo se destaca dos modelos anteriores configurando o que se chama de *democracia associativa*. Ela pode ser definida como um modelo de democracia participativa, no qual o ideal de autogoverno é preenchido pelos grupos e associações. Assim a pesquisadora Lüchmann (2012, p. 67), citando Elstub (2008), define este tipo de atividade democrática mostrando como as associações assumem um papel político central na ampliação da democracia. Nessa vertente, destaca-se o papel de organizações abrangentes, como os sindicatos e associações profissionais, federações. Como associações secundárias, os movimentos sociais e comunitários. Warren (apud Lüchmann, 2012) ressalta duas dimensões do associativismo e centrais no pensamento de Tocqueville: a) a relativa igualdade social entre os participantes; e b) o caráter de voluntariedade que estimula relações consensuais e que pode alterar a sensibilidade ética dos integrantes.

As associações, presentes nos conselhos gestores de políticas públicas (Cohen & Rogers, 1995; Lüchmann, 2012), por exemplo, desempenham importantes funções por estarem diretamente envolvidas com a realidade em que estão inseridas: produzem informações imprescindíveis para as deliberações e decisões políticas; oferecem oportunidade de representação para os indivíduos e setores de menores recursos simbólicos e que são excluídos da representação pela via eleitoral;

são verdadeiras escolas de democracia ao elaborar e promover a compreensão dos problemas que afetam diretamente os cidadãos. Além disso, as associações desempenham hoje o papel de governança alternativa em cogestão com o Estado, tal como no caso dos conselhos gestores, quando dividem a representação com os atores estatais. É claro que, para desempenhar tais funções, nem todas as associações atendem aos critérios desejáveis, o que limita o número das associações para tais objetivos.

Em suma, esses três modelos de democracia são parte do cenário de inovação democrática que se tem hoje no Brasil. Diante de tal realidade, tornou-se imperativo compreender a mudança do conceito de *representação política*. A dicotomia participação e representação não fazia mais sentido, ao se constatar que há representação nas práticas participativas e associativas. A seguir apresentamos quais os antecedentes do deslocamento conceitual da noção de *representação*.

Nas últimas três décadas, os críticos da democracia liberal debatiam o fato de que dificilmente as escolhas de representantes pela via eleitoral correspondem à realização da “vontade geral”. Se nos reportarmos à história da democracia, desde o seu início, não são os grandes proprietários e os detentores de informação os que ocupam a cena pública (Pizzorno, 2002)? E como ficam os grupos destituídos de tais recursos em contextos de grande desigualdade social? O processo eleitoral não reproduz a desigualdade política decorrente da desigualdade social (Young, 2006)?

Quando veio à tona a pluralidade de grupos que emergiram pela via organizacional, como as comunidades de base, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, esta emergência não teria como principal motivador o fato de que as instituições eleitorais não respondiam às suas demandas? Diante da evidência da continuidade e reprodução de poder pelos eleitos, dificultando a substituição das elites que no geral controlam os mecanismos eleitorais e partidários, a saída foi

encontrar outras alternativas para o fenômeno da baixa representatividade.⁵

Pitkin (1967), uma expoente do estudo da representação política, assegura que, com o tempo, as formas e práticas da representação mudaram substancialmente. Ela mostra que, no início, o termo ganhou força com Hobbes, especialmente no *Leviathan*, quando se firmou a ideia de um representante como alguém que recebe autoridade para agir por outro. Em sua análise, a elaboração do conceito acompanharia as revoluções democráticas até o final do século XIX. Pitkin analisou o desenvolvimento conceitual passando por Burke, entre outros, e, com os Federalistas, nos Estados Unidos. Anos depois, por ocasião da publicação do seu livro em espanhol, a autora questiona: as instituições representativas podem trair em lugar de servir à democracia (Pitkin, 1985)?

Irrigando o debate, Urbinati e Warren (2008) perguntavam: por que o crescente interesse dos teóricos sobre o problema da representação política? Não seria porque a representação eleitoral se via agora competindo com novas e informais maneiras de representação? E o que dizer da injustiça da representação eleitoral, particularmente para as minorias e as mulheres? Não estaríamos diante de um novo consenso de que participação e representação são formas complementares de cidadania? Assim, em interlocução com Pitkin, Urbinati e Warren (2008) perguntam: será que as práticas de representação democrática não vão além da via eleitoral? Não seria este um fenômeno que testemunha a expansão da pluralização dos espaços de julgamento político nas democracias contemporâneas? Os representantes auto-autorizados não são novos, novas são sua extensão e sua diversidade. Outras coletividades representativas procuram influenciar não apenas governos, mas também os discursos públicos e a cultura.

Iris Marion Young (2006) discute, seguindo os passos de Pitkin (1967), que a autorização eleitoral é impor-

5. Nas manifestações ocorridas em junho de 2013, o coro geral foi “eles, os políticos, não nos representam”.

tante e que as eleições são o meio óbvio de autorizar os representantes e reautorizá-los pela reeleição. Se os grupos não representados encontram-se excluídos da representação ou estão sub-representados, temos aí a injustiça da desigualdade política que tende a reproduzir a desigualdade social.

A literatura produzida no Brasil avançou com base nas pesquisas sobre as novas instâncias de mediação, afirmando que a representação política também está sendo realizada pelas organizações civis. O avanço da participação popular que se viu nas décadas anteriores, tanto no ativismo dos anos 1950 e 1960 quanto na resistência à ditadura militar (1964-1985), foi uma semente que se transformou num amplo mosaico participativo/representativo, com ênfase na participação cidadã após a Constituição de 1988 – um formato em que as reivindicações pleiteavam legitimidade para atividades políticas além do eleitoral, como aquela de influenciar as políticas e dividir a gestão com atores estatais.⁶ Daí em diante, participação e representação não se dividem e formam um mesmo núcleo, como mostram os estudos sobre os novos arranjos institucionais das *instituições participativas* que incluem atores da sociedade civil nos centros decisórios de políticas públicas (ver Gurza-Lavalle, 2006). Tais inovações institucionais, como mostram Peruzzotti e Selee (2009), não seriam mais estruturas alternativas ou paralelas às instituições representativas, mas estruturas integrantes e complementares a elas (Gurza-Lavalle, 2006; Isunza-Vera, 2010).

Tal formato chamava a atenção dos observadores estrangeiros. Um conjunto de atores reivindicava autonomia em relação ao Estado e também às mediações dos

6. Um exemplo de participação popular, que se desdobrou em participação cidadã, pode ser visto no caso da liderança exercida por Dom Tomás Balduino, falecido aos 92 anos em 2014, na cidade de Goiânia. À época da ditadura militar, Dom Balduino liderou a formação de organizações compromissadas com os indígenas, posseiros e sem terra, e pela afirmação de Direitos Humanos a todos os condenados da terra. Em 1972, ajudou a criar o Conselho Indigenista Missionário, o CIMI, entidade que é hoje uma defensora das causas indígenas nas mais remotas regiões do país. Em 1975, trabalhou para a criação da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, que hoje é uma das maiores fontes de informação sobre os conflitos no campo e defensora das causas que envolvem os crimes entre proprietários e trabalhadores da terra.

partidos e suas elites (Gurza-Lavalle, 2014). Impulsionados nos anos da ditadura, trabalhar pela Constituinte se apresentava como oportunidade única para o reconhecimento das muitas desigualdades no sentido de modificar, no plano constitucional, as lacunas no plano jurídico para, depois, realizá-las no plano social e político. Das ditaduras do continente ocorridas na segunda metade do século XX, o Brasil seria o único país a escrever uma nova Constituição para o período da redemocratização que se iniciava. Nela, os representantes da sociedade civil organizada conseguiram introduzir capítulos que potencialmente respondiam aos reclamos de ampliação dos direitos dos segmentos historicamente sub-representados. Ao assegurar uma legislação que lhes era favorável, o passo seguinte seria realizar, por meio da participação, a implantação desses direitos. Em suma, na Constituição de 1988, os reclamos da sociedade organizada foram parcialmente atendidos, mesmo que fosse necessário iniciar uma outra história para garantir respostas por meio da implantação de instituições participativas que também entrariam na estrutura estatal e cuja agenda seria o controle social sobre as políticas. O repertório de ação ampliou-se de tal modo que hoje pode-se afirmar que há um outro arcabouço participativo de diferentes modelos, totalmente federalizado, tal como discutiremos adiante.

Para ilustrar tomemos alguns exemplos de como operam as instituições participativas. Avritzer (2014) ao estudar os espaços participativos mostra que eles operam com desenhos institucionais variados.⁷ São os casos do Orçamento Participativo, dos Conselhos Gestores, das Conferências Nacionais.

Os *conselhos gestores* constituem um dos espaços de participação/representação e são definidos a partir do marco legal. Eles são constituídos pelas associações ou organizações sociais lado a lado com os representantes do Estado. É o que Avritzer denomina *modelo de par-*

7. O texto de Leonardo Avritzer será publicado em 2014 na terceira edição do livro *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*, organizado por Lúcia Avelar e Antônio Otávio Cintra (Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer).

tilha de poder, com atores estatais e da sociedade civil deliberando sobre as políticas a serem seguidas conforme o foco de cada conselho. São os conselhos de saúde, de educação, da criança e do adolescente, da assistência social, da economia, do meio ambiente, planejamento urbano, transporte. Eles têm como características a formulação, o acompanhamento e a fiscalização das políticas nas três esferas governamentais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e citados em uma entrevista do *Le Monde Diplomatique Brasil*, número 60, Adrian Gurza-Lavalle aponta que há 25 mil conselheiros no Brasil, distribuídos nas suas várias áreas. Os Conselhos de Saúde funcionam em 98% dos municípios brasileiros, os de Assistência Social em 93% dos municípios, os Conselhos de Educação entre 70 a 75%, os de Turismo em 20%.⁸

Se vistos sob a ótica da representação, cogita-se sobre o acesso político de grupos sub-representados nessas instâncias participativas. Na origem o objetivo é ampliar a presença dos grupos que dificilmente têm seus interesses representados pela via eleitoral, tais como aqueles do gênero, classe e etnia (Lüchmann, 2012). Como exemplo, Uriella Ribeiro propôs-se a discutir a dinâmica participativa dos Conselhos Municipais de Saúde sob a perspectiva de gênero, perguntando se ali as mulheres encontrariam oportunidade de maior representação e se os conselhos respondem às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Ela analisou 13 conselhos, pesquisando documentos e atas produzidos entre 2003 e 2007. Um dos focos de análise consistiu em registrar o número de mulheres participantes e confrontá-lo com a frequência em que elas se manifestavam verbalmente ao longo das reuniões. As mulheres falantes eram, no geral, as representantes dos governos, as doutoras, que acumulam o cargo de profissionais da saúde e de representação estatal. Nos espaços de decisão

8. Ver a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) organizada por Roberto Pires, sobre a efetividade das instituições participativas.

e poder dos conselhos, os homens ocupavam a maioria, particularmente aqueles que representavam o governo.

Em outra perspectiva, e com o fim de elucidar a participação nas atividades de cogestão, pesquisa recente (Tatagiba, 2012 apud Lüchmann, 2012) mostra como as associações e os movimentos sociais competem por recursos e reconhecimento social. Tomando o caso do movimento de moradia junto ao Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, o CMH, que é um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da política municipal de habitação, a autora mostra como os movimentos na área de habitação disputam a representação. O Movimento de Moradia (MOM), que reúne variadas associações, tenta conciliar as agendas dos grupos que compõem o movimento, enfrentando um quadro de tensões e disputas, internamente a eles. Mesmo assim, as associações ali envolvidas têm voz na formação da pauta dos movimentos que focalizam a construção de residências para famílias de baixa renda (Wampler, 2011).

As *conferências nacionais*, implantadas de modo expressivo durante o governo Lula, correspondem a formas de arranjo consultivo que transmitem de baixo (sociedade) para cima (Estado) as decisões sobre políticas, decisões estas que são preferencialmente tomadas no âmbito daquele espaço participativo/deliberativo.

As conferências públicas nacionais, portanto, tornaram-se espaços de ampliação da participação social no ciclo de políticas públicas no país (Avritzer, 2012; Petinelli, 2011). Elas são promovidas pelas agências estatais e organizadas tematicamente, envolvendo governo e sociedade civil (Moroni, 2005; Pogrebinski; Santos, 2011). São precedidas por etapas municipais e/ou estaduais e regionais. Desde sua criação (1940) até 2010, foram realizadas 111 conferências nacionais, das quais 99 ocorreram após 1988, 74 delas entre 2003 e 2010, durante os dois governos Lula (Petinelli, 2011). Foram iniciativas dos ministérios e secretarias da Presidência. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, por exemplo, promoveu 24 conferências sobre seis temas, e o Ministério da Saúde

organizou nove conferências em torno de nove temas. Estudando o público participante das conferências, Petinelli e Avritzer concordam que é a saúde, antiga área de participação dos atores da sociedade civil, a que apresenta maior intensidade de envolvimento. Com forte mobilização nas últimas três décadas, seu impacto sobre as políticas públicas foi positivo, pois se incrementaram os vínculos institucionais e não institucionais das novas formas de representação (Avritzer, 2012).

O perfil social do participante nas conferências corresponde ao encontrado ao nível local/municipal: 52% de mulheres, dos quais 26,9% com escolaridade média de 4 anos e renda entre 1 e 4 salários mínimos. Tal como se observa no público do orçamento participativo, as conferências têm funcionado como modelo de inclusão e de formação política.

Tomando ainda o caso das mulheres, em 2004 realizou-se a I Conferência de Política para as Mulheres, que procurou estabelecer as diretrizes para o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNM I). A segunda conferência ocorreu em 2009. Ambas foram precedidas por conferências municipais e regionais, o que totalizou em torno de 2 mil encontros municipais e 26 estaduais. Foram envolvidas cerca de 240 mil pessoas nos dois anos de encontro, com 50% de atores estatais e 50% de movimentos e entidades civis. As conferências de promoção de igualdade racial contaram com a participação de 140 mil pessoas de associações e movimentos de mulheres e do movimento negro. Ambas debateram temas de natureza social para a melhoria das condições das mulheres e dos negros. A inserção das propostas definidas por meio da deliberação pública foi medida, conforme se verifica na pesquisa apon-tada (Petinelli, 2011), e influenciou a formação da agenda de políticas públicas, pois quase a metade das propostas aprovadas foi inserida na agenda do governo federal.

O mapa da distribuição das conferências municipais é uma tarefa ainda a ser realizada, mas basta uma busca nos sites dos municípios brasileiros, sobretudo os de maior porte, para mensurar sua ocorrência.

Uma outra instituição participativa na realidade do país é a do orçamento participativo. A experiência do orçamento participativo (OP) teve início na década de 1970, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina. Mas foi na década de 1990, com a eleição do governo municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre (RS), que se firmou como uma instância de inovação democrática e de estímulo à participação dos segmentos menos privilegiados. Wampler (2011) define o OP como: a) uma força inicial de transformação social; b) uma instituição democrática; c) uma instituição de elaboração de políticas públicas; e, finalmente, d) uma escola de formação política.

Tal propriedade, ressaltada por estudos recentes (Lüchmann, 2012), confirma análises anteriores, observando que os principais instrumentos de conhecimento da política democrática são a educação formal – por meio da qual o indivíduo adquire condições de distanciar-se e analisar os acontecimentos políticos – e o envolvimento em atividades associativas – quando, pela discussão dos problemas em grupo, toma conhecimento de como funciona a política democrática.

A instituição do orçamento participativo permite a inserção de pessoas de baixa escolaridade e renda. Seu formato redundava em uma escola de formação política, neutralizando as assimetrias cognitivas e culturais dos segmentos desprivilegiados.

Vê-se, pela exposição acima, que o Brasil se tornou um caso excepcional de articulação das organizações sociais por possibilitar que estas consigam acesso ao poder político. São redes de organizações civis coexistindo com os atores tradicionais. Diante das variadas formas de desenhos participativos, podemos afirmar que a capacidade de democratização da sociedade brasileira e sua efetividade podem ser maiores ou menores, pois alguns de seus formatos dependem dos partidos no poder. São os casos principalmente do orçamento participativo e das conferências nacionais. Se os representantes governamentais têm suas raízes nos movimentos e organizações

da sociedade civil, a probabilidade de ampliar a representação dos grupos auto-autorizados é muito maior. E é por tais meios que a democracia pode atingir níveis éticos mais altos, conjugando a representação eleitoral com as dos grupos participativos e associativos, melhorando a governança voltada ao aprimoramento do desenvolvimento social no Brasil. Esta é a razão pela qual, mesmo com insatisfações e críticas à representação política tradicional, encontramos-nos em um ambiente institucional mais estável, apesar das desigualdades que persistem e que são fonte de insegurança e violência no país.

A efetividade da governança participativa enquanto compromisso ético/democrático

Adiante apresentamos algumas conclusões de uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil*, organizado por Roberto Rocha C. Pires e publicado em 2011. A pergunta norteadora da pesquisa foi: a participação faz diferença? Como as instituições participativas produzem impacto sobre a atuação dos governos sobre a gestão pública e sobre a produção de políticas públicas? Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? Poderemos esperar maior controle das contas públicas, na direção de governos mais transparentes? O compromisso participativo vem sendo um caminho para a mudança de feição do Estado tradicionalmente clientelístico e controlado pelas oligarquias partidárias?

No capítulo escrito por Brian Wampler, encontramos a indicação de que o orçamento participativo, por exemplo, vem produzindo efeitos redistributivos, pelo fato de estar associado a uma redução percentual da população vivendo em extrema pobreza. Ele corresponde a uma pequena parcela do orçamento municipal, mas sua prática vem produzindo efeitos pedagógicos de incremento da participação e acompanhamento das verbas públicas. A gestão partilhada produzirá efeitos éticos no trato com a coisa pública? Em outras palavras, as atividades que ca-

racterizam a democracia participativa levarão a mudanças suficientes na população, que cobrará dos governos respostas satisfatórias para o bem-estar coletivo?

Tomemos o caso de outra instância participativa, que são os conselhos gestores. Sua autoridade legal ampliou o debate público, mas ainda não sabemos se vem produzindo mudanças políticas. Por exemplo, os custos políticos de rejeição de orçamentos e relatórios finais de exercícios nos municípios são muito elevados para os participantes dos conselhos. Contudo, pode-se argumentar que este talvez seja um processo de longo prazo, pois, neste âmbito, estão presentes representantes dos movimentos sociais e as lideranças comunitárias e outras organizações civis e, embora disputem espaços nos conselhos, podem, no exercício democrático, construir relações de confiança entre eles. A perspectiva é que sejam criados novos elos entre atores diversos, como os cidadãos comuns, funcionários públicos, as lideranças comunitárias, os dirigentes sindicais e os prestadores de serviços.

Concluindo, a grande expectativa com as inovações democráticas do país é de que, primeiro, elas tenham continuidade, e assim contribuam para que a democracia continue sendo vista como o regime que levará ao desenvolvimento social do país. Segundo, embora faltem avaliações sobre a efetividade das instituições participativas, espera-se que elas estejam realmente contribuindo para melhorar a qualidade da democracia. Em vista do número de lideranças de organizações da sociedade civil, de atores políticos e funcionários envolvidos, espera-se que o lado ético da representação alcance melhores patamares.

Referências bibliográficas

AVRITZER, L. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, maio 2012.

_____. A participação no Brasil democrático e seu desenho institucional. In: Avelar, L. e Cintra, A. *O Sistema Político Brasileiro*. 3. ed. a ser publicado em 2014. Rio de Janeiro:

Fundação Konrad Adenauer, 2014.

_____. (Org.) *A dinâmica da participação em São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Ipea; São Paulo: Cortez, 2011.

COHEN, J; ROGERS, J. *Association and Democracy*. London: Verso, 1995.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an Introduction*. Oxford (UK); Malden (MA): Blackwell, 1999.

FUNG, A. Associations and Democracy: between Theories, Hopes and Realities. Palo Alto: *Annual Review of Sociology*, v. 29, p. 515-39, 2003.

GURZA-LAVALLE, A. Participação: Valor, Utilidade, Efeitos e Causa. In: Pires, R. R. (org.): *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, v.7, Diálogos para o desenvolvimento, 2011.

_____. Entrevista. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n.60, 2014.

GURZA-LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios de legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, fev. 2006.

GURZA-LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: ISUNZA VERA, E.; GURZA-LAVALLE, A. (org.) *La innovación democrática en America Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2010.

GURZA-LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. Lua Nova, São Paulo, v.84, 2011, p.95-139.

KITSCHOLT, H. Linkage between citizens and politicians in democratic polities. *Comparative Politics Studies*, v.34, n.3, 2000.

LÜCHMANN, L.H. Modelos contemporâneos de Democracia e o Papel das Associações. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.20, n.43, out, 2012, p.59-80.

_____. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. In: *Educação e Sociedade*, Campinas (SP), v.33, n.119, abr.-jun. 2012.

LÜCHMANN, L.H.; ALMEIDA, C. A representação política das

mulheres nos Conselhos de Gestores de Políticas Públicas. *Ka-tálysis*, Florianópolis, v.13, n.1, jun. 2010.

MANSBRIDGE, J. Rethinking representation. *American Political Science Review*, n.97, 2003, p.515-28.

MORONI, J. A. *Controle social e Conselhos de Direitos no Brasil*. 2005. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/controle.htm.

PERUZZOTTI, H.; SELEE, A. Participatory innovation and representative democracy in Latin America. In: SELEE, A.; PERUZZOTTI, H. (ed.) *Participatory innovation and representation in Latin America*. Washington (DC): Woodrow Wilson Center Press, 2009.

PETINELLI, V. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). In: *Opinião Pública*, Campinas (SP), v.17, n.1, 2011, p.228-50.

PHARR, S.J.; PUTNAM, R.D. (ed.) *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

PIRES, R.R. (org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, v.7, Diálogos para o Desenvolvimento, 2011.

PITKIN, H. F. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PITKIN, H. F. *El Concepto de Representación*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

PIZZORNO, A. The impossibilities of democracy: serious or bogus. In: *European Political Science*, v. 2, n. 1, fall 2002.

PLOTKE, David. Representation is Democracy. In: *Constellations*. Oxford: Blackwell Publishers, n.1, v.4, 1997.

POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v.54, n.3, 2011, p.259-305.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Orçamento Participativo e cultura política: explorando as relações entre inovações institucionais, valores e atitudes políticas. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v.11, n.21, 2012.

RIBEIRO, U. As mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. In: Anais do *Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007. UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. ISSN 1982-4602.

_____. Saúde é assunto para as mulheres: um estudo sobre a dinâmica participativa de Conselhos Municipais de Saúde do Brasil. In: AVRITZER, L. (Org.) *A dinâmica da participação local no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Ipea; São Paulo: Cortez, 2011.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura. 1961.

TATAGIBA, L.; BLIKSTAD, K. *As eleições das organizações populares para o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo: limites, potencialidades e tensões presentes nas imbricações do movimento de moradia de São Paulo com o campo político institucional*. In: Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2010.

URBINATI, N.; WARREN, M. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, v.11, 2008, p.387-412.

VARGAS CORTE, S. Instituições Participativas e Acesso a Serviços Públicos nos Municípios Brasileiros. In: PIRES, R.R. (org.) *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, v.7, Diálogos para o Desenvolvimento, 2011.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das Instituições Participativas? In: PIRES, R.R. (org.) *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, v.7, Diálogos para o Desenvolvimento, 2011.

YOUNG, I. M. Representação Política, Identidade e Minorias. *Lua Nova*, n.67, 2006.

Movimentos políticos e sociais contemporâneos

Maria da Glória Gohn¹

A categoria mobilização (social, política, cultural ou popular) sempre esteve associada a outras categorias na análise do social, tais como processo, mudança, transformação, lutas, movimentos etc. A partir da segunda metade do século 20, ela se amplia e adquire novos significados porque se consolida como um campo de força sociopolítica, tanto para a sociedade civil como para a sociedade política (a esfera governamental pública do Estado e suas instituições). Consideramos que, para o entendimento das formas de mobilizações atuais, é importante apresentarmos um cenário do associativismo e das ações coletivas nas últimas décadas, objetivando com este resgate oferecer ao leitor uma compreensão sobre como foram construídas formas de mobilização tão diferenciadas, com novíssimos atores em cena, com espectros políticos e ideológicos diversos. Além disso, na atualidade, ao se falar de processos de mobilização necessariamente deve-se incluir a temática das redes sociais, digitais, mediáticas, tecnológicas e tantas outras denominações e variações.

Sendo assim, este capítulo tratará do tema da participação da sociedade civil no Brasil, apresentando um panorama das mobilizações civis no Brasil contemporâneo, em suas diferentes formas e camadas sociais, desta-

1. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pós-doutoramento em Sociologia pela New School University, Nova York, EUA. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora Visitante Sênior da Universidade Federal do ABC (UFABC) no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Pesquisadora 1A do CNPq. Foi Professora Visitante da Universidade de Córdoba e da Universidade Complutense de Madri. Fez estágio de pesquisa na Fundação Rockefeller em Bellagio, Itália, e na UNESCO. Em 2023 ganhou o Prêmio Florestan Fernandes da SBS-Sociedade Brasileira de Sociologia. Atua nos seguintes temas: movimentos sociais, participação social, educação não formal, associativismo, cidadania e políticas públicas. Publicou 22 livros e inúmeros artigos.
<http://lattes.cnpq.br/8315862641929394>

cando seus atores, repertórios e impactos na sociedade e no Estado. A análise considera fundamental a contextualização histórica, temporal e espacial dos acontecimentos como o grande pano de fundo em que os fatos se desenrolam, e localizam-se as mobilizações segundo as últimas cinco décadas.

1. Mobilização popular na luta pela redemocratização e a conquista de direitos constitucionais

No final da década de 1970, na fase do Regime Militar, os movimentos sociais – especialmente os sindicais e os movimentos populares – foram a novidade nos processos de mobilização social (GOHN, 1982 e 1985). Eles foram atores importantes no processo de luta contra o regime político e no processo de transição para o retorno à democracia no país. Expressavam o novo, denunciavam a distância entre as formas de vida social e as necessidades da sociedade face ao sistema político instituído pelo Regime Militar. Os movimentos sociais colaboraram para explicitar e acelerar a crise política existente e acenaram com perspectivas de renovação social por meio da construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões e segmentações. Eles incluíram e deram sentido novo ao tema da cidadania pela reivindicação de direitos, apontando caminhos para a transformação social. Em suma, foram novos personagens que entraram em cena (SADER, 1988), tendo desempenhado um papel fundamental na redemocratização do país. Se buscarmos uma frase que destaque o significado dos movimentos daquela época, diremos: foram pródigos em lutas pela cidadania.

A década de 1980 pode ser caracterizada como a fase “movimentalista” dos movimentos populares, com ações organizadas internas – de dentro das comunidades para fora, a exemplo da área da saúde, em que se chegou a criar conselhos populares. Após a Constituição de 1988, especificamente a partir dos anos de 1990, o cenário se

altera. Outros personagens entram em cena, como as modernas ONGs e entidades do Terceiro Setor – muitas delas com articulações com empresas e suas políticas de responsabilidade social. Inicia-se uma fase mobilizatória de ações de fora para dentro das comunidades. Este novo associativismo civil tem outro caráter – mais focado no trabalho pontual, articulado em redes, com apoio e parcerias com programas oficiais, governamentais. Em geral, ele é está estruturado ao redor de dois eixos: controle social – para o caso daqueles cujas ações tiveram como indutores os conselhos gestores, assembleias, fóruns e câmaras participativas de articulação entre representantes da sociedade civil e representantes de órgãos públicos – e atividades locais de mobilização tópica, pontual, ao redor de algum projeto social, com funcionamento patrocinado por apoios externos de múltipla natureza: assessoria (ONGS, fundações empresariais etc.), apoio financeiro (projetos especiais datados, provenientes de programas públicos governamentais ou instituições particulares que atuam no campo dos incentivos e patrocínios culturais). A categoria de movimento social chegou a ser substituída, na abordagem de alguns analistas, pela de mobilização social, que também gerava uma sigla MS, voltada para a ação coletiva, que busca resolver problemas sociais, diretamente, via mobilização e engajamento de pessoas. Nestas abordagens, a dimensão do político usualmente era esquecida ou negada, substituída por um tipo de participação, construída e induzida. Discordamos delas porque a dimensão do político é o espaço possível de construção histórica da cidadania, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena. É uma das possibilidades de exercício da participação ativa citada por BENEVIDES (1996).

A partir da década de 1990, vagarosamente foi-se desenvolvendo algumas experiências participativas, a exemplo do OP-Orçamento Participativo (ainda baseado em uma concepção de participação como consulta), as quais, com o tempo, foram construindo um novo paradigma na gestão dos bens públicos (GOHN, 1999; DAGNINO,

2004). As concepções de participação comunitária e popular cedem lugar à participação cidadã e à participação social. A participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública.

2. Mobilizações sob o signo da Participação Cidadã

Uma síntese do tema da participação civil em esferas públicas pós-1988 pode ser dividida em quatro momentos. O primeiro, nos anos 1990, resulta de uma trajetória de luta para implementar as conquistas institucionais, destacando os conselhos gestores e outros espaços institucionais, como o citado OP. A segunda, a partir do ano 2000, aprofundou as formas de gestão deliberativas, criou inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, como a participação via eletrônica, e redesenhou o formato de construção de várias políticas sociais com a generalização do uso de conferências (um ciclo que culmina com propostas para dar suporte, por exemplo, a um novo plano decenal, ou a criação de um órgão que cuide de tema ainda não contemplado em sua especificidade, como a alimentação) (GOHN, 2016a e 2016b). A terceira fase ocorre na década de 2010, mais especificamente após 2013, indicando uma crise no sistema de participação institucionalizada e o consequente desmonte ou esvaziamento das políticas participativas. O processo foi interrompido em 2023 com o retorno do Presidente Lula ao governo Federal, e nomeamos como um quarto momento da participação civil em esferas públicas. O processo de mobilização e participação da sociedade civil sempre teve renovações, com novos atores em cena. Pontuaremos algumas características desses momentos visando analisar um dos objetivos centrais deste texto: a participação cidadã numa democracia.

De forma geral, pode-se dizer que a primeira década deste século foi marcada por experiências de políticas participativas em diferentes áreas, espaços e setores

governamentais (AVRITZER, 2013; ALMEIDA et al, 2015; GOHN, 2014a). Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores em 2003 ao poder político da nação, em diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), deslocou-se a ênfase dos debates sobre a participação popular dos agentes da sociedade civil (movimentos, ONGs, coletivos, associações e outros) para a temática da participação social em esferas institucionais públicas. Com isso, em tese, o poder decisório do Estado abriu-se à possibilidade de compartilhamento em relação às questões relativas ao interesse público. Entretanto, na maioria dos casos, a participação se limitou à consulta popular. Mas abriu-se a possibilidade de publicização: das demandas, dos conflitos, das discussões e, em alguns casos, da deliberação.

Registre-se ainda que vários militantes de movimentos e associações entraram na estrutura estatal, como representantes nos conselhos, fóruns, ouvidorias etc. ou mesmo como funcionários e assessores contratados. O “ativismo institucional” (ABERS, 2016; ABERS e TATAGIBA, 2014; CAYRES, 2017) resultante passou a buscar referenciais nas abordagens que lançavam olhares para as instituições e estruturas de poder.

3. Movimentos sociais no novo século

Na primeira década deste século, os movimentos não saíram de cena, os mais estruturados passaram a atuar em redes, formaram fóruns e/ou tornaram-se protagonistas das novas políticas de inclusão social no Brasil, junto com ONGs e outras entidades do terceiro setor. O meio urbano se torna o centro dos processos de mobilização e conflitos. A luta pela moradia nas cidades foi a mais organizada e a grande articuladora das mobilizações populares que tiveram visibilidade na mídia. Diferentemente dos anos 1980, quando os movimentos eclodiam mais na periferia da cidade (GOHN, 1991), na primeira década do século 21 a luta pela moradia popular esteve mais concentrada nas áreas centrais da cidade. Continuou sendo heterogênea na forma de organização

e no foco de suas demandas: favelas, cortiços, casarões e imóveis ocupados, moradores nas ruas, projetos de habitação não atendidos etc. Os imóveis ocupados em áreas centrais de grandes capitais incluíam hotéis, imóveis públicos e imóveis privados abandonados e com dívidas astronômicas de IPTU, INSS etc. Estas ocupações mobilizaram a atenção da mídia, das Defensorias Públicas e de coletivos de artistas, gerando até filmes que vieram a ser premiados. Foram também palco de tragédias, como o incêndio do Edifício Wilton, no centro de São Paulo, em 2017. No aspecto rural, a questão da terra continuou sendo um foco de disputas, com um modelo econômico baseado em commodities, com exportações de minérios e produtos agrícolas, especialmente de soja e criação de gado bovino – que exigem grandes áreas e, consequentemente, desmatamentos, queimas etc. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) continuou como o líder das mobilizações rurais, mas perdeu o protagonismo que teve na década de 1990. Surgiu uma pluralidade de novos movimentos sociais sem-terra e houve a ampliação das pautas, com as lutas contra transgênicos, biopirataria, biopoder etc.

O movimento antiglobalização, que entrou na pauta dos movimentos internacionais no final dos anos 1990 (TARROW, 2005; DELLA PORTA 2007), na década de 2010 passa a ter influência também no Brasil (GOHN, 2015). O reflexo será sentido nas edições do Fórum Social Mundial. Isto fez com que, nesta década, os movimentos populares passassem a ter como marca uma forte articulação com movimentos sociais no plano internacional. Movimentos de luta pela terra criam redes como a Via Campesina. Movimentos, os de luta pela moradia se relacionam com Fóruns Internacionais do Habitat etc. Os Fóruns criaram redes que ultrapassam as fronteiras nacionais e alteraram a linguagem e a cultura do mundo associativo, com destaque para as edições do já citado Fórum Social Mundial, que ocorreram no Brasil nos primeiros anos da década 2000, e Fórum Nacional da Reforma Urbana, que teve uma participação ativa na cons-

trução e aprovação do Estatuto da Cidade (AVELINO, 2016). É bom lembrar também que se organizaram, no período que estamos destacando, a Marcha das Margaridas (2000), a Marcha Mundial das Mulheres (2000), o Movimento Passe-Livre (2003), que terá um protagonismo inédito em 2013, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (2005) e o Fora do Eixo (2005), que também teve papel relevante em 2013. De certa forma, embora com perfis muito diferenciados, eles pautaram as ações das redes de movimentos e ONGs no novo século. Todos juntos foram os novos agentes estruturantes das redes movimentalistas e mobilizatórias, definindo os espaços e os vínculos de sociabilidade, associativismo civil e cultura política do país. Mobilização Social se transformou numa categoria de destaque, fazendo jus a ser incluída nos verbetes principais dos estudos e análises teóricas das ciências humanas e sociais. Rede deixou de ser pensada apenas como um recurso estratégico de articulações diretas entre grupos e movimentos afins, em eventos ou defesa de causas, para se transformar numa forma de expressão e manifestação de ação social coletiva, um método e uma forma de trabalho onde as comunicações on line predominam. Isso altera o caráter do associativismo pois não se trata de redes diretas de conhecidos apenas, mas de adeptos de causas e frentes de lutas, de diferentes territórios, que ultrapassam as fronteiras do estado/nação.

Vários outros movimentos sociais foram criados na primeira década do novo século, principalmente contra a violência urbana. Temas como identidade cultural, diferenças e multiculturalismo deixaram de ser objeto de estudos acadêmicos ou regulamentações no campo da das leis e passaram a ser suportes de inúmeros projetos sociais desenvolvidos junto a comunidades excluídas.

Os dados da análise até agora apresentada nos levam a concluir: entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira década do atual século, o Brasil foi palco e objeto de movimentos, lutas sociais e novas redes de associativismo civil por parte da sociedade civil – com

iniciativas inovadoras que vão de atos de resistência pacífica e desobediência civil a movimentos sociais, cooperativas de produção, fóruns e assembleias permanentes, redes de ONGs, observatórios da cidadania de acompanhamento de políticas públicas (GOHN, 2013c). Ocorreram também, por parte da sociedade política, trabalhos em parceria com redes de mobilizações civis, gerando ações coletivas mais institucionalizadas, assim como interlocuções entre representantes do poder público e representantes da população organizada, nos diversos conselhos e câmaras de gestão existentes, fóruns e outras entidades associativas.

Em síntese, na primeira década de 2000, criou-se um associativismo localizado prioritariamente no urbano, novo na forma de se organizar, nas demandas e nas práticas desenvolvidas. Ele era ativo e propositivo, não se limitando às camadas populares, atuava em rede e se articulavam com uma nova esfera pública – que cria espaço de interlocução, debates, proposições. As organizações populares, tradicionais e novas, criadas já sob os marcos do chamado Terceiro Setor, enfrentaram desafios inéditos para se readaptar à nova conjuntura. Relações de novo tipo foram propostas por órgãos governamentais e agências multilaterais, em processos massivos e sistemáticos de participação socio comunitária renovados. Novas formas de organização foram criadas como fóruns específicos, fóruns transversais ou fóruns transnacionais, assim como novas redes temáticas se formaram, em articulações eventuais ou mais permanentes – onde se juntam movimentos de moradia, saneamento, transporte, de jovens, mulheres, negros, grupos culturais, atividades artísticas e ativistas ambientais e sindicais etc., fazendo dos problemas sociais e das políticas públicas tema e objeto renovados de ação. A mobilização social se torna uma ferramenta de integração social às políticas sociais. Independentemente da avaliação dos erros e acertos daquelas práticas, havia um denominador comum – eram ações coletivas lastreadas em processos emancipatórios, buscava-se a integração à sociedade por meio da imple-

mentação de direitos sociais e políticos dos cidadãos, não importando sua classe social, etnia, sexo, raça, religião. Estava-se dentro do jogo democrático, de disputas e contendas, com avanços e recuos.

4. Mudanças na conjuntura política e econômica na década de 2010-2019

Para a compreensão dos processos de mobilização popular e formas de participação na década de 2010, temos que retornar e aprofundar a clássica questão: o que são movimentos sociais? Essa discussão já foi realizada, entre outros, por TOURAINE (1997), DIANI e BISON (2010), DELLA PORTA e DIANI (2015) e GOHN (2017b).

Deve-se ter esta questão como ponto de partida porque temos no século XXI o surgimento de inúmeros movimentos de correntes político-ideológicas distintas. Num passado já distante, falar de movimento social era sinônimo de estar falando de movimentos contestatórios e reivindicantes de direitos, vistos como movimentos progressistas, emancipatórios. A questão central, ou a novidade, como dizia o debate na época, era diferenciá-los entre velhos, ou clássicos (sindicais, estudantes, luta pela terra etc.), dos novos – os identitários, culturalistas. Mas todos estavam numa mesma chave: o movimento social. Com o passar das décadas, organizações políticas ou pré-políticas passaram a mobilizar e organizar a população, e algumas se transformaram em movimentos sociais (ou passaram a se denominar movimentos), ou movimentos políticos, dentro de um espectro político-ideológico de valores de centro e de direita, conservadores, reacionários ou liberais, neoliberais. Melhor qualificá-los como contramovimentos. Por isso deve-se fazer a diferenciação entre movimento social, movimento cívico, movimento político, movimento cultural, movimento dialógico-midiático e suas múltiplas articulações. Muitos deles são fragmentados, não são consistentes, fluem tanto na forma como no conteúdo conforme o conflito em tela. É necessário, portanto, qualificar os termos dos debates e das narrativas para sabermos de que tipo de movimen-

to estamos tratando, pois generalizar e focalizar um só conceito, o de movimento social, poderá confundir os sujeitos em cena. O mesmo ocorre com as categorias de apoio que são utilizadas na sua análise como identidade, mobilização etc. Ser de esquerda/direita, conservador/progressista, globalista/nacionalista, localista, secular/religioso etc. passou a ser parte do universo das identidades, que assumiram formas antagônicas e mutuamente excludentes na atualidade. No centro dos antagonismos estão as polarizações. LEVITSKY e ZIBLATT (2018) destacam que a polarização atualmente se estende para além das diferenças políticas e adentra nas questões e conflitos de raça e cultura. Podemos resumir que ela está no campo da política, das ideologias, das crenças religiosas, dos costumes e dos comportamentos. A polarização passa a ser o grande divisor de águas na política, na economia e na sociedade, adentrando a maioria dos espaços onde há relações humanas, especialmente em famílias, escolas, igrejas e comunidades locais. Guerras culturais são travadas entre diferentes grupos sociais. É importante destacar que resulta deste cenário de polarizações não uma amplificação do debate, ou o exercício da democracia, mas seu contrário: o processo de desdemocratização (TILLY, 2013), de enfraquecimento de sistemas e instituições democráticas, quando não a sua supressão, como a extinção de vários conselhos participativos na esfera pública ocorridos entre 2018-2022 no Brasil.

Além de termos de ampliar o escopo analítico para entendermos a década de 2010, o leque de formas associativas civis, tanto no campo progressista como no conservador, também se ampliou com a proliferação dos coletivos. Faz-se necessário apresentar estes novos sujeitos coletivos.

5. Coletivos: novas formas de mobilização e organização

No novo século, progressivamente outras formas de ação coletiva surgiram com o uso intenso da internet e das redes sociais (especialmente com a participação dos

jovens), as quais fogem do padrão que tratamos até o momento, organizadas em movimentos sociais, associações, ONGs etc. São os coletivos. Ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais (GOHN, 2017a, GOHN, 2019 e GOHN, 2022), estes são agrupamentos pequenos, sem bases amplas de apoio, mais fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos se denominam como ativistas, e não militantes de organizações, vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes, fragmentadas ou mais articuladas. Caracterizam-se pela informalidade e pela escassa institucionalidade. A heterogeneidade também é uma de suas características, tanto no conteúdo como na forma de organização. É importante destacar que o espectro político dos coletivos também é diverso, podendo se localizar na esquerda, no centro ou na direita. Atuam em temáticas de cultura, gênero, etnia, crianças e adolescentes, meio ambiente, direitos humanos etc. Podem se organizar, por exemplo, como um grupo político que resolve se candidatar a um mandato coletivo ou um grupo de mulheres que formam uma cooperativa de trabalho, de forma a gerar renda e atuar em determinada causa sociopolítica. Muitos atuam ou trabalham por projetos que podem mudar de rota conforme a conjuntura. Alguns optam por ações de desobediência civil sistemática, inspirados, por exemplo, por THOREAU (1975). Usualmente organizam-se internamente por camadas. Há um núcleo de membros fixos e mais constantes, e camadas que desempenham papéis e relações diferenciadas, segundo dados interesses e necessidades do coletivo.

Um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existentes entre os jovens. Contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura. Na atualidade, os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais porque muitos deles não se identificam com a forma (movimento social) e seus métodos de ação, os quais repudiam. Entretanto,

um coletivo pode se transformar em movimento social, ou se denominar como um movimento, ou se articular a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou, ainda, como citado acima, negar a forma de movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política. Mas há também coletivos que se juntam ou dão apoio a determinados movimentos, que se estruturam de forma mais livre, como o Movimento Passe Livre (MPL).

Os coletivos criam dinâmicas de ação coletiva, mas discursiva, estratégica e de confronto de ideias e valores (SNOW e BENFORD, 2000). Há a influência de ideários anarquistas e libertários entre alguns coletivos, especialmente no campo da cultura (FARIA, 2020). Os coletivos são filhos e produto da sociedade em rede e do poder das comunicações digitais. BENNETT e SEGERBERG (2012) tratam este tema como ações coletivas conectivas, em que as interações são organizadoras das relações sociais, gerando um tipo de individualização e fragmentação social. Resulta daí a proliferação de grupos auto-organizados, em que não é necessário que o indivíduo se vincule formalmente a uma organização ou siga um líder. Basta que ele se solidarize com uma causa, acontecimento ou campanha.

A proliferação dos coletivos vem ocorrendo paralelamente à crise das democracias ocidentais, tema que retomaremos ao final deste capítulo. Ocorre o questionamento da política tradicional, dos políticos, dos partidos. Questiona-se a esquerda mais tradicional e suas práticas, consideradas, na maioria dos casos, como não democráticas. Isto não significa que esses coletivos sejam conservadores, ou revisionistas. A maioria quer mudanças e expressa segmentos da sociedade que quer a transformação com novas práticas, discursos e narrativas.

6. Junho de 2013, um marco histórico

Na virada da primeira década do novo século, um novo sujeito político ganha destaque: os indignados, os insatisfeitos com a política, e uma nova forma de orga-

nização passa a predominar na cena do associativismo: os citados coletivos. No Brasil, a presença destas “novidades” se faz com força em junho de 2013, com manifestações em todo o Brasil, em movimentos de protestos contra políticas sociais vigentes nas áreas de transporte, educação, saúde, e contra a prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros motivos. Com os indignados, novíssimos atores entram em cena, especialmente jovens participantes de coletivos organizados online (GOHN, 2013 b). O “novo”, ou o “novíssimo”, como categoria analítica ou noção que marca o entendimento das ações populares, nascente em determinada conjuntura social, econômica e política, na verdade herda toda a produção humana anterior, incluindo suas formas de organização e de lutas.

Junho de 2013 é um marco na vida política e sociocultural brasileira. É quando se inicia um novo ciclo de participação na sociedade brasileira, composto de coletivos e movimentos sociais diversos, com projetos e propostas diferenciados, classificados em três grupos distintos: clássicos, novos e novíssimos. Os clássicos abarcam os sindicatos, sem-terra, estudantes, movimentos populares/comunitários de bairros, sem-teto etc. Os novos abrangem os movimentos de luta por direitos, identidades etc., criados a partir do final da década de 1970 (gênero, geracionais, étnicos, ambientalistas etc.). E os novíssimos são sujeitos que entram em cena nas ruas e avenidas, a partir de junho de 2013, no caso brasileiro, e representam uma nova onda de movimentos e coletivos sociais, diferente dos novos movimentos identitários organizados desde a década de 1980. A maioria dos novíssimos se firmou na cena pública na década 2010. Entre eles, o Movimento Passe Livre (MPL), criado em 2003, e o Movimento dos Secundaristas, além dos ativistas de causas transnacionais, que até então não tinham quase visibilidade, como o Black Blocs (DEPIUS-DÉRI 2014; SOLANO et al. 2014 e SOLANO 2018), de um lado, e o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL), de outro. Esses últimos denominamos contramovimentos

porque se apresentam como movimentos, mas, de fato, representam diferentes correntes políticas, ideológica e cultural que combatem os movimentos de demandas por direitos de cidadania, são a negação das práticas democráticas (vide GOHN, 2017^a e GOHN, 2022).

7. Pós-Junho de 2013

Junho 2013 surpreendeu pela erupção abrupta, assim como pela sua saída relativamente rápida. Mas ele pautou uma nova agenda de desejos por mudanças, especialmente da parte dos jovens, que não foi compreendida naquele momento por forças democráticas. As lideranças políticas progressistas não assimilaram e nem souberam levar adiante ou construir respostas criativas para as demandas daquela agenda. Mas outros grupos souberam capturar os ecos que ficaram de 2013. O desenrolar dos acontecimentos, pós-Junho de 2013, propiciou a criação de outros tipos de movimentos, neoliberais e conservadores, nas grandes manifestações nas ruas contra a corrupção, durante o impeachment da presidenta Dilma, entre 2015-2016. Eles atuaram como organizações ou movimentos políticos. Os conservadores e neoliberais certamente já existiam, mas a novidade, após 2013, é que eles passaram a atuar também nas ruas, criaram organizações movimentalistas que se aproximam mais de movimentos políticos do que movimentos sociais. Defenderam a desregulamentação de direitos sociais conquistados e a menor presença do Estado na economia. Mas, de fato, miravam o acesso ao poder político estatal (CODATO, 2016). Na realidade, eles fazem parte de uma onda mais geral no capitalismo ocidental, de retorno de grupos conservadores ao poder, de desmonte de direitos e políticas sociais progressistas das últimas décadas, em um momento de crise econômica, desemprego e grandes fluxos migratórios populacionais fugindo de regimes autoritários, de toda natureza. Logo após Junho de 2013, mais de 30 grupos foram criados, destacando-se o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, trabalhando o repertório da não-política, contra a corrupção, preconizando

a atuação conservadora do Estado no plano da moral. E a partir de 2017 surge o movimento político do chamado “bolsonarismo”, que ocupou o vácuo que a crise econômica e política criou. A rejeição da sociedade à política e aos políticos foi apropriada por lideranças construídas no processo eleitoral, que disseminou via redes de apoio a linguagem da raiva, da rejeição, do ódio à política, como se elas mesmas fossem algo novo, e não pertencentes ao meio político.

Neste cenário, em que os movimentos sociais apresentam matrizes discursivas e ideológicas variadas, e opostas, os novos grupos conservadores e neoliberais buscaram teorias do passado para dar suporte a suas organizações movimentalistas como contramovimentos, que se estruturaram no Brasil utilizando basicamente redes online. As matrizes teóricas e ideológicas que dão suporte a suas ideias estão no liberalismo e na doutrina econômica de Friedrich August von Hayek e Ludwig von Mises, a defesa do império da lei de Frédéric Bastiat e citações no campo da ciência política de E. Burke e Ortega y Gasset (GOHN 2017²; ROCHA, 2021).

É importante registrar que entre 2015 e 2017 não foram só os conservadores que se mobilizaram. Embora a sociedade civil organizada tenha tido certo recolhimento do ativismo democrático, alguns grupos e segmentos reagiram com ativismo nas ruas, a exemplo da onda de movimentos dos estudantes do ensino básico, em várias partes do Brasil, especialmente contra as reformas estaduais na rede pública, contra a reforma no ensino médio e nas ETECs paulistas (Escolas de Ensino Técnico), contra o projeto Escola Sem Partido, contra retirada de conteúdos sobre a questão de gênero no currículo escolar, contra a PEC 241 (PEC 55 Senado) etc. Em vários casos, o Movimento Passe Livre era uma fonte de inspiração e de organização dos atos públicos e das ocupações de escolas.

Outro destaque do período passou a ser o protagonismo das mulheres, que desde a década de 1980 se organizavam em movimentos identitários. Neste século, a participação das mulheres não se resumiu à entrada nas

universidades, no mercado de trabalho ou no exercício de atividades até então exclusivas dos homens. Ela clamou por igualdade de gênero não só para as mulheres, mas para todas as formas de ser humano, todas as possibilidades de ser mulher, o direito a ter direito sobre seu corpo. A luta das mulheres abriu as portas para a participação de outras lutas culturais identitárias, a exemplo das demandas do movimento LGBTQIA+. As mulheres também se juntaram nas lutas para quebrar barreiras de raça e cor. De todos os movimentos sociais que participaram da cena pública nos últimos 50 anos, o das mulheres foi um dos que mais avançaram no sentido de combate às desigualdades, talvez o que mais questionou as diferenças sociais e exigiu respeito às diferenças culturais – ainda que dados da Unesco de 2018 registrem que a igualdade de gênero não foi conquistada em nenhum país do mundo e que no Brasil, além de discriminações advindas de heranças de culturas do machismo, haja uma grande sub-representação das mulheres na política. No Brasil, com a ascensão de grupos conservadores na segunda metade da década de 2010, têm sido iniciativas das mulheres as grandes mobilizações e inovações nas pautas dos protestos nas ruas, a exemplo do protesto #EleNão, em setembro de 2018, 8 de Março de 2019 e 2020, no Dia Internacional da Mulher, variados atos de protestos em 2018, 2019 e 2020, denunciando o assassinato da ativista e vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, e a Marcha das Margaridas, que reuniu em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras em agosto de 2019. Teóricos de algumas das abordagens sobre a participação tratadas acima, como Hobsbawm (1995) e Touraine (2007), reconhecem que o século 20 foi o século da mulher, pois elas são a grande esperança de avanços nas lutas pela igualdade e contra as discriminações.

Em 2023, inúmeros eventos, debates e publicações celebraram (ou criticaram) os dez anos após as manifestações de Junho de 2013 (ALONSO (2023), GOHN (2023), ANDRÉS (2023), ALTEMAN e CARLOTTO (2023) entre outros. O que se observou é que ainda estava-se

mapeando e discutindo os impactos de Junho de 2013 no sistema político, social e cultural, e ainda estávamos, em alguma medida, sob seus efeitos, e longe de serem compreendidos em sua totalidade (Marinho, 2022, p. 16). Já assinalamos em publicações anteriores que as manifestações de 2013 impactaram “a sociedade e a agenda de governantes” (GOHN, 2014); e após uma década ainda são “um enigma a decifrar.” (GOHN, 2017 e 2019). O legado de Junho 2013 continua em disputa entre setores socio-políticos, especialmente entre diversos segmentos da esquerda. Marcos Nobre avaliou que o ‘ovo da serpente’ é a interpretação dominante de Junho de 2013, adeptos das teorias conspiratórias. Eu concordo com as análises que dizem: demonizar Junho 2013 como justificativa para explicar o que veio depois, é apenas uma forma escapatória para se isentar da incapacidade de diálogo na ocasião, e antes, da falta de articulação política, de olhar de fato o que ocorria na sociedade, de enxergar os jovens da época de forma diferente do padrão do militante partidário. Deve-se destacar também que há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação pós 2013- os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da ação coletiva. A composição delas é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo. As emoções-dos indivíduos e coletivos ganham destaque nos protestos políticos e assumiram papel ativo da construção do social. Muitos dos que protestaram negaram a política partidária atual. Contudo, não basta focar nos indivíduos, nas organizações e nos eventos de protesto, como bem disse DIANI (2003). É preciso articular tudo isso num cenário mais amplo, que inclui as lutas e disputas pelo poder político-econômico.

8. O poder das redes

A questão relacional nas redes e mídias sociais marcou novos rumos e abordagens nesta nova onda de ciclo de protestos na temática da participação social e política dos indivíduos, tendo em vista o potencial e o

poder das redes de alavancar as relações entre grupos e indivíduos (GERBAUDO, 2021). Ela tem bases no interacionismo simbólico desenvolvido desde as décadas de 1920 e 30. Mas ela transformou completamente o foco nas relações diretas, face a face, dado pelos interacionistas, para o foco nas relações virtuais, online, das redes e mídias sociais. Em 1932, Jacob Levy Moreno já definia que uma rede social pode apresentar um conjunto de vínculos entre os atores, mas será no final do século 20 que a questão das redes se politiza, adentra o espaço da política e potencializa a força social e política na esfera pública para muito além das teias de relações comunitárias e de solidariedade de que falava Moreno (2008), embora o fator agregador dos indivíduos nas redes continue sendo a base de valores morais compartilhados. Bruno Latour diz que “o social [das redes] normalmente constituído é agrupado com participantes já aceitos, chamados de atores sociais, membros de uma mesma sociedade” (LATOUR 2012, p. 352). As micro relações ganharam plano de destaque na formação das opiniões, na estruturação das ações coletivas na esfera privada e na esfera pública. Castells (2013, 2015 e 2018) ressurge neste ciclo como um teórico fundamental no estudo das manifestações, com enfoque diferente dos anos de 1970, agora focado no estudo das redes sociais e da internet, que ele desenvolve desde o final dos anos 1990 (CASTELLS, 1996, 1996 e 1998). Atualmente ele destaca as teorias cognitivas das emoções que movem as pessoas a se indignar. Só que a indignação das redes do início da década de 2010 ganhou novos ares ao final desta década, com os movimentos políticos conservadores. O bolsonarismo ganhou a eleição de 2018 devido à mobilização e ativação nas e das redes sociais, e não na mobilização nas ruas. A simples entrada de milhões nas redes, de uma forma geral, não propiciou avanços democráticos, porque o tipo de ativação predominante não propicia o debate, o diálogo, o contraditório. Os conservadores as utilizaram para reforçar suas narrativas, para divulgar *fake news*, para desconstruir discursos e confundir a população. Criou-

-se uma sociedade de “seguidores”, os quais passaram a ter mais relevância que intelectuais, estudiosos ou líderes políticos já tradicionais. Segue-se a prática do “cancelamento”, uma operação altamente tóxica porque interdita as pessoas do debate, do diálogo, provoca isolamento e linchamento moral. Se vocês não “pensam como eu, eu te cancelo” nas minhas redes e contatos. Você é excluído. Como exercer práticas democráticas num mundo assim?

9. A desconstrução de políticas participativas

O que se observou na década de 2010 foi o aumento da participação popular nas ruas, praças e avenidas, a partir de 2013, com a presença de outras camadas sociais – especialmente a média – e a presença de outros movimentos e agentes estruturantes dos protestos, com outras vertentes sociopolíticas, muito diferentes das camadas populares nas ruas, organizadas por sindicatos, com o apoio de partidos da esquerda. O crescimento destas manifestações nas ruas foi proporcional à diminuição ou ao refluxo das formas de participação institucionalizadas, nas esferas públicas, nas políticas públicas, especialmente a partir do impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016 (vide GOHN, 2017 e 2019; CARLOS et al., 2017).

A multidão que retornou às ruas em 2015 buscou mudar o conteúdo, o significado e o sentido da participação. Participar em políticas institucionalizadas deixava de ser um valor positivo para ser negativo, pois estes novos atores passaram a negar a política. Com os acontecimentos de 2016, durante e após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, as políticas sociais também mudaram. A partir desta data, descontroem-se políticas do modelo de gestão social participativa, o modelo econômico se redefine segundo prioridades do ajuste econômico, reformas constitucionais (trabalhista, previdenciária), teto de gastos públicos etc. O cenário político-cultural também muda com o acirramento das tensões políticas e a divisão da sociedade entre os contra e os a favor, desta ou daquela tendência. Certamente que os espaços for-

mais, institucionalizados, continuam, pois são conquistas da sociedade. Mas, além dos limites e constrangimentos que já existiam, a partir de 2015, surgem novos dados por novas diretivas dadas às políticas públicas, pelos novos grupos político-partidários que passaram a ocupar o poder, em diferentes níveis da gestão pública (ALMEIDA, 2019). As estruturas burocráticas de inúmeros conselhos foram desativadas, reuniões não são convocadas e muitos conselheiros mais proativos deixam de participar da composição destas esferas públicas. Para Dahl, os dois fatores mais importantes na mudança cultural são as práticas de contestação e inclusão. Nos períodos de tensão política, intensificam-se as comunicações e as deliberações sociais, ocasionando uma relação mútua entre a mudança de valores e o recrutamento de lideranças políticas (DAHL, 1982). É o que se observa no Brasil. Durante a vigência do modelo da gestão social participativa, ainda que houvesse problemas na sua operacionalização, como os apontados no relatório do POLIS/INESC (SOUTO, PAZ e MORONI, 2011), havia políticas de inclusão social. Com o impeachment, as práticas de contestação levaram à organização de novos grupos e novas lideranças, que passam a postular cargos públicos por via eleitoral.

10. 2020, o início de uma nova década: a pandemia do covid-19

Em 2020, com a pandemia do covid-19, o cenário sociopolítico e cultural se altera no Brasil e no resto do mundo com alterações significativas no cenário do associativismo civil, grupos e movimentos sociais tradicionais retraíram-se das ruas, novas formas de manifestação surgiram. Inicialmente a população criou meios de expressão com performances em que as redes e mídias sociais se tornaram os principais meios das mobilizações. Já que as ruas não podem ser ocupadas, o espaço privado, as janelas e varandas também passaram a ser locais de protesto, com painéis ou atos de solidariedade, como as *lives* musicais. Mas as ruas foram espaços para carreatas, buzinações e *flash mobs* também, e aí surge outro dado

da conjuntura. Os atos na cena pública, na década que se encerrou, conforme visto acima, não se limitaram aos setores progressistas, organizados ou não, em movimentos, coletivos etc. As manifestações se tornaram também formas de expressão e performances de grupos e organizações e movimentos políticos conservadores, antidemocráticos, como as carreatas, as manifestações em praças e avenidas, os acampamentos em Brasília e em São Paulo etc. Com a covid-19, as manifestações antidemocráticas crescem e se tornam o ponto nevrálgico no cenário político brasileiro da tensão entre progressistas, liberais ou socialistas, e os conservadores – clássicos ou radicais da extrema direita. Observa-se que as oportunidades políticas foram apropriadas por grupos com projetos de vida e mundo muito diferentes.

Uma novidade que a covid-19 trouxe, com a quarentena, foi a necessidade de distanciamento social e a urgência de pronunciamentos coletivos de protesto contra a gestão governamental federal. Com isso, teve-se a emergência de atos virtuais, que se multiplicaram e se aperfeiçoaram com usos de recursos da tecnologia. No início de maio de 2020, por exemplo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com apoio de inúmeras outras entidades, utilizando um aplicativo, projetam-se frases (como a defesa e apoio à ciência), slogans e protestos políticos, em prédios ou lugares públicos emblemáticos, como o Congresso Nacional, em Brasília, ou em prédios da Avenida Paulista, em São Paulo. Tuitaços em defesa da vida também ocorreram, como gritos possíveis e necessários naquele momento.

Ao final de maio de 2020, após quase três meses de quarentena, com atos públicos presenciais nas ruas apenas do grupo antidemocrático, manifestações de grupos progressistas retornam às ruas, com demandas em defesa da democracia. Isto em um momento em que a curva de infectados e de mortos pela covid-19 estava em ascensão e em meio a uma grave crise sanitária. Com a crise econômica-social emergindo com o aumento do

desemprego, explodem novas facetas da crise política, com a demissão de dois ministros da saúde em um mês, a saída do Ministro da Justiça, denúncias de interferência na Polícia Federal, e outra crise entre os poderes do Estado. Tudo isso mobilizou diferentes setores sociais para a luta em defesa da democracia. Manifestos, campanhas e movimentos sociais vieram a público, saíram às ruas, alguns já existentes, outros novos, como de entregadores de mercadorias por aplicativos, e novas formas de solidariedade nas comunidades mais carentes, via associações e redes comunitárias de compras, apoios etc., criando, de forma totalmente diferente o associativismo popular da década de 1970-1980. Tentaram se reinventar, serem propositivos, e não só reativos.

A luta pautada na defesa do regime democrático em 2020, contra os atos antidemocráticos, fez emergir também, por força das circunstâncias de fatos internacionais, a luta contra o racismo. A cena pública nos Estados Unidos com a morte de Jorge Floyd, em 25 de maio de 2020, fez explodir a luta contra o racismo. O movimento Black Lives Matter (BLM) foi além de um movimento social, tornando-se um refrão universal pela vida, pela igualdade, pela liberdade, e motivando multidões a se integrar a marchas contra o racismo em todo o país. Foi uma reação mundial, levando a atos e marchas em vários países, assim como em capitais de várias cidades brasileiras. Aqui, estes fatos repercutiram justamente no momento de grande tensão entre as forças democráticas e os antidemocráticos. Tudo isso acabou contribuindo para impulsionar vários grupos a sair às ruas em atos de manifestações pela democracia e contra o racismo,

As manifestações contra o racismo e pela defesa da democracia, em 2020, reacenderam a esperança para que mudanças culturais na sociedade ocorram. Inúmeros ativistas e analistas reafirmaram: não existe democracia com a existência do racismo! Este foi um marco histórico importante nas manifestações de junho de 2020. Compartilho da tese: se o racismo foi

“inventado” pelos brancos, naturalizado pelos mesmos, que ignoram os problemas da pobreza e da desigualdade social, e ignoram que há uma cor predominante na pobreza, a de negros, há portanto um racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), e cabe também aos brancos lutarem contra todas as formas de racismo. Várias entidades se pronunciaram, como a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, Academia Brasileira de Ciências, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Imprensa e alguns partidos políticos. O debate sobre o que é democracia também se generalizou na academia e na imprensa. Deve-se registrar também a série de manifestos lançados por grupos da sociedade civil e do meio político, via a mídia online e na imprensa escrita, em defesa da democracia. Tudo isto tem gerado aprendizados e lições aos cidadãos, segundo formulações que temos desenvolvido ao longo dos anos sobre a educação não formal (vide GOHN, 2017a).

A pandemia desnudou algo presente há séculos na sociedade brasileira: a desigualdade socioeconômica. Mas, em função da necessidade de isolamento, a paralisação de atividades presenciais, o *home office*, o *home schooling* etc., acelerou-se o uso dos meios de comunicação, a internet etc. O aumento das conexões se fez num momento em que os indivíduos estavam desconectados presencialmente de seus grupos. Formavam-se tribos de pertencimentos a dadas causas e coisas, num processo crescente de individualização. Não é um ativismo articulado. É um ativismo de seguidores de dogmas, de diferentes tipos. Não há um projeto emancipatório. Há seguidores que agem segundo as emoções, a razão não tem vez, e muito menos o diálogo. Mas as redes são uma realidade que veio para ficar, então cumpre que as forças democráticas e progressistas se unam para utilizá-las para a construção de novos rumos, em direção ao retorno da democracia, à reafirmação de seus valores e à reconstrução de seus processos.

11. 2023: O retorno das políticas participativas no Brasil

O último ponto deste capítulo é muito relevante e merece estudos detalhados sendo nomeado aqui apenas alguns destaques. Após um período de mais de quatro anos de intensas disputas pelo poder político no Estado brasileiro, em Outubro de 2022 Luiz Inácio Lula da Silva retorna ao comando da nação, sendo eleito com uma margem pequena de votos a seu favor, num contexto de intensa polarização entre grupos em defesa da democracia e grupos antidemocráticos. A posse do novo Presidente Lula foi marcada pelo simbolismo que anunciava mudança de rumos, com a subida da rampa do Palácio no dia da posse, acompanhado de líderes indígenas, pessoas com necessidades especiais, e outros representantes dos excluídos. A diversidade social foi destacada assim como o papel de mulheres lideranças indígenas na nova agenda governamental do executivo, com a nomeação de duas lideranças- uma para o Ministério dos Povos Originários, novidade criada, e para a Funai que mudou de nome, de Fundação Nacional do Índio FUNAI para Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Para o Ministério foi nomeada Sonia Guajajara,² e para a FUNAI foi nomeada Joênia Wapichana, do estado de Roraima, única deputada federal indígena na gestão 2018- 2022.³

Mas o ataque aos órgãos do Estado Brasileiro de 8 de Janeiro de 2023, por grupos conservadores e antidemocráticos, destruindo patrimônio público em ação inédita não vista antes na história da República brasileira, demonstrou o ressentimento e a força organizativa dos perdedores; indicou também que havia um longo cami-

2. Sonia Guajajara foi candidata a vice-presidente da República em 2018, pelo Psol/SP, coordenadora da Apib – (Articulação dos Povos Indígenas), e eleita para o cargo na Câmara Federal em 2022.

3. Joênia foi a primeira mulher indígena a se tornar advogada no Brasil, em 1977 e em 2011 obteve o título de Mestre pela Universidade do Arizona/USA. Foi também a primeira mulher indígena a fazer uma sustentação oral no STF-Supremo Tribunal Federal, em 2008, em defesa da demarcação da Terra Indígena Raposa do Sol. É dela também o Projeto de Lei que alterou a nomenclatura do dia 19 de abril de Dia do Índio para Dia dos Povos Indígenas, sinônimo de povos originários (o projeto foi inicialmente vetado pelo Presidente Bolsonaro, mas depois o veto foi derrubado pelo Congresso, em sessão conjunta),

nho a trilhar para construir novos rumos. Os atos foram uma demonstração que a política do antagonismo e do ódio, desenvolvida nos últimos anos, estava e se fez presente com força. O conflito social de então era muito diferente de Junho de 2013. Em 2013 os jovens fizeram política por vias não institucionais, e contribuíram para uma politização alternativa da sociedade. Em janeiro de 2023, os conservadores e reacionários atuaram via golpe, após uma campanha golpista de deslegitimação da justiça eleitoral e negacionismos de toda ordem. Foi um contramovimento político, antidemocrático.

No início da nova gestão a pergunta que se colocava era: é possível reconstruir as estruturas de participação institucionais nos moldes que já existiram, na fase do ativismo estatal (vide ABERS e von BULOW, 2011). Como a conjuntura político-social e econômica em 2023 era muito diferente do período 2002- 2014, a possibilidade do retorno das estruturas participativas no poder público deveria ser repensada porque a realidade organizativa no campo da participação social e política havia mudado também. Os Coletivos, mencionados neste capítulo, predominam no novo cenário associativo, os movimentos sociais tradicionais (sindical, moradia, luta pela terra no campo, estudantes etc.) mudaram e enfrentam desafios para se comporem, ao mesmo tempo que se revitalizam os movimentos identitários (gênero-mulheres e toda comunidade LGBTQIA+) negros, indígenas etc.) além dos religiosos), ambientalistas, e dos novos movimentos comunitários alavancados pelas ideias do empreendedorismo. Acrescente-se na lista as lutas dos povos originários, bastante ignoradas no passado nas discussões sobre associativismo civil, participação, movimentos sociais etc. (ver GOHN, 2024) A questão do Marco Temporal que tem pautado as relações entre povos originários indígenas, poder Judiciário e poder executivo e poder legislativo, ao longo de 2023-2024, não é apenas uma luta por direitos da ancestralidade dos indígenas mas uma luta que atinge conflitos da atualidade, contra o modelo neoliberal de acumulação e ex-

pansão do capital. Também não é somente uma luta pela sobrevivência de formas de vida passada, e da memória de seus antepassados, mas uma luta de “figuração do futuro” nos dizeres de KROIJER (2010). Ou seja, uma luta contra as formas de realização do capital na atualidade, mas também uma luta por um novo modelo de vida e vivência em harmonia entre todos os seres vivos, visíveis e invisíveis. Uma cosmo política de relação entre todos os seres humanos e tudo o restante não humano. Uma luta que define identidades coletivas não na teoria, mas na sua prática de vivência e existência cotidiana., seus ecossistemas. Coloca-se a possibilidade de redefinir a política que caminha para o desastre, o ‘fim do mundo’ para um cenário de esperança, tudo isso graças as lutas e resistências daqueles que tem sobrevivido séculos a devastação, domínio e a subjugação. Registrando ainda que a luta dos povos indígenas não se dá apenas para conquistar direitos, mas também para efetivar direitos já conquistados, mas de difícil efetivação tais como o registro de nascimento de seus filhos.

Isso tudo tem ocorrido numa conjuntura político econômica em que o mundo ocidental parece estar dividido entre governos democráticos e governos da direita, um mundo polarizado e com guerras, especialmente na Ucrânia e na faixa de Gaza, desastres ambientais, governos progressistas retornando ao poder na América Latina (Brasil, Chile, Colômbia) e liberais da direita assumiram o poder em outros (Argentina, Peru, etc.), tensões na França, Inglaterra, e Estados Unidos com disputas pelo poder e eleições. Indaga-se: estes cenários são questões apenas internas ou tem algo de geral, decorrente de políticas neoliberais, momento da globalização etc.? Nossa hipótese é a de que existe as duas dimensões. A crise global está presente em todos os locais onde há conflitos, protestos. Mas estas questões têm formas e repertórios diferenciados, segundo os processos históricos locais.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, fizemos um percurso pela história das mobilizações no Brasil, contextualizando-as, resgatando a memória de mobilizações populares advindas de necessidades da própria população vulnerável das periferias; mobilizações de movimentos identitários em luta por direitos culturais ou múltiplas diversidades humanas existentes; mobilizações em defesa do espaço comum, do meio ambiente, em defesa ou resistência pelo bem comum (recursos hídricos, matas, florestas, territórios naturais, animais, fauna e flora). Registrou-se também o crescimento de mobilizações advindas de movimentos e organizações políticas conservadoras, que ganharam o palco nas ruas e a adesão de muitos cidadãos brasileiros na última década. O ponto para esta finalização é o reforço sobre a questão da democracia. Partimos de movimentos que lutaram pela redemocratização do país. Passamos por mobilizações que buscaram construir modelos de cidadania ativa e participativa. E concluímos, com pesar, registrando o atual processo de retrocessos, de perdas ou revisões de direitos conquistados, um processo de desdemocratização. Mas, se o pessimismo é paralisante, temos de reconstruir as perspectivas otimistas. Pode-se observar que a democracia possui aspectos educativos, advindos da participação dos cidadãos e cidadãs tanto na esfera pública civil como na esfera pública governamental, dando fundamentos ao exercício de cidadania (GOHN, 2017c e 2019). O processo educativo resulta na produção de saberes e aprendizado político para os próprios participantes e a sociedade, independentemente de posições ideológicas ou programáticas de qualquer setor ou grupo social. A História registra que há oportunidades e riscos à democracia. Como se trata de um processo concreto, real, construído pelos homens e pelas mulheres em seu tempo, tanto poderão ocorrer processos de potencialização dos valores democráticos, como poderão ocorrer o combate a estes mesmos valores, a luta pela sua desconstrução. Portanto o aprendizado (GOHN, 2014b) gerado nos processos participativos

advindo das diferentes mobilizações poderá gerar concepções e valores que reforcem princípios progressistas, assim como gerar ou reforçar princípios conservadores. É a cultura política do país que está em construção, sendo tensionada. Trabalhamos com o conceito de cultura política de Klaus Eder (1992) porque ele aborda a possibilidade de coexistência de várias culturas políticas disputando espaços.

Na atualidade, em plena pandemia da covid-19, com uma crise moral e política em curso, grupos se organizam em defesa da democracia, face a um processo de desdemocratização e perda de direitos conquistados. Chales Tilly afirmou: “Não há condições necessárias para a democratização e a desdemocratização. Há processos necessários” (TILLY, 2013, p. 216). A questão é: quais as condições necessárias atuais para o resgate do exercício pleno da democracia?

Nossas pesquisas indicam que é necessário qualificar a participação na democracia, tanto em termos dos atores em cena, projetos políticos e econômicos como em termos dos espaços e territórios em que eles se viabilizam. Pesquisar os engajamentos não só do ponto de vista individual, das escolhas de cada um visando retribuições, numa lógica de custos versus benefícios. Pesquisar do ponto de vista da construção de busca de sentidos, ver as pautas a partir de narrativas coletivas, construídas nas redes de compartilhamento e solidariedade. Os espaços de socialização dos indivíduos são diversos, para além de recursos oriundos da socialização familiar, religiosa ou escolar. Isto implica refletir, neste momento, sobre as redes sociais, midiáticas, de comunicação, tanto as construídas para agregar, mobilizar e gerar narrativas aos cidadãos como as que estão de posse dos indivíduos no dia a dia, via aparelhos celulares, por exemplo, e a potencialização que recursos como o WhatsApp têm fornecido para construir ou destruir narrativas. Novas categorias de análise ganharam força na atualidade, tais como a solidariedade e o isolamento social que estamos vivenciando. Como as forças progressistas estão refletindo sobre elas

de forma a contribuir para a construção/reconstrução de espaços plurais para o debate público, realizado de forma remota na sua grande maioria? Como construir críticas construtivas, sair da polarização excludente? Não há soluções prontas nem receitas de passos a seguir, como muitos almejam. Novos caminhos devem partir do que une, e não do que divide. É visar como meta a construção de um processo civilizatório que tem no centro os seres humanos e o bem comum como valor fundamental. Os processos históricos vividos, experienciados, devem ser a base para a reflexão sobre esses novos caminhos. Esperamos que, com este capítulo, tenhamos dado alguma contribuição nesta direção, resgatando os diferentes e diversos processos de mobilização sociopolíticos ocorridos nas últimas décadas no Brasil.

Referências

ABERS R. *Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada: a relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura*. IPEA. Texto para Discussão 2231. 2016 Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/041>.

ABERS, R.N.; TATAGIBA, L. *Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher*. In: Encontro Anual da Anpocs, 38º, 2014, Caxambu. ANAIS DO ENCONTRO. São Paulo: Anpocs, 2014. p. 1-32.

ALMEIDA, R. “Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP* 38 (1): 185-213. 2019

ALMEIDA, Carla; CAYRES, COSTA, Domitila; TATAGIBA, Luciana. “Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 94, 2015. p. 255-294.

AVELINO, D. P. d. “Cidade e cidadania: considerações sobre a gestão democrática na política urbana brasileira”. In: COSTA, M. A. (Ed.). *O Estatuto da Cidade e a Habitat III : um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. cap. 5.

AVRITZER, Leonardo. “Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988”. In: AVRITZER, Leonardo (org.).

Experiência democrática, sistema político e participação popular. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. "The logic of connective action. Digital media and the personalization of contentious politics". *Information, Communication and Society*, vol. 15, n 5, p. 739-768, 2012.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika e ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago. 2017

CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. Rio de Janeiro. Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society. The information age: economy, society and culture*, Vol. I, Oxford, Blackwell Publ. 1996.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society* Vol. II Oxford, Blackwell Publ. 1997.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society* Vol. III Oxford, Blackwell Pub. 1998.

CAYRES, D. "Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais". BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (82), 81-104. 2017.

CODATO, A. "A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador". In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; e CODAS, Gustavo. (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 115-143.

DAGNINO, Evelina. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" In Daniel Matos. (org.) *Políticas de ciudadanía y sociedad em tempos de globalización*. Caracas, Univ. Central da Venezuela, 2004.

DAHL. Robert A. *On democracy*. New Haven & London: Yale University Press. 1998.

DIANI, Mario e BISON Ivano. "Organizações, coalizões e movimentos", in ABERS, Rebecca e von BULOW, Marisa (Orgs.). Dossiê: Movimentos sociais e ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 3, Brasília, jan. Julho 2010. p 219-249.

DELLA PORTA, Donnatella. O movimento por uma nova globalização. S.P. E. Loyola, 2007.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario *Los movimientos sociales*. Madrid: UCM.2015

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

EDER, Klaus. "Culture and Politics", in A. Honneth et al., *Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment*. Cambridge, MIT Press. 1992.

GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo, Cortez Ed. 1982.

GOHN, Maria da Glória. A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela moradia em São Paulo*. S. Paulo, Ed. Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. "Orçamento público e participação popular". In: Balanço das Experiências de Orçamento Participativo nos Governos Locais. *Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais*, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

GOHN, M. G. "Os Jovens e as Praças dos Indignados: Territórios de Cidadania". *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, p.205 - 218, 2013 b

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2013c.

GOHN, Maria da Glória. "Pluralidade da representação na América Latina". *Revista Sociedade e Estado*. Universidade de Brasília- UnB, vol.29, n.1, p.73-90, 2014a.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2014b.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2015.

GOHN, Maria da Glória. "Gestão pública e os conselhos: revisitando a participação na esfera institucional". Dossiê: Políticas Sociais na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC. Universidade de Brasília. Vol. 10, n. 3, p. 15-28. 2016a.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 9ª Edic. São Paulo, Cortez Editora. 2016b.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil na atualidade: Correntes e contracorrentes*. São Paulo: Cortez, 2017a.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 12ª Edic. São Paulo: Edições Loyola, 2017b.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2017c.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 10a ed. São Paulo: Cortez, 2017d.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, Vozes, 2019.

LAVALLE, A. GURZA. "Participação: Valor, Utilidade, Efeitos e Causa". In: PIRES, Roberto Rocha (Org.). *Efetividade nas instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. p. 33-43.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como morrem as democracias*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1996.

MILANI, Carlos R. S. "O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias". *RAP – Revista de Administração Pública*. FGV. Rio de Janeiro 42(3):551-579, maio/jun. 2008.

OLIVEIRA, Francisco. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis. Vozes, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio. Paz e Terra, 1988.

SNOW, D. e BENFORD, R. "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment". *Annual Review of Sociology*, Vol. 26. (2000), p. 611-639.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. *M@scAr@dos: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Blocs*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOLANO Esther (Org.) *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, SP, Boitempo, 2018.

SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; MORONI, José Antonio (Org.). "Governança Democrática no

Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas”. *Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios*. Relatório Final: Instituto Polis/Inesc, 2011.

TARROW, S. *New transnational activism*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis, Vozes, 2013.

THOREAU. 1975. *A desobediência civil*. São Paulo, Cultrix.

TOURAINÉ, Alain. *Qu'est-ce la démocratie*. Paris. Seuil, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, Vozes, 2007.

Relação dos Atores Sociais, Políticos Tradicionais, Novos Movimentos e Redes Sociais: Conflito ou Complementação?*

Walter Tesch¹

Resumo

Os atores sociais inovadores que operam em favor de mudanças para atender o bem comum se defrontam com uma diversidade de causas, movimentos sociais impulsados por redes digitais e tendências guiadas por algoritmos, assim como o controle territorial de políticos tradicionais. Esta nota aponta explicitar tais obstáculos ou as linhas de forças com que a sociedade fragmentada se encontra enfrentada.

Para surfar neste cenário complexo, destacamos, além dos obstáculos assinalados, a tendência da captura do Estado por múltiplos interesses corporativos, caciques de currais eleitorais controlando recursos públicos e uso do gasto social.

A reflexão exposta destaca dois eixos estruturantes para responder à desestruturação social e aos caminhos de resistência: por um lado criar um ambiente adequado para diminuir a distância política entre a esfera de poder do Estado e a sociedade civil, e, por outro, fortalecer a organização local, os municípios, as comunidades onde, com o conhecimento e a sabedoria do cidadão local, se

* Artigo produzido em 2021

1. Brasileiro, Licenciado em Sociologia pela Universidade da República do Uruguai, Mestre em Ciências Sociais pela PUC/Lima/Peru. Atua em desenvolvimento de organizações sociais. Nos últimos quinze anos com foco nas Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. Foi Subprefeito de Parelheiros (¼ do território do município). Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Diretor na Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município e Diretor Executivo da Fundação Florestal de São Paulo.

Nota: Agradeço a Allana Tainá Milani Palombo pela colaboração na formatação e observações.

torna mais viável a resiliência frente aos eventos extremos e desestruturar as ondas de violência e desarmar as *fake news*.

1. Tendência da sociedade na era da internet e da inclusão participativa: elementos de uma abordagem

Qual a democracia possível na era da internet, redes digitais e das informações instantâneas? Como cidadãos com escassos recursos para a existência podem incidir nestes cenários? Que formas de participação e ação se delineiam neste mundo fragmentado em grupos, tribos, crenças, emergência de lideranças patológicas e polarizantes? Como motivar e formar lideranças jovens para e em prol do bem comum?² Como e baseando-se em que objetivos pactuar/fazer alianças? É possível conciliar satisfação das necessidades imediatas em espaços e territórios onde os sistemas de suporte à vida estão sendo destruídos? É possível continuar propugnando desenvolvimento e crescimento sem limites? Qual o limite deste modelo de crescimento econômico?³ Não existe uma resposta nem receita, pois o futuro é resultado de ações definidas pelos humanos. Contudo, para os cidadãos que participam na sociedade com um mínimo nível de consciência de existência e para não tornar-se mera estatística, parece necessário recordar e repetir ao estilo de um mantra **quem somos, com quem vivemos, o que precisamos para viver e onde estamos**.

2. A organização www.aiesec.org no nível global se propõe a formar lideranças jovens para o futuro. No Brasil, entre outros, uma iniciativa plural, como a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS, seleciona e forma lideranças políticas inovadoras: www.raps.org.br.

3. Donella e Dennis Meadows, equipe do MIT, por demanda do Clube de Roma, produziram o estudo *Os Limites do Crescimento*, em 1972, em que alertava para os “limites do crescimento”, suas previsões de colapso foram criticadas, mas atualmente são consideradas com mais seriedade. Também o Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, de 1987) propõe uma nova visão da relação entre homem e ambiente com a tese do “desenvolvimento sustentável”, muito tema de discursos e pouco praticada. Recentemente a Global Footprint Network (GFN), responsável pelo cálculo do Dia da Sobrecarga da Terra, anuncia anualmente qual o dia do ano que a humanidade fica em débito com a Terra, passando a consumir mais recursos do que o Planeta consegue regenerar. A GFN está indicando que em 2030 se necessitariam duas Terras para satisfazer a demanda de recursos naturais. Para conhecer mais, visite www.footprintnetwork.org. Os geólogos, por sua vez, definiram que o planeta ingressou na Era do Antropoceno.

De onde viemos? A ciência e o conhecimento que nos permitiram controlar enfermidades, alongando a vida, produzir alimentos para bilhões de pessoas, ir à Lua e enviar naves além do sistema solar também nos informam que entre 10 e 12 mil anos atrás aconteceram as primeiras grandes mudanças. Nossa espécie passou a se aglomerar em territórios, produzir e armazenar alimentos, criando as primeiras aldeias e cidades. Desde então, parte deixou de ser hordas de coletores e caçadores. Este processo não foi unilinear, e muitas das civilizações do *homo sapiens* colapsaram em vários lugares do planeta. Nos últimos 300 anos, mudanças mais radicais promovidas pela Revolução Industrial permitiram o crescimento da população e a concentração em cidades, alcançando no século 19 (1830) ao primeiro bilhão de indivíduos, em pouco mais de 100 anos (1927) dobrará para 2 bilhões e em menos de 200 anos depois chega aos 8 bilhões (ECODEBATE, 2017). Hoje, com todos conectados e integrados globalmente, gerando vetores de novos tipos e com o adensamento populacional em espaços reduzidos, obriga-se a avaliar a capacidade de suporte de um espaço territorial para vivermos juntos em condições saudáveis, física, psíquica e socialmente.

Onde estamos? Embora alguns acreditem na narrativa da terra plana e a maioria viva sua existência como se nada interferisse neste contínuo, ignoram aquilo que o cientista Buckminster Fuller (1998)⁴ figurativamente explicitou no *Manual de Instruções Para a Nave Espacial Terra*. Resumidamente, faz pouco que uma parcela do *homo sapiens* tomou consciência de que está em uma nave que singra o mar cósmico, sem conhecer o caminho nem o destino, não possui manual de instrução e descobriu que o sistema de suporte à vida está avariado e não há a possibilidade de apoio de uma nave-mãe. Além disso, passageiros e tripulantes não se entendem e não possuem comando.

Para agravar, uma previsível pandemia em 2020

4. O visionário Buckminster Fuller foi também quem inspirou os jovens empreendedores libertários do Seasteading Institute com seu projeto de cidade flutuante na década de 1960.

se espalhou em todos os rincões do planeta, explicitando que um dos **vetores socionaturais desconhecidos** constitui fator suficiente para **desestruturar os sistemas de vida estabelecidos**. Além disso, outros vetores socionaturais, como as mudanças no frágil equilíbrio que mantém o sistema de suporte à vida (qualidade do ar, água, clima, condições de produção de alimentos), junto à concentração da população em grandes cidades, coadjuvados com interação de comunicações e transportes, alcançam rapidamente a escala global, tornando estes eventos extremos desestruturadores.

Atores diversos atuam de forma válida nos planos global, nacional e local. A diversidade de culturas, interesses e de consumo gera um potencial de conflitos étnicos, religiosos e nacional, mostrando que não existe uma única solução entre as cerca de 190 nações, com seus 5 mil idiomas, que não se ajustam ao ritmo e à velocidade necessários que as mudanças demandam. Neste contexto, analistas e especialistas em desenvolvimento apontam que de 40 a 50, entre os 190 Estados do planeta, são instáveis, correndo risco de colapsar. Apontam também que será nas cidades (no caso, municípios) onde se definirá o futuro da ordem ou da desordem. Um caminho que se esboça viável é o de uma confederação das boas vontades em rede, aglutinando iniciativas e vontades, construindo espaços que permitam funcionar de forma segura para a reprodução da vida. Existem agendas para todas as causas, alguns aspiram ir à Marte ou construir uma espécie de Elysium⁵. Tem aqueles com grande poder aquisitivo que adquirem áreas com segurança hídrica e alimentar, onde, com a estruturação de milícias, buscarão garantir a segurança. A abordagem mais realista é a de que o desafio da vida em comum é aqui e agora. O que a tendência mostra, especialmente nos países de grandes contrastes econômicos e sociais, é que as grandes cida-

5. Poderosos “empreendedores libertários”, como Peter Thiel, que criou o PayPal, Patri Friedman, neto de Milton Friedman, e outros do Seasteading Institute trabalham em projetos de cidades flutuantes, comunitárias, sustentáveis e autossuficientes. Ver <https://www.seasteading.org> e <https://www.facebook.com/groups/5490011387/>.

des podem se tornar armadilhas para os mais carentes, assim como aqueles aglomerados instalados junto à orla marítima. Nesta perspectiva, existem diversas rotas, desde a aquisição de áreas de formas coletivas, a migração dirigida, o fortalecimento de municípios e regiões com grau e perfil elevados de resiliência, potencial de autossuficiência hídrica, segurança alimentar, baixa densidade populacional no território e indicadores positivos do “fator comunidade” ou “capital social”. No Brasil, 70% dos municípios possuem menos de 20 mil habitantes, que demandariam avaliações sobre a resiliência e a viabilidade de adaptações às mudanças para abrigar novas gerações (PLANJETAR, 2017).

As ideias-força são uma espécie de software estruturante, que organiza as pessoas e os movimentos para ações e desenvolvimento de processos. Neste caso, a título de exemplo, algumas ideias-força geram mais probabilidade de êxito para estas iniciativas, que podem ser: 1) princípio da subsidiariedade com o fortalecimento da sociedade com o Estado necessário e custo viável e viável; 2) cooperação e ajuda mútuas, corresponsabilização, ganha-ganha; 3) fortalecer nas cidades e estados as diversas modalidades de áreas protegidas (Unidade de Conservação), ampliando as muralhas verdes nas zonas de amortecimento; 4) propugnar condições para a aquisição de áreas e reservas privadas, transformando-as em refúgios autossuficientes da biodiversidade; e 5) promoção da educação ecológica de sobrevivência, autossuficiência com os consumos necessários e fortalecimento da gestão transparente de águas no território.⁶

Portanto, o propósito desta abordagem, mais que reflexões conceituais ou o delinear de fundamentos de teoria social – que podem ser pesquisados e encontrados com relativa facilidade –, é subsidiar cidadãos, ativistas, lideranças, principalmente jovens que possuem vocação,

5. Existe um esforço teórico prático de estabelecer diretrizes de mudanças de postura. Um interessante e pragmático é o formulado em *Donut Economics: Sete Maneiras de Pensar como um Economista do Século 21*, livro de 2017 da economista Kate Raworth, de Oxford. O livro desenvolve o conceito de “economia de rosquinha”, abordado inicialmente em *A Safe and Just Space for Humanity*, de 2012.

que atuam ou têm aspiração de atuar em sua comunidade nas funções de representação em favor do bem comum.

No Brasil, existe um enorme desafio de coesão e participação sociais, fortalecer as instituições intermediárias, canais que viabilizam a participação e a relação entre o Estado e a sociedade, em que os partidos políticos estão fragilizados, sem credibilidade representativa. No dia 19 de setembro de 2020, a Globo anunciou uma pesquisa que reafirma esta noção. Nos 33 partidos registrados estão filiados apenas 11% dos eleitores, cerca de 16 milhões de cidadãos. Portanto, os novos condutores e “atletas políticos” não atuarão em um mundo binário, terão que navegar em um mundo globalizado e de comunicações massivas, instantâneas e complexas, difíceis de processar simplificada-mente, e ao mesmo tempo conviverão com formas arcaicas de relações e mentalidades tradicionais, instituições de Estado de diversos perfis para viabilizar políticas públicas com recursos fiscais altamente disputados, territórios de populações desiguais e ritmos diferentes.

2. Atores sociais operam em um cenário complexo e em transição

Uma questão que apontamos se destaca como protagonista de ação social: são os “**atores sociais**”. Como a proposta não é uma análise da sociedade atual, mas ideias-forças que colaborem e ofereçam subsídios para que nossos protagonistas possam desenvolver uma ação social com resultados, tendo condições para melhor ver, analisar, julgar e atuar. Quando abordamos determinada realidade social em um território ou em uma comunidade, um passo necessário é realizar um diagnóstico da situação com dados disponíveis e informações sistematizadas para tornar mais eficaz e eficiente nossa intervenção, identificar os diversos atores/agentes sociais que incidem neste **cenário de mudanças** ou estagnação social.

Como se pode observar, não estamos mais tratando de “luta de classes”, de “revolução” das complexas estruturas institucionais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Estamos utilizando um esquema clássico das ciências

sociais tratado por muitos sociólogos, descritivamente identificando os atores que se movimentam em um teatro, o teatro da vida, onde diversos atores exercem papéis diferentes, seguindo as narrativas sob a orientação de um diretor. Os diversos atores desempenham, portanto, diversos papéis neste cenário – por vezes se descreve também tal cenário como um teatro de operações. Neste cenário de forças e energias da economia, as ideias, a cultura, os valores, as crenças, tanto do local como planetárias, se contaminam ou se impactam mutuamente, determinando cursos de ações. Assim sendo, em qualquer marco de entendimento este “ator individual”, em determinada conjuntura, ou um “ator social coletivo”, no mais longo prazo, jogam um papel importante conforme a capacidade de se fazer ouvir ou arregimentar o maior número de indivíduos ao redor de suas ideias e “narrativas”, propostas ou programas. Sempre no entendimento de que em nossa sociedade nada está dado, fixo ou definido previamente, mas que tudo é uma dinâmica desigual e combinada de múltiplos interesses para insidir em diretrizes de políticas e ocupar espaços de poder institucional, no fundo se desenvolvem relações de poder no “cenário social” no qual se está buscando o controle de recursos ou reconhecimento.

Assim sendo, em sintonia com conceitos do sociólogo francês Alain Touraine, podemos entender este ator social como alguém que é engajado em relações concretas, comunitárias, profissionais, econômicas, política, cultural, religiosa e é também ligado a nacionalidade, gênero ou etnia e que procura aumentar sua autonomia, controlar o tempo, incidir em instituições e em suas condições de trabalho ou de existência em determinado “sistema social”, pactuando ou mobilizando forças sociais e políticas para alcançar objetivos determinados.

3. A manipulação e o controle social em um mundo conectado

Como se constata, atravessamos uma era marcante de mudanças em todas as esferas da realidade social e natural com uma aceleração sistêmica de características

imprevisíveis, e no plano social especialmente pela veloz transformação imposta pela revolução tecnológica, que se projeta globalmente em todos os campos, gerando interdependência e subordinação. As comunicações e informações instantâneas integradas e viabilizadas pela rede de internet possibilitaram manifestações e posturas individuais pelas redes digitais, tornaram possível, com o computador portátil que é o smartphone, desfazer-se de representações tradicionais para imediatamente expor suas ideias ou posições com características de fortes emoções e pouca racionalidade. Este instrumento é uma ferramenta, mas também um bumerang com ideias “fake”, raivas e ódios, gerando um “sistema circulatório” de opiniões superficiais na incidência, mas dando ao emissor a ideia de que é um “ator estratégico” e protagonista quando replicam ideias em uma bolha informativa. Assim, as teses clássicas que orientavam as ações políticas com base em uma “classe trabalhadora” como “sujeito histórico” de consciência, mudanças e formas de organização perderam espaço de protagonista para estas outras expressões, que operam neste outro mundo de interesses fragmentados, bolhas de identidade de diversos signos em ondas de mudanças imprevisíveis.

Contudo, esta ilusão de “autonomia individual” desconhece ser uma peça de movimentos com vetores de controle e manipulação algorítmica de influência ou sob controle do Estado⁷ ou de grupos de poder com suporte

7. Um exemplo paradigmático de controle social é o do Estado chinês, com organização política central e amplo uso de tecnologias. A China pretendia implantar em 2020 um “sistema de crédito social”, que recompensa (acesso a viagens, saúde, estudos, emprego etc.) ou pune comportamentos dos cidadãos, exemplo: perde ponto comer no metrô, deixar cão sem coleira, jogar lixo no chão etc., e ganham pontos doar sangue, trabalho voluntário, cuidar de idosos, atender pessoas com deficiência física etc. O sistema é viável com tecnologia 5G, câmeras de vídeo de alta definição e software de reconhecimento facial. Em 2016, a China tinha 176 milhões e os EUA 50 milhões de câmeras de vigilância. O Centro de Estudos IHS Markit estima que, em 2022, a China atinja 2,76 bilhões de câmeras, quase duas por habitante. Com a fenotipagem de DNA (o código genético que determina cor dos olhos, pele, ascendência) é possível reconstruir um desenho bastante aproximado do rosto do dono daquele DNA. Implante de microchips (uma técnica utilizada para monitorar pássaros migratórios via satélite), tornozeleiras eletrônicas, códigos QR para mapeamento geolocalizado, sistemas que, com o argumento de assegurar a saúde, a segurança etc., são legitimamente financiados, implantados e aplaudidos.

empresarial⁸. É neste cenário complexo que atores sociais inovadores terão que se desenvolver e recriar-se para um novo mundo, que está emergindo com grande velocidade e instabilidade.

Para entender os desdobramentos, o perfil e o estilo de ação de alguns atores sociais deste mundo interligado, é possível exemplificar com vários documentários, como *Privacidade Hackeada*, dirigido por Karin Amer e Jehane Noujaim (2019), que oferece subsídios conceituais ao informar e analisar os processos de apropriação e uso de dados privados pelas plataformas e redes digitais e como estes dados são utilizados no jogo de poder para eleger um *político avatar* ou *outsiders* “salvadores”. Com pessoas abduzidas pelos smartphones, dificilmente teremos uma sociedade organizada e uma democracia como a que conhecemos em estruturação desde o século passado, fruto da grande mudança promovida pela Revolução Industrial. Agora é o controle e a manipulação de *big datas*, algoritmos e IA que comandam e direcionam interesses na sociedades de massas densamente urbanizadas. O citado documentário aborda o caso da empresa Cambridge Analytica, investigada por *fake news*, que incidiu na saída da Inglaterra da União Europeia e participou de dezenas de eleições mundo afora, uma empresa que começou treinando exércitos e serviços de inteligência para influenciar o comportamento de inimigos em conflitos. Esta empresa ajustou as técnicas de psicologia de massas e guerra psicológica para campanhas no campo de disputa política eleitoral. As sofisticadas técnicas de manipulação de comportamentos avançam com rapidez e seu futuro é previsível. É bom recordar também que Steve Bannon, que foi vice-presidente da Cambridge, estrategista da campanha de Trump, foi

8. Neste campo, encontramos inúmeras iniciativas com diversas características de grupos econômicos incidindo na política de várias formas (apoando outsiders que capturam o poder do Estado), desenvolvendo ações político-sociais e como grupos de pressão. Recordemos Google, Facebook, Amazon, Tesla com o controle de tecnologias e de big data de bilhões de pessoas, e até com estratégias mais elaboradas visíveis, como Bill Gates e Bloomberg, exemplos de ação política fora das clássicas estruturas partidárias tradicionais, mas de grande incidência política.

preso em agosto de 2020 e solto após pagar 5 milhões de dólares de fiança (GLOBO, 2020).

É importante sublinhar a inexorabilidade da conexão a estas redes e a impossibilidade de sair das mesmas. Contudo parece necessário entender e estabelecer diques que contenham a mobilização de ódios e a indução a conflitos polarizados. É isto, por exemplo, o que recomendam enfaticamente os criadores destes algoritmos de manipulação em outro recomendável documentário denominado Dilema das Redes, exibido na Netflix e dirigido por Jeff Orlowski (2020).

Como, então, comunidades locais e territórios podem fazer diferença? Como saber se você não está sendo manipulado por ideias, preconceitos e certezas ou estratégias diversionistas – quanto mais divisão, mais fácil a conquista – que foram introduzidas e alimentadas em sua bolha, em seu grupo de convivência, com outros propósitos? Estes vírus malignos (memes, mensagens, trolagem, cancelamentos, fakes news etc.) podem ter sido formatados por especialistas como parte de uma estratégia premeditada e introduzida nas redes da internet e propagada por influenciadores – a similitude de uma “corrente sanguínea digital” que na teia da sociedade vai contaminando todo o corpo social, provocando dissídia, ódios e conflitos polarizados. As técnicas de laboratórios de mentiras e fofocas se tornou uma metodologia que a tecnologia de redes digitais potencializou como uma bomba disruptiva incontrolável. A contraestratégia a esta tendência pode ser apreciada em outro documentário, *Virando a Mesa do Poder*, dirigido por Rachel Lears, sobre a campanha que elegeu a deputada norte-americana Alexandria Ocasio-Cortez.

4. Forças tradicionais ancoradas no patrimonialismo cultivam o clientelismo ao navegar sob necessidades, medos e crenças

Um dos espaços de acolhimento dos segmentos mais desamparados durante as crises são as igrejas.

Certamente há diferenças entre as diversas igrejas, uma das abordagens que permite viabilizar estratégias é o apresentado pelo documentário *The Family: Democracia Ameaçada*, também na plataforma da Netflix, dirigido por Jesse Moss (2019). É um documentário que contribui para o entendimento da complexidade do cenário global atual, abordando especificamente grupos de influência e suas relações com o poder. No caso, um grupo cristão conservador – conhecido como Família ou Sociedade –, mostrando sua história e sua influência junto a lideranças na política norte-americana. Mas este grupo não é um caso isolado.⁹

O pesquisador norte-americano Jeff Sharlet (2008), autor do livro que deu origem ao documentário, também informou sobre a relação entre o grupo Family e os militares brasileiros nas décadas de 1960 e 70 e, mais recentemente, com figuras do atual governo brasileiro. O site Metrôpoles (2020) informa que o chanceler brasileiro Araújo, em um encontro, reforçou o alinhamento do governo brasileiro com estas igrejas. Movimento fundado por Abraham Vereide em 1953, criou o National Prayer Breakfast, um dia que é realizado todos os anos, geralmente na primeira quinta-feira de fevereiro. A força política deste movimento, que se espalha em outros países, é calibrada pelo fato de que os presidentes norte-americanos, democratas ou republicanos, participam deste Breakfast. Em 2017, Donald Trump fez um discurso em que prometeu revogar a Emenda Johnson, preceito constitucional que proíbe a atuação política das igrejas, uma vez que estão isentas de impostos.¹⁰

As formas de estruturação de poder se projetam também em urbanizações desordenadas em grandes pe-

9. *Como Salvar o Capitalismo* é um documentário de 2017 (Netflix), dirigido por Jacob Kornbluth e Sari Gilman. Ele segue o ex-secretário do trabalho do governo Clinton (1990) e professor Robert Reich em palestras e encontros que abordam o estado atual do sistema econômico e político norte-americano. Mostra a fragilidade dos partidos para representar os eleitores e como as elites capturam recursos do Estado e aprovam leis e subsídios, questões que nosso país conheceu bem nos últimos anos em vários estados.

10. A Assembleia paulista, em 2019, aprovou e o governo sancionou a Lei no 17.136, que cria o Dia de Oração pelas Autoridades da Nação (a terceira segunda-feira de cada mês).

riferias urbanas, com populações carentes resultando da desestruturação das economias tradicionais e de migrações devidas a eventos climáticos extremos. Este processo propiciou um ambiente para o surgimento de formas de organizações de diversos signos que capitalizam a fragilidade social e as crenças com diversos objetivos. As estruturas de igrejas e articulações políticas, com crescentes facilidades fiscais, têm sido também um campo fértil para desvios. Esta questão está generalizada no planeta. Uma reportagem de uma equipe de jornalismo investigativo denominada *Como o Crime Organizado Tem Explorado Benefícios Concedidos às Igrejas para Operar Seus Negócios Ilegais* oferece um quadro sobre o tema, que certamente é um fator de enorme peso no cenário político. O professor Gabriel Feltran (2018) apresenta subsídios para compreender a emergência e a evolução de novos tipos de organização de poder paralelos ao Estado e como as respostas tradicionais (construir presídios, aumentar efetivo policial e prender mais), em vez de resolver os problemas, geram outros mais críticos e incertos.

Misturada, paralela ou complementar ao anterior, encontramos a administração tradicional do poder capturando partes das estruturas do Estado para o controle e o uso dos recursos públicos, utilizando a estratégia de cooptação e corrupção em todas as esferas do poder público. Esta tradição gera famílias de poder e oligarquias locais em que orbitam cabos eleitorais-assessores, associações locais de interesses que se apropriam dos recursos públicos de diversas formas, mantendo os associados enquanto estes tenham condições de satisfazer demandas imediatas e gerar oportunidades de renda. A relação entre poderes perde suas fronteiras ao instaurar um sistema de emendas parlamentares em que os legisladores se transformaram em cogestores dos poderes executivos, “fazedores” de todos os tipos de obras (asfalto, praças, meios-fios, consertos, calçadas etc.), fortalecendo seus feudos e currais políticos. Estas ações se aceleram especialmente em anos eleitorais, realizados de dois em dois anos. Este sistema de distribuição de recursos públicos é

o que permite aos executivos cultivarem uma “base parlamentar”, razão pela qual temos uma complexidade de tributos e taxas que alimentam os cofres, o gasto público e o sistema de corrupção clientelista.

As necessidades imediatas constituem um vetor avassalador em sociedades desiguais e de escassos recursos, colocando em disponibilidade a cooptação de toda liderança emergente. Neste cenário, qualquer proposta de mudança social exige aglutinar forças em um colchão ou rede de proteção em favor das mudanças para não correr o risco de ser capturado pelas necessidades imediatas. Convém pensar que empresas e movimentos políticos estão constantemente formulando estratégias para influenciar e direcionar grupos humanos aos seus objetivos e isto nas sociedades atuais se torna um desafio permanente. Em termos gerais, podemos mencionar que na sociedade existem grupos “promovendo mudanças” e outros “resistindo às mudanças”. Neste contexto, são mencionadas com frequência duas questões que merecem reflexão e análise nos processos de participação político-social para determinar adesões e reações de forças: uma que diz ser necessário que 30% de uma população esteja sintonizada com sua narrativa ou proposta para que ganhe adesão e tenha possibilidade de ser escutada e alcançar maioria. A outra colocação é que as revoluções e os processos de mudanças têm a condução de 2 a 3% de lideranças convictas de sua narrativa e que, neste mesmo contexto, de 2 a 3% de lideranças se opõem e resistem às mudanças propostas.

5. O cenário político-social no contexto da pandemia no ano de 2020

A pandemia global, um vetor desestruturador de sociedades, colocou novos elementos no quadro de situação em muitas partes. O clientelismo político e a ceva de currais eleitorais foram legitimados e acelerados, a entrega de cestas básicas e todo tipo de ajuda era considerado crime eleitoral e compra de votos, mas no contexto da crise ficou escancarado e abertamente exercido onde

grupos políticos e “controladores de territórios” distribuem as “ajudas” liberadas pelo Estado.

Em abril, quando foi anunciado, o aplicativo criado pela Caixa Econômica Federal teve 67,5 milhões de *downloads*, gerando 49,2 milhões de cadastros para a ajuda emergencial, com a estimativa anunciada pelo governo de que até 70 milhões de brasileiros recebessem estes recursos emergenciais. Já em abril 46,2 milhões de brasileiros tiveram a primeira parcela de 600 reais do auxílio emergencial creditado em suas contas (como referência, o Canadá tem 37,5 milhões de habitantes e Argentina 44,5 milhões).

Além do programa federal do auxílio emergencial, estados e municípios desenvolveram políticas específicas de apoio com cestas básicas e outros benefícios às camadas mais vulneráveis, fortalecendo lealdades pendulares, como se observa nas pesquisas de opiniões, refletindo comportamentos passados. Esta é a realidade política e social do país, em que, certamente, se não houver nenhum brote de explosão social, vai no curto prazo fortalecer os modelos tradicionais de políticas convivendo com tecnologias sofisticadas, com explosões catárticas de quando em quando. Como se pode constatar, a crise, o acesso de 70 milhões de cidadãos ao auxílio emergencial e os 12 milhões de desempregados deixam transparente a dimensão da disponibilidade político-social, o potencial de crise com uma massa vulnerável, que pode pendularmente oscilar da direita à esquerda segundo as circunstâncias e a manipulação de informações dos algoritmos.

As demandas deste segmento da população continuarão sendo a satisfação das necessidades imediatas, de renda, transporte, saúde, educação, moradia e vai sendo expressa por uma matriz de representação clientelista, salvo o agravamento da crise. É possível que em certos territórios surjam novos tipos de representação emergencial, como as assinaladas em algumas favelas, em aliança com tradicionais, igrejas e até certos tipos de organizações subterrâneas (FELTRAN, 2018).

O Estado continuará sendo demandado para levar

os serviços e as políticas de assistência social de todo tipo a estes territórios. Nesta dinâmica, as mentes e os corações são conquistadas pelos “grupos de controle dos currais”, um “controle social” não de esquerda ou da Igreja Católica, como foi em um momento com as Comunidades de Base, mas na atualidade por evangélicos, o crime organizado e o poder da polícia miliciada. O Estado, enquanto os tributos e o gasto público tornarem viável, oferecerá os serviços, mas não construirá uma “ordem intersubjetiva” do bem comum. Este quadro tem potencial de emergência de fundamentalismos, perdendo espaço a “lógica da política” e ganhando a “lógica da guerra” e do conflito assentado no ódio. Aparentemente se constrói “outra ordem” dominada por outros valores, mas com obstáculos da diversidade.

O risco, ou a tendência permanente, é a cooptação das lideranças emergentes, transformando-as em burocracias mediadoras das demandas junto ao poder público e de feudos políticos desenvolvendo-se em uma espécie de clientelismo populista entre partidos de todos os matizes. Esta nova massa urbana não tem mais uma representação central identificável.

As identidades pulverizadas, a família tradicional desestruturada, o forte individualismo, o universo mental e as expectativas não são homogêneos em cidades onde convivem próximas e separadas grandes massas sem arraigamento territorial. A escuta para dialogar sobre qual é o projeto de vida e de sociedade para viver nestes territórios e nas grandes cidades é um desafio desta etapa da sociedade. Nas camadas mais frágeis, os serviços imediatos são demandados e necessários, mas insuficientes, assim como os discursos programáticos à esquerda tampouco possuem apelo. No “oceano de informações”, os temas novos são impulsados ou manipulados pelas redes sociais, gerando uma aderência extremamente fluida, mas colocando em xeque os programas políticos nas formas tradicionais, pressionando por constantes tomadas de posições. Para estar sintonizado a estas “ondas de opiniões”, parece necessário desenvolver uma escuta

adequada e formular softwares estruturadores que ordenem as mentalidades para ondas digitais positivas que obstaculizem as ondas destrutivas do ódio.

6. Lideranças que conduzem massas na era das incertezas

Estas relações entre líder e massas consideram os processos de poder na sociedade, e a liderança e a condução dos movimentos sociais de mudanças e revoluções com envolvimento de grandes massas, como mencionamos anteriormente, têm uma porcentagem muito pequena de indivíduos preparados, denominados “líderes”, “quadros”, que “fazem as coisas acontecerem”, conduzindo os processos. É neste contexto que operam perigosamente as novas modelagens tecnológicas de algoritmos, influenciadores, laboratórios de fake news e as ondas de ódio. O desafio é: como identificar as lideranças do bem comum?

Queremos destacar que a internet abriu, à semelhança da lenda grega, uma espécie de caixa de Pandora, fenómeno ilustrado em algumas frases de Umberto Eco¹¹. Neste quadro de novos riscos disruptivos das sociedades em crise, confluem situações que geram condições e clima para virem à tona os aspectos mais obscuros da “alma humana”, emergem certos tipos de personagens surfando nestes movimentos pendulares, com perfil de lideranças de alto risco social em contextos de crise, incertezas e estresses extremos, oferecendo condições para que ocupem espaços de poder e decisões que aceleram processos de colapsos.

Pesquisadores já detectaram e classificaram o perfil deste tipo de personalidade que constitui tanto as massas de adesão disponíveis a líderes radicais especialmente à direita, mas não exclusivamente, assim como líderes emergentes que capitalizam esta massa disponível, geralmente presentes em contextos de anomia e crise

11. “As mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel.”

social (CHRISTIAN DUGUAY, 2003)¹². Toda população tem uma porcentagem de indivíduos com o denominado TPAS (Transtorno de Personalidade Antissocial), indivíduos com baixas condições para viver em grupos, com comportamentos graves e de difícil modelagem para mudanças que os tornem aptos a viver em comunidade colaborativa. Eles não seriam candidatos com condições para a convivência em comum que os refúgios da vida exigem.

O manual de diagnóstico de enfermidades psíquicas detalha o perfil desta personalidade, assinalando que possuem provavelmente componentes genéticos e do ambiente de desenvolvimento desde a infância. É um personagem agressivo, não sente empatia pelo outro, é autoconfiante, teimoso, possui charme e carisma. Os indivíduos com TPAS podem ser falsos, manipuladores e calculistas. São motivados pelo poder sobre os outros para auferir vantagens pessoais. É aquele indivíduo sem consciência ou senso de responsabilidade social, é a pessoa que está lavando a calçada com água tratada em plena crise hídrica e, se você chama a atenção, ela responde que paga pela água. No transporte público, é o primeiro a entrar e sentar, é aquele que joga a latinha pela janela do carro, joga lixo na rua e diz que paga imposto e a prefeitura é que tem o dever de limpar. É o sujeito que ganha mais que uma vila inteira, produz lixo, gasta energia mais que centenas de pessoas.

Certamente estes indivíduos são nocivos ao sistema de suporte à vida da “nave terra”, não têm preocupação com o futuro da vida em sociedade, dos filhos e descendentes. É necessário identificar e estar alerta com os indivíduos com TPAS, pois em situações de emergência podem ser eles que assumam a direção dos processos de massas desesperadas, colocando em risco a sobrevivência da espécie. Por suas características, são eles que podem tomar a iniciativa em situações emergenciais e,

12. Um documentário da Netflix que ilustra esta afirmação com muita clareza, mostrando o líder que fascina um círculo próximo e as grandes massas em um contexto de crise causando catástrofe, é *Hitler's Circle of Evil*.

com sedução e manipulação, conduzir as massas como um rebanho para o caos. Sem filtro de valores e sem vergonha, assumem com mentiras e engodos a dianteira dos inibidos e bem-intencionados.

E, neste contexto de condutores, as lideranças de massas e as “lideranças avatares”, o que devemos levar em conta são os produtos sociais gerados por este sistema da revolução da tecnologia da informação, ainda em andamento, e que oferecem um cardápio de líderes imprevisíveis. São os denominados influenciadores digitais, showmen, condutores de diversos tipos de programas sensacionalistas ou de entretenimento de grandes massas, que se associam a estruturas ou lideranças tradicionais ou corporações e meios de comunicação, formando clãs e blocos de poder para a captura e o controle dos recursos e instrumentos do Estado.

7. Condições para o desenvolvimento de organização e ação que diminua a distância política¹³

As lideranças que trabalham para o bem comum enfrentam o desafio de diminuir a “distância política” entre o “corpo social” e a “esfera pública”, a qual variará segundo o grau de organização estabelecida e a capacidade de mediação através de instituições políticas. Este é um dos grandes desafios políticos desta era de mudanças imposta pela revolução tecnológica, captura do Estado e uso de recursos coletivos por grupos e a fragmentação dos canais de representação política.

Neste cenário e contexto dinâmicos, a possibilidade de participação e incidência individual ou grupal vai estar condicionada a um conjunto de fatores que os “atores e as lideranças” devem considerar. O questionamento referente é qual o grau da cultura cívica, a dinâmica de parti-

13. *A crise pandêmica deu oportunidade à emergência de ações e iniciativas criativas.*

1) Vakinha: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-o-restaurant-mocoto-a-alimentar-mais-familias>;

2) ONG Afago-SP: www.afagosp.org.br, <https://www.youtube.com/watch?v=rzD2DBRp-C5o>, doação em <https://click2giv.com/project/urgente-covid19-afago-sp-3487-@ongafagosp-> e 3) Paraisópolis: <https://globoplay.globo.com/v/8421650/>.

cipação, a teia de organizações, os padrões associativos e sua diversidade, a forma como está constituída a esfera pública nesta comunidade, neste contexto interno e externo da comunidade onde se vive e se quer atuar.

O que se pode denominar como “cultura participativa” é a avaliação deste “contexto político e social” em uma cidade, um município, uma comunidade, aquilo que denominamos o papel da “sociedade civil organizada” e seu entrelaçamento dinâmico com o “sistema legal institucional” (a esfera pública). A capacidade de mobilização é o que vai determinar a cultura de participação naquela sociedade e o grau de desenvolvimento da democracia local.

Algumas questões podem estimular um conhecimento e uma avaliação adequados do cenário: 1) Os espaços existentes ou criados estão gerando oportunidades e condições de exercício de direitos, liberdades e responsabilidades sociopolíticas com maior inclusão e corresponsabilidade do cidadão?, 2) Que espaços e instâncias criadas, canais e mecanismos – por exemplo colegiados – propiciam uma participação qualitativamente diferente?, 3) Têm aumentado a transparência e a corresponsabilidade pública dos governos locais (maior participação cívica), o protagonismo criativo ganha-ganha?, 4) Como estão funcionando os programas nas instituições e nos órgãos locais?, 5) Como está o funcionamento da representação? As decisões acordadas nas esferas do governo referente aos problemas econômicos, sociais e políticos têm coerência? e 6) Como se desenvolvem a cultura política dos direitos e a corresponsabilidade com o incremento da pluralidade de atores na cena pública local?

8. A organização local é espaço de autonomia, resiliência e resistência diante da manipulação

Em diferentes geografias, regimes políticos, recursos tecnológicos, graus de organização no território, armas e ferramentas desenvolvem capacidades de defesa e resiliência. Citamos como exemplo de resiliência e

graus de recuperação diante de eventos extremos países como Haiti, Venezuela e Japão. O Brasil, com 210 milhões de habitantes, um país continental com uma urbanização rápida, desordenada, com escassa infraestrutura, tem uma situação crítica, pois são cerca de 50 milhões de pessoas no cadastro social e, durante a pandemia, com a crise chegou a 70 milhões – a perspectiva é similar à situação de conflitos. Eventos extremos mostram que são os grupos mais frágeis, menos organizados, os mais impactados.

Que reação se observa no cenário de eventos extremos, como pandemias? Primeiro a perplexidade e a descrença, como se fosse uma destas ficções apresentadas em centenas de filmes premonitórios dos últimos tempos. Logo, com o realismo das mortes e o martelar planetário das mídias, cidades desertas, toque de recolher e estado de emergência, todos caem na real. A espécie humana diante do perigo foge, se esconde ou ataca. E esta reação se reflete no ruído das redes sociais, na ousadia do líder com TPAS, de intervenção do Estado no controle social.

Retomando a iniciativa, lentamente a sociedade – independentemente de governos com mais ou menos capacidade de orientação e construção necessária de grandes respostas – começa a se movimentar. Aqui convém recuperar a memória ancestral da organização que permitiu a espécie se sobrepor aos perigos nestes milhões de anos no planeta, ou seja, viver solidariamente em pequenos grupos, garantindo recursos e mobilidade. Atualmente, temos uma enorme capacidade comunicativa, de movimento, e criativamente podemos resgatar recursos para construir uma era nova com mais realismo.

Voltar ao passado ou construir o futuro? Diante de um evento extremo como a pandemia, as iniciativas locais com atitudes solidárias, a atuação juntos frente ao inimigo invisível se torna um antídoto ao oportunismo e ao clientelismo. Como e onde se organizar? Grupos de iniciativa local, voluntários e tarefas, bairros, empreendedores, moradores por rua, por quadras, de uma igreja, de

uma associação, grupos profissionais etc. Sem perder de vista as tendências globais, o território, os vizinhos e o município constituem a unidade de operação de quem deseja contribuir para consolidar as condições de vida adequadas neste mundo. Construir redes de troca de informações, frear e desarmar fake news, ações agressivas, trocar recursos, comprar no local, bancos de habilidades, uso da internet para a comunicação. Fortalecer o tecido social sem esperar milagres das grandes soluções. Cada iniciativa com responsável, grupos de trabalho e comunicação, com um aprendizado consolidado na crise, tem maior probabilidade de formatar um futuro diferente. No âmbito local, as tarefas de conhecer são constantes para o melhor desempenho, como: 1) Levantar o perfil, a composição, as atividades e as necessidades das famílias (idosos, gestantes, homens, mulheres, crianças, alimentos, água etc.), 2) Inventário de habilidades e conhecimentos (músico, saúde, professores etc.), 3) Situação de trabalho (empregados, auxílio social ou outro tipo de subsídio), 4) Pessoas que necessitam sair do bairro diariamente para algum trabalho essencial, 5) Perfil de crianças menores de 16 anos e voluntários para desenvolver atividades, 6) Estabelecer orientações de higiene, alimentação adequada (panela comunitária), 7) Algum tipo de acesso à internet na quadra (disponibilizar wi-fi para o uso coletivo adequado), 8) Buscar cursos e formas de trabalho disponível a distância e 9) Espaço para horta comum no interior da quadra etc.

9. O imperativo da cooperação para transitar na incerteza sem cair nas armadilhas manipuladas de falsas narrativas orientadas

É surpreendente como nossa espécie alcançou uma admirável e extrema sofisticação de conhecimentos, ainda que o acesso esteja ao alcance de grupos sociais não muito significativos. No cotidiano da existência das amplas massas, continuamos um animal instintivo, reagindo como trogloditas, agressivos, pleno de traumas e complexos que nos amedrontam e aterrorizam, levando-nos

a nos apegar a qualquer esperança ou narrativa absurdas desde que nos ofereçam acolhimento e segurança.

Adiante, resumo uma tese de Yuval Harari (2015) que compartilhamos e oferece um entendimento para enquadrar os desdobramentos que implicam este desafio. A convivência de grandes grupos, maior que algumas dezenas ou até centenas em aglomerados com alguns milhares de indivíduos, é recente na história do planeta – entre 10 e 12 mil anos com a denominada revolução agrícola. A questão colocada é como os humanos cooperam e geram elos de colaboração? A tese é que, nestes recentes milhares de anos, não houve tempo suficiente para se desenvolver um “instinto de cooperação em massa”. Desde os grupos de caçadores coletores até as cidades, na ausência de um instinto biológico, a cooperação entre estranhos se deu com base na construção de “mitos compartilhados”, espíritos ancestrais, totens, deuses, pátria-mãe etc. É a imaginação humana que passou a construir as bases da rede de cooperação em massa. Embora o nome “cooperação” implique uma noção altruísta, construir pirâmides, motivar multidões a se sacrificar, manter exércitos e sacerdotes, comidas para reis e suas cortes foram ações impostas a escravos cobrados em forma de tributos (hoje as grandes obras são pagas com impostos) ou movidos pela crença em uma força superior material ou divina.

O cidadão ativo se deparará cada vez mais com os efeitos deste cenário de mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, com impactos definitivos nas estruturas da sociedade. Assim, com a sofisticação de engenharia social aperfeiçoada desde o Código de Hamurabi e sua “ordem social” a mando do deus Marduk, temos e acreditamos em constituições, leis, normas, direitos inalienáveis etc. Os humanos construíram e estruturaram uma “ordem imaginada”, baseada em crenças e mitos com compensações e punições para manter a coesão e a autodefesa do grupo. Para construir uma “ordem alternativa” à existente, é necessário uma narrativa que articule o maior número possível de vontades crentes

em uma “ordem imaginada” criativa. Se cooperar, vai ser protegido do inimigo, obterá mais conforto e segurança – assim o indivíduo renuncia a parte da sua liberdade em troca de segurança.

Referências Bibliográficas

ALVES, JED. O impressionante crescimento da população humana através da história, artigo de José Eustáquio Diniz Alves. ECODEBATE, 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/04/05/o-impressionante-crescimento-da-populacao-humana-atraves-da-historia-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/#:~:text=Por%20volta%20de%201800%2C%20com,habitantes%20foi%20atingida%20em%201927>>. Acesso em 30 de set. de 2020.

BUARQUE, D. Segundo autor, Brasil foi alvo de família antidemocrática tema da Netflix. UOL, 2019. Disponível em: <<https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2019/09/13/segundo-autor-brasil-foi-alvo-de-familia-antidemocratica-tema-da-netflix/>>. Acesso em 21 de ago. de 2020.

DILEMA DAS REDES. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos da América, 2020, NETFLIX.

FELTRAN, G. Irmãos-Uma História do PCC, 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

FULLER, B. Manual de Instruções para a Nave Espacial Terra. Via Optima, 1998.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: Uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM Editores S. A., 2015.

HITLER'S CIRCLE OF EVIL. Direção: Christian Duquay. Produção: John Ryan Ed Gernon Peter Sussman. Canadá, 2017, NETFLIX.

PRIVACIDADE HACKEADA. Direção: Karin Amer; Jehane Noujaim. Estados Unidos da América, 2020, NETFLIX.

PROJETOS de Steve Bannon exportar populismo radical à Europa encontra obstáculos. GLOBO, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noti->

cia/2020/09/02/steve-bannon-exportar-populismo-radical-a-europa-encontra-obstaculos.ghml>. Acesso em 30 de set. de 2020.

RAWORTH, K. O. Donut Economics: Sete Maneiras de Pensar como um Economista do Século 21. Zahar, 2017.

THE FAMILY: DEMOCRACIA AMEAÇADA. Direção: Jesse Moss. Estados Unidos da América, 2019, NETFLIX

WARD, R.; MUYLAERT, B.; ALBASI, M.; SEGNINI, G. Como o crime organizado tem explorado benefícios concedidos às igrejas para operar seus negócios ilegais. PUBLICA, 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/08/como-o-crime-organizado-tem-explorado-beneficios-concedidos-a-igrejas-para-operar-seus-negocios-ilegais/>>. Acesso em 21 de ago. de 2020.

68,3% dos municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes. PLANJETAR, 2017. Disponível em: <<http://planjetar.com.br/683-dos-municipios-brasileiros-possuem-menos-de-20-mil-habitantes/#.X3y4AmhKjIU>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

Imprensa e redes sociais na formação da opinião pública

Iuri Pitta¹

1. Introdução

Atribui-se ao filósofo e político irlandês Edmund Burke a definição da imprensa como um “quarto poder mais importante” que os demais três representados no Parlamento britânico – ironicamente, esta versão sobre a origem do termo para definir o jornalismo como guardião do interesse público e, ao mesmo tempo, formador de opinião é objeto de controvérsia². Fato é que os meios de comunicação cumprem desde o século 18 a tarefa de relatar aos cidadãos nas democracias liberais os acontecimentos considerados relevantes e de oferecer espaço às diferentes vozes envolvidas no debate. A liberdade de expressão tornou-se um princípio fundamental e indissociável das sociedades contemporâneas, e os avanços tecnológicos que transformaram – e seguem transformando – a comunicação cumprem um papel determinante nas próprias formas de produção e difusão de informação, seja por abrirem novas possibilidades e alcance desse conteúdo, seja por fazerem emergir problemas inexistentes até então.

Neste sentido, atualmente a atividade jornalística enfrenta desafios que não são totalmente inéditos na história, mas em um nível de complexidade e volume, sim, sem precedentes. O advento das redes sociais, a massificação dos smartphones e a quase universalização da

1. Jornalista graduado pela PUC-SP, é mestre em administração pública e governo pela EAESP/FGV. Em mais de 20 anos de carreira jornalística, trabalhou como repórter, chefe de reportagem, editor e analista de Política em veículos da imprensa nacional em todas as plataformas (jornal impresso, revista, rádio, televisão e digital) e atuou também em comunicação política, institucional e corporativa.

2. O historiador britânico Thomas Carlyle (1795-1881) atribuiu a Edmund Burke uma frase na qual afirmava que a galeria dos repórteres era ocupada por um “quarto poder mais importante do que todos” os outros três poderes representados no Parlamento, mas há quem considere que o termo se referia diretamente ao jornalista inglês William Cobbett (1763-1835), considerado o mais influente do país no início do século 19.

produção e difusão de conteúdo – amparados tanto em aspectos objetivos quanto em subjetividades e potencializados pela inteligência artificial – provocaram mudanças intensas na forma como as sociedades se informam. Qualquer pessoa conectada à internet e com mínimos conhecimentos tornou-se capaz de gerar e disseminar praticamente qualquer tipo de conteúdo. No que se definiu como era da pós-verdade, em que opiniões se confundem com fatos e na qual compreender que algo é real fica condicionado a valores eminentemente subjetivos, como crenças e emoções, a ação de se informar – isto é, formar uma ideia, aprender, instruir-se – passa a enfrentar o contraponto da desinformação e da disseminação de notícias falsificadas, fenômenos que, de forma genérica e de certa maneira imprecisa, são incluídos no que se convencionou chamar de *fake news*.

Diante da complexidade do problema e dos múltiplos atores envolvidos, está em curso um processo que, se bem-sucedido, pode culminar não em sociedades livres de mensagens manipuladas ou distorcidas, mas ao menos mais bem preparadas para discernir e escolher a informação de qualidade, um requisito essencial para o exercício e o controle do poder.

2. Liberdade de imprensa e desinformação: novos ou velhos dilemas?

Nas últimas linhas de uma correspondência trocada com o coronel Charles Yancey, Thomas Jefferson descreveu o que considera um dos fundamentos das sociedades civilizadas: não é possível existir uma nação que seja ao mesmo tempo livre e ignorante. Fazia sete anos que o terceiro presidente dos Estados Unidos da América havia deixado o governo e quatro décadas desde que redigira o texto-base da Declaração da Independência, um marco na construção de regimes democráticos da era contemporânea. Na carta de 6 de janeiro de 1816, Jefferson escreveu:

Se uma nação espera ser ignorante e livre, em um nível civilizado, ela espera o que nunca existiu e nunca existirá. Os funcionários de todo governo

têm propensão a comandar ao bel-prazer a liberdade e as posses de seus constituintes. Não há proteção a esses valores a não ser as próprias pessoas; nem elas estarão protegidas sem informação. Quando a imprensa é livre e todo homem for capaz de ler, tudo estará a salvo.³ (JEFFERSON, 1816)

Passados mais de dois séculos, estas ideias expressas por Jefferson soam atuais e relevantes, ainda que sejam necessárias adaptações aos dias de hoje e uma breve contextualização daquele período histórico. Ao longo da segunda metade do século 18 e durante todo o século 19, as sociedades ocidentais viveram um dos períodos mais transformadores nos âmbitos social, político e econômico. Além da já citada Independência dos Estados Unidos, em 1776, a Revolução Francesa, de 1789, buscou colocar em prática ideais iluministas concebidos em reação ao absolutismo das monarquias europeias de então. Entre estes, estava a importância da educação formal dos cidadãos, tanto para a defesa de direitos fundamentais (como a própria vida e a liberdade) quanto para a convivência cotidiana em sociedades civilizadas⁴.

Jefferson sintetiza este ideal de formação de cidadãos na frase com a qual conclui o raciocínio sobre nações civilizadas. Para esse *founding father*⁵, as pessoas deveriam ser aptas a ler para se proteger dos excessos dos detentores do poder e preservar seus direitos fundamentais – o que ele colocou em prática estimulando a criação de instituições de ensino – e deveriam ser bem-informadas, o que só seria possível por meio de uma imprensa livre. O acesso à informação e a capacidade de

3. Tradução do autor.

4. A ideia de educação cívica é uma das mais relevantes no pensamento do filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau. Para ele, os seres humanos, ao superarem o estado natural, passam a viver em um estado civil, no qual a formação de cidadãos é fundamental para o convívio social e a preservação da liberdade e igualdade de cada indivíduo.

5. *Founding fathers* (pais fundadores) é um termo que se refere aos líderes do período em que ocorreram a guerra das 13 colônias contra a Coroa britânica, a Declaração de Independência dos EUA e a elaboração da Constituição do novo país.

compreendê-la, portanto, são não apenas determinantes da formação da opinião pública, mas pilares civilizatórios.

Dois séculos atrás, colocar este argumento em termos práticos podia ser resumido à existência de jornais impressos independentes do controle governamental e à alfabetização e educação formal dos cidadãos – é importante observar que, na época da Independência dos EUA, o exercício da cidadania praticamente se restringia a brancos proprietários de bens. Com os avanços tecnológicos e o surgimento de novas plataformas de comunicação, pelo aspecto da difusão de informações e conhecimento, e com a extensão dos direitos políticos e cívicos a homens e mulheres de todas as cores de pele, independentemente de suas condições socioeconômicas, pela perspectiva do modelo ocidental de democracia⁶, o processo de formação de opinião pública e debate nas sociedades civilizadas tornou-se mais complexo e exige soluções igualmente mais sofisticadas.

Ainda que sejam fenômenos recentes o advento das redes sociais (*social media*, em inglês), a massificação das plataformas digitais de comunicação por meio dos telefones celulares (*smartphones*) e o desenvolvimento da inteligência artificial, muitos outros processos associados a estes fatos, como a disseminação de notícias intencionalmente falsificadas (*fake news*) e a dificuldade de discernimento entre informações de boa ou má qualidade, não são questões inéditas na história da humanidade – ao contrário, são intrínsecas a momentos de grande mudança tecnológica. Burke (2002) descreve como a invenção da imprensa por Gutenberg⁷, por volta de 1440, provocou na Europa uma “explosão de informação”, fazendo uso proposital de uma “metáfora desconfortável que faz lembrar a pólvora” para enfatizar o impacto da

6. Por modelo ocidental de democracia, fazemos referência não só a regimes com eleições livres para cargos públicos, mas a garantias de direitos individuais, liberdade de expressão e de informação, transparência e prestação de contas em relação à coisa pública, entre outras condições de exercício pleno de cidadania.

7. O alemão Johannes Gutenberg foi o inventor, na Europa, da máquina de prensa de tipos móveis, isto é, uma forma mecanizada de reprodução de escritos por meio de caracteres de metal. Chineses e japoneses também haviam desenvolvido técnicas de impressão, mas com uso de madeira.

máquina criada pelo alemão nos primórdios da Era Moderna. Nas palavras do historiador britânico, “a invenção produziu uma necessidade de novos métodos de gerenciamento de informação”.

Tal qual o argumento de Jefferson, esta descrição de Burke sobre a Europa em transição da Idade Média para a Modernidade, com a oferta de conhecimentos e informações em livros impressos em crescimento exponencial de volume, encontra eco nos tempos atuais. Por volta de 1500, havia impressoras em funcionamento em mais de 250 centros europeus e cerca de 27 mil edições produzidas, o que, em uma estimativa conservadora, representaria um volume de 13 milhões de livros em circulação para uma população de 100 milhões de habitantes (BURKE, op. cit., 2002). O historiador conta como esta inédita disponibilidade de informação foi importante para atender à onda crescente de alfabetização de homens e mulheres, mas também foi vista como um risco às autoridades eclesiásticas e políticas nas décadas e séculos subsequentes, seja por ameaçar o controle do acesso ao conhecimento, seja pela maior dificuldade de verificar a qualidade do conteúdo impresso. Paralelamente, o fenômeno levou à criação de formas de compilação dessas publicações, a sistematização em ordem alfabética e o surgimento das resenhas como uma resposta ao problema do discernimento, isto é, um instrumento confiável para diferenciar os bons e os maus livros. Além de uma revolução tecnológica, Burke aponta que a produção em larga escala de livros transformou o trabalho intelectual de tal forma que tornou o ideal da pansofia⁸ “cada vez mais irrealista”.

Guardadas as devidas proporções, a sociedade contemporânea vive dilemas semelhantes em relação ao inédito volume de informações e dados em circulação, incluindo os caminhos arquitetados para esse fluxo, e às

8. Etimologicamente, a pansofia representa o saber universal, o conhecimento de toda a ciência produzida pela humanidade. Trata-se de um ideal defendido principalmente pelo educador do século 17 Jan Amos Komenský, ou João Amós Comenius, considerado o pai da didática moderna por ter sido defensor da educação de “tudo para todos”. As ideias de Comenius serviram de base para a sistematização da pedagogia.

formas de discernimento entre a boa e a má informação – ou, em palavras mais disseminadas atualmente, entre informação e desinformação. Cabe aqui uma digressão semântica que ajuda na compreensão das dimensões envolvidas no debate. Informação é uma palavra cuja etimologia remete ao latim: *informatio*, derivado do verbo *informare*, que significa “dar forma, conceber uma ideia”, mas também se refere a “instruir, educar”. Desinformação, por consequência, deve ser entendido como “não dar forma” ou “não educar”, o que pressupõe não a formação de uma nova ideia, mas a mera destruição de ideias já formadas.

Novamente, a história ensina que não se trata de um fenômeno inédito, embora atualmente em nível de complexidade e volume sem precedentes. Outro historiador anglófono, Robert Darnton, costuma apontar como primeiro registro na “longa história da desinformação” a obra mantida em sigilo no século 6 pelo bizantino Procópio de Cesareia. Na chamada *História Secreta*, também conhecida como *Anekdotas*⁹, o autor faz acusações de veracidade duvidosa contra o imperador Justiniano e a imperatriz Teodora, uma perspectiva diametralmente oposta e contraditória à visão positiva registrada anteriormente, pelo mesmo Procópio, nos relatos oficiais das campanhas militares da época (RUSSO, 2019). Fossem ou não verdadeiros os relatos, o fato é que o autor queria influenciar a opinião pública a respeito do detentor do poder no Império Bizantino.

Outro fato apontado por Darnton (2017) como um episódio histórico de disseminação de desinformação, e neste caso com o propósito de afetar diretamente um processo político-eleitoral, foram os escritos do italiano Pietro Aretino, que tentou manipular a escolha do papa em 1522 a partir de sonetos em que difamava os cardeais candidatos, à exceção de Giulio de Médici, para quem o poeta trabalhava. As sátiras eram tornadas públicas ao serem penduradas sob um busto de Roma, próximo à

9. *Anekdotas* significa em grego “trabalhos não publicados”, em referência ao sigilo mantido por Procópio em relação ao texto, originalmente sem título. Acredita-se que o historiador deixou o trabalho em segredo por medo de represálias.

Piazza Navona, conhecido como Pasquino – daí surgiu o termo “pasquinada” como forma de difusão de sátiras e notícias desagradáveis, por vezes falsas, sobre figuras públicas¹⁰. Posteriormente vieram os canards franceses, os tabloides ingleses e o episódio que ficou conhecido como *The Great Moon Hoax* (A Grande Farsa na Lua) – uma série de seis notícias publicadas pelo extinto jornal *The New York Sun*, em agosto de 1835, sobre a descoberta de vida na Lua, que ajudou a aumentar as vendas da publicação e cujo teor só seria admitido como não verdadeiro um mês depois.

No Brasil, país em que a imprensa surge a partir da chegada da corte de dom João VI e se consolida durante o século 19, podemos citar dois episódios diretamente relacionados à disseminação de notícias falsificadas e às dificuldades de discernimento entre as informações disponíveis, já no período republicano, com seus respectivos e relevantes impactos políticos e sociais¹¹. Duas vezes candidato à Presidência da República, o brigadeiro Eduardo Gomes é protagonista de um dos mais conhecidos relatos de distorção de uma declaração pública, com repercussão na disputa eleitoral de 1945, a primeira desde a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas a permanecer 15 anos à frente do governo nacional. Em relação ao dilema de discernimento acima mencionado, cabe recuperar o ano de 1904, em que eclodiu a chamada Revolta da Vacina.

Também conhecida como Quebra-Lampiões, o sistema de iluminação pública da época, a Revolta da Vacina se refere a uma reação social à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola ocorrida em novembro de 1904, mas a legislação em si na verdade serviu de pre-

10. No Brasil, um dos principais veículos da imprensa alternativa surgidos durante o regime militar foi O Pasquim. O jornal semanal, fundado no Rio de Janeiro em 1969, era caracterizado pela “utilização do humor como forma de contestação e pelo uso de uma linguagem coloquial que agradou ao grande público”, conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Deixou de circular em janeiro de 1991.

11. A própria Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, é objeto de diferentes interpretações, entre outros motivos pela divisão entre os defensores do Império e os do novo regime que se reproduzia nos jornais da época e, consequentemente, na forma como cada publicação registrou o período.

texto para a oposição se rebelar contra o governo do então presidente, Rodrigues Alves (GAGLIARDI; CASTRO, 2015). Não só os jornais da época como diversos tipos de materiais impressos, como folhetos e manifestos, foram as plataformas utilizadas por defensores e opositores da medida compulsória, ainda hoje associada ao nome do sanitarista Oswaldo Cruz.

Se, por uma perspectiva, a imprensa promoveu uma “vulgarização científica” (SALGADO, 2018) ao dedicar espaço ao debate sobre a vacina antivariólica e ampliar o alcance das informações da ciência a um público mais amplo e não especialista, tanto ao “traduzir” um conhecimento técnico a uma linguagem mais acessível quanto ao dar voz à sociedade, por outro ângulo era perceptível a não-neutralidade destes mesmos veículos de comunicação, o que consequentemente afetou o fluxo de notícias sobre o imunizante, utilizado desde o início do século 19, conforme o posicionamento favorável ou contrário à medida compulsória decretada pelo governo. Prevaleceram na opinião pública – ou pelo menos foi esta a visão que tomou uma forma concreta e deixou consequências materiais – a resistência à vacina e a ideia de que se tratava de um ato arbitrário do Estado contra os indivíduos, ainda que se tratasse de medida meritória do ponto de vista sanitário. O motim teve início em 10 de novembro, deixando mortos e feridos entre civis e agentes públicos, e só arrefeceu com a revogação da obrigatoriedade da vacinação, seis dias depois.

Quatro décadas depois, na campanha à Presidência da República de 1945, ocorreu o que pode ser considerado o primeiro episódio, em um contexto de disputa eleitoral, comparável ao que se classifica hoje em dia como disseminação de *fake news*. Tratava-se da primeira ida dos eleitores às urnas após o fim do Estado Novo, período ditatorial comandado por Getúlio Vargas de novembro de 1937 a outubro de 1945, no qual os veículos jornalísticos, na época constituídos também por emisoras de rádio, e as produções culturais foram submetidos à censura prévia imposta pelo Departamento de

Imprensa e Propaganda (DIP)¹². Os principais candidatos na sucessão presidencial eram o general Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD), com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e no campo oposicionista o brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN). Com a derrocada do Estado Novo e a deposição do ditador no fim de outubro, a avaliação predominante era de que a oposição conseguiria eleger o presidente na votação de 2 de dezembro.

De acordo com o verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* sobre Eduardo Gomes (DIAS, 2001), em 19 de novembro, o brigadeiro fez um discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro com fortes ataques a Vargas e afirmou que não necessitava dos votos “desta malta de desocupados que apoia o ditador” para vencer a disputa. Um dos líderes do queremismo, um movimento surgido em maio de 1945 em defesa da permanência de Vargas na Presidência, o empresário Hugo Borghi descobriu que o termo “malta” não só significava “bando, súcia”, como provavelmente foi a intenção de Gomes ao proferi-lo, mas também “grupo de operários que percorrem as linhas férreas levando suas marmitas”. O próprio Borghi passou a fazer declarações públicas, por meio das estações de rádio e de jornais, de que o candidato da UDN não precisava dos votos dos marmiteiros – ou seja, dos trabalhadores em geral, que lutam diariamente pelo sustento próprio e de suas famílias – e que o brigadeiro teria o apoio dos ricos e privilegiados do país. Na mesma toada, o empresário afirmava que Gomes também seria contra os negros, as mulheres e os seguidores de outras religiões que não o catolicismo – o brigadeiro era um notório fiel da Igreja Católica. A historiadora e socióloga Alzira Alves de Abreu (2001)

12. Um dos casos mais graves e notórios da ação do DIP foi a invasão pela polícia da redação do jornal *O Estado de S. Paulo* e a intervenção durante cinco anos, entre 1940 e 1945. O veículo paulista não reconhece este período em sua história oficial. O DIP também foi responsável por diversas ações de propaganda e culto à personalidade de Getúlio Vargas, donde surgiu a imagem de “pai dos pobres” atribuída ao ditador, e campanhas de tom nacionalista com repercussão na opinião pública e na cultura, como os concursos de música popular que premiaram, entre outras obras, *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso.

registra que, para alguns analistas políticos, esta campanha promovida por Borghi, iniciada com o que se pode interpretar como uma notícia falsificada, foi responsável pela derrota do udenista, além do apoio a Dutra dado por Vargas no último comício do general.

3. A imprensa, as redes sociais e o dever da verdade

Todos estes episódios históricos servem não para minimizar ou dizer que a preocupação contemporânea com a disseminação de *fake news* ou a dificuldade de discernimento entre a informação de credibilidade e a de origem duvidosa sejam repetições de questões que sempre estiveram presentes. Ao contrário, trata-se de ponto de partida para compreender quais são os novos fenômenos em discussão quando se debatem a falsificação de notícias, as mais recentes plataformas e formas de comunicação digitais, o fluxo de informações e conteúdos e o modo de se informar nas sociedades contemporâneas.

Nenhuma destas questões pode ser dissociada das circunstâncias em que estão inseridas, embora muitas respostas e soluções sejam propostas de forma estanque ou ignorando os processos que têm colocado em xeque a própria ideia de Estado-nação e o modelo ocidental de democracia. Muito antes do advento da internet, das redes sociais e dos smartphones, já se apontava a crise do Estado moderno, que deixa de ser “centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional” (BOBBIO; MATTUCCI; PASQUINO, 1998). Podemos somar a este contexto a crise de representatividade pela qual passam os partidos e os agentes políticos, outro processo anterior à massificação dos telefones celulares conectados e do uso globalizado das redes sociais.

O sociólogo espanhol Manuel Castells atribui à “política do escândalo” parte da responsabilidade pela deslegitimação das instituições e dos atores políticos de forma generalizada há pelo menos três décadas – quando a arena prioritária de comunicação de massa eram

os canais de televisão, as capas de revistas impressas ou as manchetes dos jornais de circulação nacional e a estratégia midiática já dava prioridade às personagens políticas, em detrimento dos programas partidários. Trata-se de um conceito que não se refere apenas a casos de natureza ilícita ou criminal, como corrupção e abuso de poder político e/ou econômico, mas também de ordem moral, a exemplo de relacionamentos extraconjugais e situações de exposição íntima ou vexatória, cuja consequência, na visão de Castells, é uma desconfiança generalizada na classe política e nas respostas do Estado e de suas instituições às reivindicações dos cidadãos.

Com o surgimento da internet e das redes sociais, marcadas pela autonomia de produção e disseminação de informação que antes eram tidas como funções exclusivas ou dominadas pela imprensa, forma-se um campo fértil para a impressão de que, embora a comunicação digital ofereça novas possibilidades de fiscalização e controle dos governos e uma maior disponibilidade de dados públicos por meio de políticas e normas de transparência, a rede seja anárquica e funcione como um espaço livre para manipulações, distorções e mentiras no mundo da pós-verdade. Daí a avaliação de Castells de que

à base de fomentar a informação aos cidadãos e sua participação, os usos da internet tendem mais a aprofundar a crise de legitimidade política, proporcionando uma plataforma ampliada da política do escândalo. (CASTELLS, 2001)

Posteriormente, o próprio sociólogo espanhol faria avaliações mais positivas da incidência da internet nas relações de poder, sob o ponto de vista de que a rede “incrementa o poder dos que detinham menos poder”, ainda que isto não signifique que “os que sempre tiveram poder deixem de detê-lo” (CASTELLS, 2009). Suas afirmações enfatizam novamente a impossibilidade de dissociar as dinâmicas da comunicação e da difusão de informações nas sociedades das relações e disputas de poder, inclusive ao destacar, na mesma entrevista, o

quanto a rede foi fundamental para a vitoriosa campanha, no ano anterior, de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos e que não se pode compreender o fenômeno que o elegeu sem a internet.

O cientista político norte-americano Bruce Bimber (2014) observa que o novo contexto das comunicações beneficiou a campanha de Obama de duas formas, principalmente na corrida à reeleição, em 2012: a arrecadação de recursos financeiros e a mobilização dos eleitores. Ambas são fruto das possibilidades que a internet proporciona a que um comitê político consiga ter uma comunicação direta com os cidadãos, seja na obtenção de doações para custear suas despesas, seja na coleta de dados para, a partir da análise dessas informações, conseguir produzir mensagens e conteúdos o mais eficientes possível para sensibilizar essas pessoas e mobilizá-las não só a votar em um candidato ou partido político, mas a engajarem-se em suas campanhas.

Quatro anos depois, mais uma vez a corrida presidencial nos Estados Unidos, na qual foi eleito Donald Trump, assim como um plebiscito na Inglaterra em que a maioria votou pela saída do país da União Europeia, serviu de marco temporal relacionado a novos fenômenos de comunicação, que culminaram na escolha do termo “pós-verdade” (*post-truth*, em inglês) como palavra do ano pelo Dicionário Oxford. Trata-se, na explicação dos responsáveis, de um adjetivo definido como “relativo a circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais” e que foi amplamente utilizado pela imprensa em 2016 tanto para se referir às eleições nos EUA quanto à votação britânica que foi apelidada de Brexit (OXFORD LANGUAGES, 2016).

Tornou-se simbólica a capa da revista britânica *The Economist* de 10 de setembro de 2016, sob o título *Art of the Lie* e o subtítulo *Post-truth Politics in the Age of Social Media* (Arte da Mentira: a Política da Pós-verdade na Era das Redes Sociais), na qual se mostrava uma silhueta de uma pessoa com olho e língua de serpente, uma

alusão ao quanto este fenômeno envenena a democracia liberal. Dois meses antes, uma reportagem do jornal *The Guardian* definia o Brexit como a “primeira votação majoritária na era da política da pós-verdade”, haja vista que, tão logo os resultados do plebiscito foram divulgados, lideranças políticas reconheceram não serem verídicos alguns dos argumentos usados em defesa dessa posição, como a economia de 350 milhões de libras que deixariam de ser enviadas à União Europeia e que poderiam ser revertidas para o sistema de saúde público do país.

No caso da eleição de Trump, o empresário venceu as primárias do Partido Republicano, tornou-se candidato e venceu a disputa pela Casa Branca após uma coleção de declarações reconhecidamente sem fundamento, como alegar que a certidão de nascimento de Barack Obama havia sido falsificada (para que ele pudesse ser eleito presidente dos EUA) ou que o pai de um adversário político teria estado com Lee Harvey Oswald antes de este atirar em John Kennedy. Ao longo de seu mandato, Trump passou a usar o termo *fake news* para rechaçar as reportagens da imprensa norte-americana que eram críticas ao governo, independentemente do trabalho de apuração e checagem dos jornalistas e dos fatos noticiados pelos veículos, e este é um dos motivos para o uso do termo ser questionado no debate sobre a desinformação e a difusão de notícias dolosamente falsificadas.

Estes episódios e a definição do Dicionário Oxford sintetizam alguns dos dilemas enfrentados pela imprensa e pelas sociedades contemporâneas, como as próprias limitações inerentes à atuação do jornalismo profissional. O que fazer quando a matéria-prima desta atividade, os “fatos objetivos”, tem menor influência do que as convicções prévias dos indivíduos na formação de suas opiniões? É suficiente diferenciar e deixar claro o que é fruto da prática jornalística profissional e independente e quais conteúdos são produzidos de outras formas, se pode haver circunstâncias em que isso parece não fazer diferença? Como a imprensa deve agir quando autorida-

des mentem, disseminam notícias sem lastro em fatos objetivos e atuam como agentes da desinformação?

Faz mais de um século que o advogado e intelectual brasileiro Rui Barbosa definiu, em uma conferência na qual apontou a relevância da atividade jornalística em sociedades livres e da transparência com a coisa pública e denunciou episódios de cooptação de veículos de comunicação por detentores do poder, que

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. (BARBOSA, 1990)

Tal função – vital para a saúde de uma sociedade, conforme a metáfora do intelectual – também passa a ser observada nas redes sociais, com uma diferença fundamental: se, antes, o jornalista detinha certa exclusividade no papel de “vista de uma nação” e deveria desempenhar essa atividade mediante critérios éticos e profissionais, inclusive de modo a intermediar posicionamentos que pudessem afrontar direitos humanos ou o estado democrático de direito, hoje qualquer pessoa pode exercer a ação de ver os fatos e formar ideias a respeito – ou seja, informar –, mas sem as mesmas exigências e os mesmos códigos de condutas forjados desde as primeiras publicações jornalísticas e aprimorados ao longo de séculos deste exercício. Com os smartphones e as redes sociais, qualquer indivíduo pode tornar públicas suas emoções e crenças pessoais, ainda que elas não estejam fundamentadas em fatos objetivos nem tenham a exigência do “dever da verdade” definido por Rui Barbosa. Entretanto, isto é insuficiente para chegar ao fenômeno da pós-verdade, aos processos de desinformação e disseminação de *fake news*.

Não é possível dissociar tais fenômenos da própria arquitetura e do modo de funcionamento das redes so-

ciais e dos aplicativos de comunicação disseminados pelo uso massivo de *smartphones*. O que torna a difusão de notícias falsificadas hoje mais complexa do que décadas ou séculos atrás não é apenas o maior volume e capacidade de compartilhamento deste conteúdo nas diversas plataformas, mas as estratégias e o uso de análise de grandes bases de dados pessoais para fazer com que este fluxo seja otimizado para os objetivos pretendidos pelos criadores e financiadores de *fake news* e desinformação. Uma das investigações mais aprofundadas a respeito do assunto foi produzida pelo cientista político franco-italiano Giuliano Da Empoli, que analisou aspectos em comum na ascensão de novas lideranças políticas em diversos países. A partir do Movimento 5 Estrelas, surgido na Itália em 2009 por iniciativa do comediante Beppe Grillo e do empresário Gianroberto Casaleggio, na esteira do desgaste dos partidos tradicionais da política local¹³, Da Empoli identifica um modelo de atuação baseado na lógica das redes sociais para manter a mobilização de apoiadores. O cientista político afirma que

Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força a sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos – principalmente os medos – dos eleitores. (EMPOLI, 2019)

Neste sentido, prossegue Empoli, “para os adeptos dos populistas, a verdade dos fatos, tomados um a um, não conta”, e o que se torna “verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde a seus sentimentos e suas sensações”, fazendo uso de termos que, não por

13. Nos anos 1990, a Operação Mãos Limpas abalou o sistema político italiano a partir da investigação e denúncia de crimes de corrupção envolvendo autoridades e agentes públicos. Uma das consequências diretas foi a derrocada dos dois principais partidos que se revezavam no comando do país: Democracia Cristã e Partido Socialista Italiano. Com isso, surgiram novas organizações partidárias, entre as quais o Movimento 5 Estrelas.

acaso, remetem à definição de pós-verdade do Dicionário Oxford. Na obra, a eleição no Brasil de Jair Bolsonaro como presidente da República, em 2018, é explicada em parte pela popularidade do ex-deputado federal nas redes sociais e pelo uso de estratégias e discursos similares aos de Trump ou aos do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán.

Em resposta ao alto volume de notícias falsificadas em circulação e às consequências políticas e sociais, diversos atores envolvidos têm proposto soluções ao problema. Segue-se aqui o modelo de divisão destes grupos por sua natureza institucional (DELMAZO; VALENTE, 2018), no qual se observa que: 1) As plataformas digitais têm pesquisado e implementado mecanismos técnicos para a contenção do problema, como marcação de postagens sem veracidade comprovada ou alta taxa de compartilhamento, 2) As organizações de pesquisa e da sociedade civil, entre as quais se insere a imprensa profissional, têm criado agências de checagem de fatos (*fact-checking*) e oferecido capacitações para que os cidadãos identifiquem e não disseminem conteúdos falsos, 3) Os governos e a classe política têm discutido e adotado meios legais de supressão e punição para quem produz ou dissemina *fake news* e mensagens de ódio ou desrespeito às instituições democráticas, mas enfrentam o conflito entre tais medidas e o respeito à liberdade de expressão dos indivíduos, e 4) Os organismos internacionais têm produzido relatórios e recomendações para o encaminhamento do debate sobre o tema. Como deixam evidente os autores nas descrições acima, a construção das respostas aos novos fenômenos depende da atuação de múltiplos agentes, em um arranjo desafiador em termos de coordenação de esforços e construção de soluções conjuntas eficazes.

Desde 2016, as plataformas digitais têm promovido mudanças no funcionamento de suas redes sociais, cujos modelos de geração de faturamento e lucro são baseados essencialmente na quantidade de usuários e de acessos aos conteúdos, de modo a tentar fazer com que

notícias falsificadas, ou as chamadas mensagens de ódio, não tenham a mesma distribuição que outros tipos de postagem. Estas iniciativas de autorregulação e mesmo de moderação de conteúdo ganharam força em 2020, com a pandemia do coronavírus declarada em março pela Organização Mundial da Saúde (OMS): redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter tomaram uma série de medidas para dar prioridade ao compartilhamento de informações verificadas sobre a nova doença, chamada covid-19, e tentar restringir a disseminação de *fake news* relacionadas ao tema sob o argumento de envolver questões de saúde pública. Entretanto, há controvérsias e críticas à falta de clareza e sistematização em relação ao combate à desinformação quando comparadas a políticas já estruturadas contra a propagação do ódio, o racismo e a homofobia, entre outras (BARBOSA; MARTINS; VALENTE, 2020).

É preciso reconhecer que, nos últimos anos, as plataformas têm respondido às pressões e aos questionamentos que vêm sofrendo em relação aos conteúdos que são disseminados em suas redes sociais. Exemplo deste processo é o documento publicado pelo Facebook em fevereiro de 2020, assinado pela vice-presidente de políticas de conteúdo, Monika Bickert, no qual a companhia apresenta possíveis alternativas para a criação de marcos regulatórios que consigam conter os discursos de ódio, mas preservem a liberdade de expressão. O documento cita um artigo publicado no ano anterior pelo fundador da rede social, Mark Zuckerberg, no qual ele admite que “é impossível remover todo o conteúdo de ódio da internet, mas, visto que as pessoas usam uma série de diferentes plataformas – cada uma com suas próprias políticas e processos –, é necessário estabelecer alguns padrões” (ZUCKERBERG, 2019).

O que soa alvissareiro é que parece haver na opinião pública uma preocupação real com a desinformação e a confiança no consumo de informação. Em um contexto no qual as mídias sociais já estão em patamar equivalente ao da televisão como fonte de informação predo-

minante, a maioria das pessoas considera ser mais hábil em detectar uma notícia falsa do que seus concidadãos, de acordo com recente estudo do Ipsos e Trust Project (IPSOS AND THE TRUST PROJECT, 2020). Ainda que seja fruto de vieses inconscientes de autoconfirmação, o dado indica que confiar na fonte de informação segue sendo importante e que há oportunidades a serem exploradas pelo jornalismo profissional.

Dois processos eleitorais distintos ocorridos em novembro de 2020 permitem vislumbrar alternativas para a construção conjunta de mecanismos de combate à desinformação e de fortalecimento da confiança nos meios de comunicação e nas próprias redes sociais. Nos Estados Unidos, diante de uma conturbada e polarizada corrida pela Casa Branca, na qual o candidato derrotado Donald Trump não só se recusou a reconhecer a vitória de seu oponente, Joe Biden, como lançou uma série de acusações sem provas de supostas fraudes na apuração dos votos nos estados em que saiu derrotado, as próprias plataformas fizeram uso de mensagens de alerta para a não-comprovação das afirmações feitas em diversas postagens, incluídas as do ainda presidente. Paralelamente, diversos veículos de comunicação continuamente apontaram a falta de evidências concretas em relação às suspeitas lançadas pelos aliados do candidato republicano.

No Brasil, marcado pela existência de uma autoridade central responsável pela votação e pelo cumprimento da legislação referente às campanhas partidárias, foram firmadas parcerias entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as empresas responsáveis por redes sociais para mitigar a disseminação de fake news, assim como uma coalizão de checagem de fatos sobre o processo eleitoral durante as campanhas para a escolha de prefeitos e vereadores¹⁴. Em função de um atraso na divulgação dos resultados do primeiro turno das eleições municipais, realizado em 15 de novembro de 2020, foi registrado um

14. Disponível em <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/#>>.

alto volume de divulgação de notícias falsificadas sobre falhas de segurança, lisura do processo, confiabilidade das urnas eletrônicas e anulação de votações que foram enfrentadas pelos agentes envolvidos na coalizão. Não houve contestação formal nem comprovação de nenhum desvio ou sabotagem no processo eleitoral dos 5.567 municípios participantes¹⁵.

Percebe-se, a partir destes exemplos, que nenhuma iniciativa isolada será suficiente para contemplar toda a complexidade e capilaridade do problema. Tampouco, levando em conta a atuação global de tantas plataformas diferentes, em países com as mais variadas legislações, culturas e trajetórias relacionadas à liberdade de expressão e à confiança nas instituições públicas, é irreal vislumbrar uma solução única para questões como disseminação de *fake news*, desinformação e discernimento de informações de qualidade duvidosa, assim como acreditar que este processo possa ser conduzido apenas por uma ou algumas das partes envolvidas – governos, empresas de tecnologia ou de comunicação, organizações da sociedade civil, pesquisadores e acadêmicos, entre outros. Como definiu o secretário-geral da Federação Europeia de Jornalistas, Ricardo Gutiérrez, em seminário promovido em 2019 pelo TSE, com apoio da União Europeia, o “como” discutir e construir mecanismos de enfrentamento a estes novos fenômenos da comunicação é muito importante:

Essa abordagem de multi-stakeholder, de partes interessadas múltiplas, é o ponto-chave para criar uma estratégia eficiente. A ideia global aqui, em vez de focar a supressão ou a censura, é, por outro lado – o que faz muito mais sentido –, criar a imunidade às fake news enquanto sociedade. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019)

15. A eleição em Macapá, capital do Amapá, foi adiada por problemas no fornecimento de energia elétrica.

4. Considerações finais

A criação de uma “imunidade às *fake news* enquanto sociedade” está em curso. Os múltiplos agentes envolvidos nos processos de difusão de informação estão engajados, ainda que em diferentes níveis e capacidades de atuação, na construção de meios para enfrentamento da desinformação e da disseminação de *fake news* – mantivemos neste artigo o uso do termo, embora seja considerado por muitos desses *stakeholders* como inadequado para a descrição e conceituação dos fenômenos aqui discutidos. A história oferece como exemplo diversos momentos em que grandes mudanças tecnológicas exigiram das sociedades inovações também para dar conta de problemas e desafios inexistentes até então. Se, nos tempos de Thomas Jefferson ou Rui Barbosa, o “dever da verdade” e da informação era essencialmente da imprensa, elevada ao estamento de um “quarto poder” nas democracias liberais, nas sociedades contemporâneas esta é uma tarefa coletiva da qual se exige a participação de todas as partes envolvidas, seja porque a produção e a difusão de conteúdo se tornou praticamente uma capacidade universalizada, e não mais restrita aos detentores dos meios para tanto, seja porque a comunicação social nunca deixará de ser um instrumento fundamental das relações de poder e do exercício da cidadania..

Referências

ABREU, A. A. de. Marmiteiros. In: ABREU, A. A. de et al. (Coords.) (Ed.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BARBOSA, B.; MARTINS, H.; VALENTE, J. “Fake news: como as plataformas enfrentam a desinformação”. Brasília: [s.n.].

BARBOSA, R. A Imprensa e o Dever da Verdade. 3a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

BIMBER, B. Digital Media in the Obama Campaigns of 2008 and 2012: Adaptation to the Personalized Political Communication Environment. *Journal of Information Technology and Politics*, v. 11, n. 2, p. 130-150, 2014.

BOBBIO, N.; MATTUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionario de Política. 1a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BURKE, P. "Problemas Causados por Gutenberg: A Explosão da Informação nos Primórdios da Europa Moderna". *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

CASTELLS, M. *La Galaxia Internet*. 1a ed. Barcelona: Areté, 2001.

CASTELLS, M. [ENTREVISTA CONCEDIDA A J. C]. "Obama no se entiende sin la Red". *El País*, 24 nov. 2009.

DARNTON, R. *The True History of Fake News*. The New York Review, 2017.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. "Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e Reações à Desinformação em Busca de Cliques". *Media & Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.

DIAS, S. Eduardo Gomes. In: ABREU, A. A. de et al. (Coords.) (Ed.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

EMPOLI, G. da. *Os Engenheiros do Caos*. 1a ed. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

GAGLIARDI, J.; CASTRO, C. "Revolta da Vacina". In: ABREU, A. A. de et al. (Coords.) (Ed.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

IPSOS AND THE TRUST PROJECT. "Trust misplaced? A report on the future of trust in media". New York: [s.n.].

JEFFERSON, T. Thomas Jefferson to Charles Yancey, 6 January 1816. Disponível em: <<https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-09-02-0209>>. Acesso em: 24 out. 2020.

OXFORD LANGUAGES. Oxford Word of the Year 2016. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>. Acesso em: 11 maio. 2020.

RUSSO, R. "A História Secreta de Procópio de Cesareia: O Debate e a Renovação Historiográfica". *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 9, n. 1, p. 87-126, 2019.

SALGADO, A. S. "A Revolta Contra a Vacina: A Vulgarização Científica na Grande Imprensa no Ano de 1904". Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Seminário Internacional Fake News e Eleições. Brasília: [s.n.].

ZUCKERBERG, M. "The Internet Needs New Rules. Let's Start in These Four Areas". *The Washington Post*, 30 mar. 2019.

Movimentos de renovação e seus impactos nas dinâmicas eleitorais*

Lígia de Moraes Oliveira e Roberto Gondo Macedo¹

1. Introdução

O crescimento da polarização política, sobretudo a partir da reeleição e do impeachment de Dilma Rousseff, afetou diretamente o comportamento democrático no Brasil. É comum que ambientes políticos altamente polarizados gerem impasses legislativos, baixa produtividade do trabalho dos congressistas, empecilhos ao governo nacional na aprovação de reformas e, sobretudo, uma quebra da confiança da população quanto às suas instituições democráticas. A disputa entre antipetistas e a esquerda brasileira, em 2016, foi o ponto-chave para o surgimento de novos grupos de renovação e qualificação da política. Vale salientar que, por quase duas décadas, o processo de polarização no país foi amparado em viés partidário, tendo como disputa dois grupos políticos representativos: PT e PSDB. Parte de uma cadeia de efeitos das Jornadas de Junho de 2013, os movimentos de renovação emergem como uma “terceira via”, dentro de um mesmo espírito de época, que pauta também a trans-

*Artigo produzido em 20

1. Lígia de Moraes OLIVEIRA

Jornalista e especialista em marketing político e propaganda eleitoral. Atua na Assessoria Especial de Educação e Cultura do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, como Coordenadora-geral de Educação em Direitos Humanos e Mídias Digitais. Trabalhou como campaigner na Purpose e foi Analista de Políticas Públicas do Movimento Agora, associação civil de renovação política e elaboração de propostas de políticas públicas. E-mail: ligiamlvr@gmail.com.

Roberto Gondo MACEDO

Doutor em Comunicação Social, com Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professor da Especialização em Marketing Político e Propaganda Eleitoral da ECA-USP. Docente e Coordenador do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde também coordena o Observatório de Marketing Político e Governamental – OMPG. Presidiu a Sociedade de Pesquisa POLITICOM e coordenou o Grupo de Pesquisa em Comunicación Política y Medios, da Asociación Latinoamericana de Investigación – ALAIC. E-mail: rgondomacedo@gmail.com.

formação das relações de poder do sistema político e a própria democratização da democracia.

A bandeira da renovação se potencializa em um Brasil em que boa parte dos atuais representantes eleitos – ou de suas famílias e grupos políticos – dominam as disputas eleitorais desde o período de redemocratização do Estado, há mais de 30 anos. Um levantamento² feito pelo instituto IDEIA Big Data, em julho de 2017, revelou que a grande maioria dos eleitores brasileiros desejava ver novas pessoas concorrendo nas eleições de 2018. De acordo com a pesquisa, 79% concordavam com a afirmação “gostaria muito de ver os cidadãos comuns (de fora da política), como professores, empreendedores, funcionários públicos concursados, trabalhadores da indústria e profissionais liberais, entre outros, candidatos em 2018”. A pesquisa também mostrou que os partidos, por sua vez, seguiam num processo de desgaste de credibilidade: 77% dos entrevistados destacaram que votam na pessoa e não se importam com a legenda pela qual ela se candidata.

O descrédito da política institucional e de seus representantes potencializa a atuação de movimentos suprapartidários, tais como Acredito, Agora, Livres, RAPS e RenovaBR, e dá voz a novos atores políticos nas eleições. Em 2018, a busca por uma oxigenação da democracia brasileira culmina em uma frente ampla de renovação, com o lançamento da candidatura de membros dos novos movimentos a cargos estaduais e federais – a maioria na corrida por um primeiro mandato. Nos anos seguintes, são estes políticos estreantes que protagonizam um embate direto com os partidos, seus líderes e o *establishment* das casas legislativas.

Dois anos se passaram e os movimentos chegam a novas eleições, estas caracteristicamente mais capilarizadas no território nacional e sob um cenário pandêmico, com a oportunidade de estabelecer um legado e o desafio de não perder o espaço conquistado. Como a máxima de

2. CASADO, José. *Pesquisa mostra que eleitores rejeitam políticos investigados por corrupção*. O Globo, Rio de Janeiro, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pesquisa-mostra-que-eleitores-rejeitam-politicos-investigados-por-corrupcao-21649512>. Acesso em: 22 nov. 2018.

que “nenhuma eleição é igual à anterior” será sempre verdadeira, é preciso entender como os grupos de renovação e qualificação política têm impactado o cenário político brasileiro e quais as novas oportunidades que se colocam em vista a partir de 2020, quando uma narrativa antimudança ganha força e um novo cenário de polarização passa a tomar corpo: o bolsonarismo versus o antibolsonarismo.

2. A crise de representatividade e a democratização da democracia

O ano de 2011 marcou o início de uma série de movimentos que mudariam a forma como os cidadãos enxergam a representação política no século 21. Os protestos que ocuparam as ruas de países como Tunísia, Egito, Espanha, Chile e Estados Unidos revelavam a existência de um déficit democrático generalizado e de uma crise global de legitimidade política (CASTELLS, 2013). Os cidadãos ainda viviam os efeitos duradouros do colapso do capitalismo especulativo mundial e de inúmeras crises político-econômico-sociais da década anterior, ao mesmo tempo que observavam a ampliação das facilidades de um novo espaço de discussão e articulação no mundo das redes sociais digitais.

O filósofo Pierre Lévy (2002) já pressupunha que as redes digitais teriam um papel fundamental na evolução da governança política das sociedades. Para os cidadãos, “uma vez habituados à eficácia, à simplicidade e à transparência do crescente universo da economia da informação, a opacidade, o emparedamento e a ineficiência das administrações públicas torna-se chocante” (LÉVY, 2002, p. 102). Em 2011, este choque de realidades se apresenta em diversas partes do mundo e, a partir de 2013, expõe-se de forma mais clara no Brasil.

2.1 Movimentos de indignação e contrapoder

Sob a égide das manifestações sociais, enquanto nos países árabes se fortaleciam os movimentos contra a concentração de poderes por elites ditatoriais, nos países de tradição liberal-democrática a sociedade civil se levantava por uma radicalização da democracia. Os In-

dignados na Espanha e o movimento estudantil no Chile, por exemplo, criticavam diretamente a sobreposição do interesse público por interesses privados de uma elite dominante. Os grupos pregavam que, se não há representação política verdadeira, então não existe de fato uma democracia (PINTO, 2014).

A radicalização da democracia tomou o lugar das utopias de tipo socialista na militância política, e tal característica aparece com muita clareza nas manifestações de ambos os movimentos, onde se pode perceber a forte crítica a uma democracia que não se realiza devido a uma elite política que se reproduz à custa da concentração de poderes políticos e econômicos. Não se está mais à frente de movimentos sociais que apelam à sociedade civil, que se colocam como apolíticos e não ideológicos. O enfrentamento ocorre com os governos, com os partidos e com a própria estrutura de uma democracia de elite. (PINTO, 2014, p. 137)

Ultrapassando os limites geográficos, cidadãos de todo o mundo passaram a expressar concretamente o sentimento de que o governo de seus países não representava as vontades da maioria da população, pois priorizavam interesses próprios e os de uma elite financeira. Nos países democráticos, os partidos políticos se tornam um dos grandes símbolos deste tipo de prática. É o que aponta o filósofo Vladimir Safatle (2012) ao fazer uma análise sobre os movimentos de 2011, em uma crítica aos meios institucionais de governança política e, mais diretamente, à representação democrática partidária:

A época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou, acabou radicalmente. Pode ser que ainda não saibamos o que vai aparecer, o que vai acontecer, como as coisas se darão daqui para a frente. Podemos não saber o que vai acontecer no futuro, que tipo de nova organização política aparecerá, mas sabemos muito bem onde acontecimentos não ocorrerão. Com certeza não nas dinâ-

micas partidárias. Você tem uma força de pressão enquanto está fora do jogo partidário. Quando entrarmos nele, tal força diminui. (SAFATLE, 2012, p. 55)

O embate entre as forças políticas institucionais e os novos meios de representação política da sociedade civil estava colocado. É evidente que a crise de confiança nas instituições representativas não é um fenômeno novo dentro da ciência social, mas essa explosão contemporânea em larga escala de grupos indignados com essa qualidade sistêmica é fundamental para a compreensão do surgimento dos nossos objetos de estudo. No Brasil, os anos que se seguiram apontaram o agravamento da desconfiança nas instituições e a perda de legitimidade das representações políticas. Na medida em que a opinião pública se focava no combate a esta democracia de elite, encadeavam-se episódios como as Jornadas de Junho de 2013, a Operação Lava Jato e o impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

2.2 A surdez do Estado brasileiro e o rechaço à classe política

Diante do exposto, vale ressaltar que o simulacro da pesquisa não pretende fazer uma análise minuciosa acerca dos fatos políticos que se sucederam no Brasil nos últimos dez anos, mas sim destacar a importância que alguns destes acontecimentos tiveram para o surgimento dos movimentos de renovação e de seus princípios. Calcados no embate entre a institucionalidade de uma democracia de elite e uma nova forma de fazer política inspirada na interatividade da sociedade em rede, como veremos a seguir, são as Jornadas de Junho, a Lava Jato e o *impeachment* da presidente Dilma, que compõem o retrato deste espírito de época.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, 21 anos antes. Só no dia 20 de junho daquele mês, foram mais de 1 milhão de pessoas às ruas, simultaneamente em

centenas de cidades pelo país. Os protestos, que primeiro pautavam o aumento de tarifas do transporte público, escalonaram para um sentimento de insatisfação generalizada com a administração pública e uma afronta direta aos poderes institucionais vigentes, como aponta o jornalista e cientista político Leonardo Sakamoto (2013):

[...] um gigantesco grupo formado principalmente de jovens, precariamente informado, desaguou subitamente nas manifestações de rua, sem nenhuma formação política, mas com muita raiva e indignação, abraçando a bandeira das manifestações. A revolta desses contra quem portava uma bandeira não foi necessariamente contra o sistema partidário, mas sim contra as instituições tradicionais que representavam a autoridade como um todo. Os repórteres da TV Globo, por exemplo, não conseguiam nem usar o prisma com o logo da emissora na cobertura. (SAKAMOTO, 2013, p. 98)

Esta indignação, a busca por uma autonomia fora das instituições e o próprio exercício de um contrapoder se desdobram de forma inédita em junho de 2013. Como afirma Bucci (2016), o “momento zero foi o rechaço ríspido contra a surdez do Estado. Eclodiram juntos a reprovação moral (e moralista) contra a impunidade da corrupção generalizada e o cansaço furioso contra a péssima qualidade dos serviços públicos”. O empuxo deste descontentamento, então, passa a guiar todo o jogo político partidário, a opinião pública, o diálogo dos cidadãos com as instituições representativas, a cobertura midiática e a própria forma de participação política da sociedade civil.

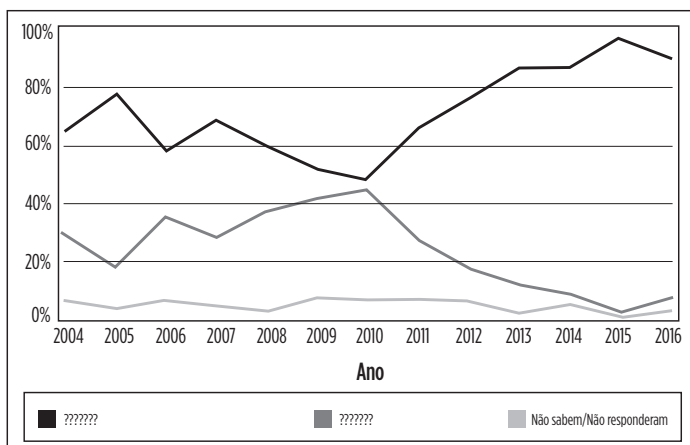
Meses depois, em março de 2014, a Polícia Federal deflagra a operação que seria conhecida como Lava Jato, unificando investigações sobre a prática de crimes financeiros e desvio de recursos públicos. O desnudamento da corrupção sistêmica no país acentua o próprio zeitgeist de indignação e insatisfação da opinião pública.

Para além do debate sobre a existência de interesses escusos na execução da operação, da integridade

dos atores que protagonizaram as investigações e dos jogos de interesse partidários que a rondaram, é inegável afirmar que a cobertura midiática da Lava Jato impulsiona a percepção negativa da população sobre a classe política. Pesquisas realizadas pelo Latinobarômetro revelam um crescimento exponencial dos níveis de desconfiança dos cidadãos brasileiros para com as instituições, como o Congresso, o Poder Executivo nacional e os Partidos Políticos, sobretudo a partir de 2011³.

No gráfico a seguir, é possível identificar como a figura discursiva de uma democracia de elite se intensificou no imaginário brasileiro desde então, em que fica

Gráfico 1 - Percepção do Estado e dos poderes do Estado



P: "De modo geral, você diria que o Brasil é governado por alguns grupos poderosos para seu próprio benefício, ou que é governado para o bem de todas as pessoas?" Fonte: Latinobarômetro, 2018.⁴

clara a percepção de que o país é governado por alguns grupos poderosos em benefício próprio, em oposição ao declínio da percepção de que o país é governado por representantes que visam o bem de todas as pessoas.

3. Latinobarômetro, 2018.

4. Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Para este questionário, foram aplicadas 1.204 entrevistas face a face entre 27 de junho de 2018 e 12 de julho de 2018, com amostras representativas de 100% da população nacional. Margem de erro de 2,8 pontos percentuais, considerando um coeficiente de confiança de 95%. Pesquisa realizada em parceria com o Ibope. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em 9 jan. 2021.

Os protestos de rua tomaram novas formas nos anos seguintes. Em 2015 e 2016, acontecem manifestações expressivas que expõem um descontentamento com o governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e exigem a sua saída da Presidência do país. Embora estes movimentos pudessem ser entendidos como uma rusga fundamentalmente antipetista, os pesquisadores Esther Solano e Pablo Ortellado (2016) comprovam que a insatisfação dos manifestantes não se restringia única e exclusivamente ao PT, mas se estendiam a todo o sistema político – governo federal, políticos, partidos, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e imprensa política. Mais do que uma disposição à direita ou à esquerda, os autores afirmam que é uma postura *antiestablishment* que parece explicar melhor o posicionamento dos manifestantes – apesar de as lideranças dos protestos pouparem determinados partidos e políticos, numa espécie de indignação seletiva.

A insatisfação e a descrença destes, como os resultados da pesquisa demonstram, extrapolam o PT, se estendendo a todo o sistema político. A despeito das manobras das lideranças, os manifestantes entendiam que a corrupção – principal queixa nos protestos – não estava restrita ao governo federal, mas estava espalhada nas outras esferas de poder e nos outros partidos, inclusive no PSDB, no qual a maioria dos manifestantes tinha votado. (ORTELLADO; SOLANO, 2016, p. 177)

Sendo assim, a insatisfação que permeava a opinião pública não chegou ao fim com o impeachment da presidente Dilma. Pelo contrário, com Michel Temer (MDB) na liderança do país, o descontentamento da população com seus representantes políticos e com os rumos do Brasil se acentuou tão profundamente que o governo do então presidente foi considerado o mais impopular da história do país, com 82% de rejeição dos brasileiros, segundo o Datafolha⁵. E é neste cenário, entre 2016 e 2018, que despontam os movimentos de renovação política.

3. Os movimentos de renovação política no Brasil

Para além do crescimento expressivo das demonstrações de descontentamento dos brasileiros com sua classe política, o período de 2013 a 2016 marcou uma intensificação do que se convencionou chamar de “polarização do debate político” – isto é, “a redução da diversidade do debate político a apenas dois polos, com um processo de alinhamento de discursos” (ORTELLADO; RIBEIRO, 2018). Neste sentido, o debate público passou a se estruturar em torno de duas narrativas, que separavam antipetistas e a esquerda:

A formação do campo antipetista se deu concomitante à formulação da narrativa que o estrutura, a saber, aquela que coloca a corrupção no centro dos problemas sociais e econômicos brasileiros e o Partido dos Trabalhadores como seu grande responsável. Seguindo esta narrativa, o PT teria tomado o poder do estado para realizar seus interesses particulares e usado o dinheiro público para se perpetuar no comando subornando movimentos populares com programas sociais que, no fundo, apenas garantem privilégios para aqueles protegidos por esse sistema. Com o afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff, o campo da esquerda – ou antian-tipetista – se estruturou em torno da narrativa que denuncia o antipetismo como formado por aqueles que se escondem atrás de um falso moralismo anticorrupção para defender seus privilégios de classe e, para isso, teriam arquitetado um golpe de Estado para implementar uma agenda que defende seus interesses. (ORTELLADO, RIBEIRO, 2018, p. 4)

Os movimentos de renovação política, então, surgem neste espaço como uma possível “terceira via”, aproveitando a janela de oportunidade que os permitia ativar politi-

5. BOGHOSSIAN, B. *Reprovação aumenta e torna Temer o presidente mais impopular da história*. Folha, 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-mais-impopular-da-historia.shtml> Acesso em 5 de janeiro de 2020.

camente o descontentamento dos cidadãos com a classe política, ao mesmo tempo que fugiam dos rótulos da polarização. Com alinhamentos e propósitos específicos a cada grupo, a maioria deles não se identificava com o campo da esquerda ou da direita, e focava suas críticas nos atores e nas atitudes da “velha política” – um jargão identificado com práticas de políticos de longa data, baseadas em conchavos escusos, na venda do Estado a grupos privados, no nepotismo e na troca de favores privados por agentes públicos, entre outros. A “renovação” surge como uma figura retórica de oposição a esses costumes e se traduz na criação de diferentes grupos políticos, como veremos a seguir.

Vale ressaltar que muitos destes grupos são comumente retratados pela mídia como “movimentos de renovação”, mas que nem todos se identificam claramente com este rótulo – inclusive, alguns têm sua própria fundação tirada de contexto devido às generalizações feitas pelos jornalistas. Pretendemos identificar as convergências e divergências entre estes grupos, de acordo com as suas motivações de atuação no período eleitoral, identificadas abaixo.

Tabela 1. Objetivos eleitorais de grupos de qualificação e renovação política

Categoria	Perfil de atuação	Exemplos (ano de criação)
Formação	Grupos que atuam com formação de candidatos, servidores públicos, cargos comissionados e outras lideranças políticas.	Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS (2012) e RenovaBR (2017).
Agenda	Movimentos que elaboram agendas de políticas públicas para serem incorporadas por candidaturas, lideranças eleitas e em cargos comissionados.	Movimento Agora (2016).
Eleição	Movimentos que engajam e apoiam lideranças políticas locais, de acordo com sua afinidade a uma agenda ampla de princípios, potencializando sua entrada e permanência na política eleitoral.	Livres (2016) e Movimento Acredito (2017)

Tabela elaborada pelos autores em 2021. Vale fazer a ressalva de que alguns dos movimentos podem ser identificados em mais de uma das categorias acima, mas que se optou por incluir cada um dos movimentos de acordo com a sua principal área de atuação durante o período eleitoral.

A partir da tabela, é importante pontuar algumas ressalvas. A seleção dos grupos acima foi feita segundo quatro critérios principais: posicionamento ideológico; data de fundação; perfil dos fundadores e integrantes; e tipo de financiamento. Desta forma, optou-se por um aprofundamento da análise dos grupos com maiores similaridades entre si – Livres, Movimento Acredito, Movimento Agora, RAPS e RenovaBR. Quando consideramos o posicionamento ideológico, estes grupos são todos suprapartidários e podem ser categorizados dentro da perspectiva da “terceira via”, uma vez que não se consideram politicamente de esquerda ou de direita. Este critério fez com que não fossem incluídas aqui menções ao Movimento Brasil Livre (MBL), identificado categoricamente como um movimento de direita, ou a grupos de candidaturas coletivas, como a Bancada Ativista e o Muitas, movimentações categoricamente de esquerda.

Quanto à data de fundação, o único elemento destoante é a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), cujo próprio crescimento, apesar de ter surgido em um cenário que precede o impeachment da presidente Dilma Rousseff e o acirramento da polarização, se dá neste contexto. Assim, pelo desenvolvimento do grupo e pelas demais similaridades, entendemos a importância de sua inclusão na presente análise. Apesar disto, é preciso destacar que a RAPS não é considerada um “movimento de renovação política”, mesmo que seja erroneamente enquadrada neste rótulo pela imprensa.

Outro ponto comum entre os objetos em estudo é o perfil de seus fundadores e de algumas das lideranças integrantes. Os grupos citados são essencialmente fruto de iniciativas pessoais, de profissionais já reconhecidos em suas áreas, sejam acadêmicos com passagem por grandes universidades internacionais, como Harvard e Yale; empresários de sucesso; ou lideranças vinculadas a grandes grupos nacionais e internacionais, como a Fundação Lemann e o Fórum Econômico Mundial. A única exceção, como veremos em maior detalhe, é o Livres, cuja fundação se dá dentro de um partido político.

Por fim, vale apontar que todos os grupos citados têm abrangência nacional, são suprapartidários, não possuem fins lucrativos e têm sua sustentabilidade financeira baseada em doações de pessoas físicas e/ou de pessoas jurídicas. Entendidas as similaridades entre Livres, Acredito, Agora, RAPS e RenovaBR e os critérios que utilizamos para a escolha destes cinco grupos, cabe analisar individualmente as dissonâncias entre cada um deles.

3.1 Formação

Quando olhamos para a atuação em período pré-eleitoral e eleitoral, a RAPS e o RenovaBR são duas das maiores organizações de formação de candidatos e candidatas no país. A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS surgiu em 2012 com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do sistema democrático brasileiro por meio da formação, do apoio e do desenvolvimento de lideranças políticas. A organização foi criada pelo empresário Guilherme Leal, cofundador da Natura e candidato a vice-presidente da República na chapa de Marina Silva nas eleições presidenciais de 2010.

Como citamos acima, a RAPS não é um “movimento de renovação política” e se propõe a preparar líderes independentemente de sua experiência pública e eleitoral prévia. A rede de pessoas constituída pela RAPS conta com 673 membros, dos quais 175 estão no exercício de mandatos eletivos – prefeitos, vereadores, senadores, governadores, deputados federais e estaduais⁶. Na prática, os membros podem acessar formações, debates e materiais relacionados à sustentabilidade; podem acessar conhecimento prático e teórico sobre campanhas eleitorais e inovação em mandatos; e podem se conectar a lideranças de diferentes partidos, de diversos lugares do Brasil, para trocar experiências e boas práticas.

A RAPS tem atuação eleitoral desde 2014 e, nas últimas eleições gerais, em 2018, 149 de seus membros disputaram cargos eletivos, entre 25 partidos políticos e

6. Informações disponibilizadas no site da RAPS. Disponível em: <https://www.raps.org.br/quem-somos/> Acesso em: 17 jan. 2021.

em 23 estados. No total, foram 35 eleitos, que receberam mais de 26 milhões de votos – três senadores, um governador, 16 deputados federais e 15 deputados estaduais. Entre estes, estão: os senadores Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Randolfe Rodrigues (REDE-AP), o governador Renato Casagrande (PSB-ES), os deputados federais Alessandro Molon (PSB-RJ), João Campos (PSB-PE), Marcelo Calero (PPS-RJ), Rodrigo Agostinho (PSB-SP), Tabata Amaral (PDT-SP), Vinícius Poit (NOVO-SP) e as deputadas estaduais Marina Helou (REDE-SP) e Mônica da Bancada Ativista (PSOL-SP).

Por sua vez, o RenovaBR surge num contexto diferente. A organização foi criada em 2017 pelo empresário Eduardo Mufarej. Sustentado por doações privadas, o grupo seleciona e prepara potenciais lideranças por meio de programas de formação presenciais e online, e faz o acompanhamento do desempenho de ex-alunos no tocante à sua atuação política, especialmente à atuação eleitoral. A formação inclui aulas sobre sistema político e elementos da democracia brasileira, sobre agendas programáticas e sobre o desenvolvimento de competências para a condução de campanhas políticas. Até 2020, já tinham sido formados 1.953 alunos⁷, de todo o Brasil. Um dos financiadores de maior destaque da iniciativa é o apresentador e também empresário Luciano Huck.

Nas eleições gerais de 2018, foram formados 133 líderes pelo RenovaBR, sendo que 117 concorreram como candidatos e receberam juntos mais de 4,5 milhões de votos. Foram eleitos, no pleito de então, 17 alunos – um senador, nove deputados federais e sete deputados estaduais –, de nove estados e sete partidos⁸. Entre os parlamentares eleitos estão: os deputados Daniel José (NOVO-SP), Felipe Rigoni (PSB-ES), Joênia Wapixana (REDE-RR), Luiz Lima (PSL-RJ), Marcelo Calero (Cidadania-RJ), Tabata Amaral (PDT-SP), Vinícius Poit (NOVO-SP), e o senador Alessandro Vieira (REDE-SE).

7. Informações disponibilizadas no site do RenovaBR. Disponível em: <https://renovabr.org/conheca-nossos-alunos-eleitos-em-2020/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

8. RENOVABR. Relatório anual 2018, 2018. Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-2018.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Após as eleições, o RenovaBR também organiza aulas e treinamentos, uma vez que os candidatos foram eleitos e precisam se preparar para assumir seus mandatos. Em 2018, para além dos 17 líderes eleitos, o RenovaBR ministrou aulas para outros 39 congressistas estreantes, sobre o funcionamento do Congresso, como participar de comissões, como promover suas pautas e outros detalhes da atuação parlamentar.

3.2 Agenda

Fundamentalmente uma organização de pesquisa e elaboração de agendas de políticas públicas, o Movimento Agora não surgiu com foco eleitoral. O Agora foi criado em 2016, por Ilona Szabó, Leandro Machado e Patricia Ellen, devido a uma insatisfação dos três fundadores com as lideranças políticas brasileiras e a baixa expressividade do Brasil e de suas políticas públicas no cenário internacional. O Agora cresceu aos poucos, por meio de convites a especialistas, acadêmicos, ativistas e empresários para integrar o movimento, unidos pela construção de uma nova visão de futuro para o Brasil. O grupo ganhou grande expressividade, entre outros integrantes, com a entrada de Luciano Huck para o movimento.

A principal forma de atuação do Agora é a pesquisa, discussão e formulação de propostas de políticas públicas. O movimento se posiciona como um centro que pesquisa, que discute e formula diretrizes de políticas públicas para resolver os principais problemas do Brasil em dez áreas prioritárias: Educação, Saúde, Combate às Desigualdades, Segurança, Economia, Governo e Tecnologia, Emprego e Empreendedorismo, Sustentabilidade, Cidades e Reforma do Estado. Apesar de ser um movimento de agenda, nas eleições de 2018, alguns de seus membros decidiram se candidatar, entendendo que a conquista de cargos eletivos seria uma via importante para a implementação da agenda construída pelo grupo.

Em 2018, 18 membros do movimento concorreram. Três foram eleitos – dois deputados federais, Joênia Wapichana (REDE-RR) e Marcelo Calero (Cidadania-RJ), e

um deputado distrital, Leandro Grass (REDE-DF). Alguns membros do Agora, em 2019, também passaram a ocupar cargos técnicos comissionados em secretarias estaduais pelo Brasil, como foi o caso da Patricia Ellen, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo; Rafael Parente, Secretário de Educação do Distrito Federal; e Claudio Gastal, Secretário Estadual de Governança e Gestão Estratégica do Rio Grande do Sul. O Agora possui uma rede de 2 mil integrantes⁹, cadastrados por meio de uma inscrição no site do movimento.

3.3 Eleição

Quando foram fundados, o Livres e o Movimento Acredito partiram de pressupostos diferentes. Porém hoje a sua atuação está fundamentada no mesmo caminho: buscar e engajar novas lideranças políticas locais no movimento, incentivando a entrada destas lideranças na disputa eleitoral e fornecendo suporte programático para seus mandatos, uma vez que sejam eleitas. Cada um dos grupos possui princípios norteadores e diretrizes de propostas, estabelecendo critérios de afinidade ideológica para que qualquer pessoa interessada da sociedade civil possa se engajar no movimento. Apesar da similaridade com a estrutura partidária, ambos os movimentos declaram que não têm a intenção de se formalizar como um partido em um futuro próximo.

O Livres é um movimento que surgiu em 2016, incubado dentro do Partido Social Liberal (PSL), capitaneado por Sérgio Bivar, para promover uma renovação dentro da própria estrutura partidária. A ideia era gradualmente ganhar espaço dentro do PSL, atraindo cada vez mais quadros, que defendessem uma pauta política estritamente liberal – nos costumes e na economia. No final de 2017, o movimento foi surpreendido pela filiação de Jair Bolsonaro ao partido e, por discordâncias ideológicas com o então candidato, decidiu se tornar uma entidade autônoma. O Livres sai do PSL e

9. Informação referente a 2019, disponibilizada no site do Movimento Agora. Disponível em: <https://www.agoramovimento.com/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Anual-2019.pdf> Acesso em: 17 jan. 2021.

se consolida como um movimento suprapartidário, passando a trabalhar em uma nova esfera de influência política.

O Livres atua, desde então, em três frentes principais: Informar, Formar e Reformar. A primeira é referente à produção de conteúdos, como publicações nas redes sociais digitais, produção de documentários, e-books e análises sobre as ideias do movimento e sobre o cenário político do país. A segunda está ligada à formação política, frente em que realizam treinamentos para capacitar tanto lideranças regionais quanto quadros do Livres interessados em se candidatar. A terceira se refere a um trabalho de *advocacy* em Brasília, no qual influenciam atores políticos em determinadas políticas públicas e subsidiam a tomada de decisão dos mandatários do movimento, de acordo com os princípios liberais do grupo.

Em 2018, o Livres ganhou uma eleição fora de época, em Teresópolis (RJ), passando a ser o primeiro movimento a ter uma representação no poder executivo. Nas eleições de outubro, elegeram dois deputados federais e cinco deputados estaduais – entre estes, os federais Marcelo Calero (Cidadania-RJ) e Tiago Mitraud (NOVO-MG), e os estaduais Fabio Ostermann (NOVO-RS) e Daniel José (NOVO-SP). Ao todo, os candidatos do Livres receberam 2,5 milhões de votos. Vale apontar que, nos anos subsequentes, outros parlamentares, já eleitos, aderiram ao movimento e hoje fazem parte de uma coalizão chamada Bancada da Liberdade, formada por seis deputados federais, sete deputados estaduais, um prefeito e 13 vereadores.

O grupo conta com mais de 2.500 associados no Brasil inteiro, ainda com grande concentração no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para se associar ao Livres, é preciso fazer o pagamento de uma assinatura mensal, no valor de R\$ 24,90. A participação dos associados tem caráter voluntário, e eles podem coordenar ações locais, como a realização de eventos, treinamentos e envio de conteúdo para o núcleo nacional¹⁰.

Por sua vez, o Acredito é um movimento, liderado

10. Informações disponibilizadas por Paulo Gontijo, diretor executivo do Livres, em entrevista concedida aos autores em 4 de outubro de 2019.

principalmente por jovens, que surgiu em 2017. A princípio, o grupo tem origem em uma necessidade pessoal de José Frederico Lyra e Felipe Oriá, que queriam se candidatar, mas não enxergavam eficiência em candidaturas isoladas. O perfil de atuação eleitoral do movimento se consolida quando Lyra e Oriá identificam que o desafio da candidatura extrapola suas próprias realidades, que era uma dificuldade para jovens de todo o país. Hoje, o Acredito é uma rede de suporte para estes jovens que queiram se engajar politicamente – seja pela via eleitoral ou fora dela – e que estejam alinhados aos valores e princípios do movimento.

A atuação do grupo é majoritariamente horizontal, cabendo aos coordenadores estaduais e municipais a tomada de decisão sobre as campanhas de comunicação e mobilização a serem realizadas pelo país. O movimento conta com pelo menos 2 mil voluntários ativos e engajados e mais de 7 mil inscrições no site de pessoas interessadas em saber mais sobre a atuação do grupo. Nos períodos eleitorais, o Acredito realiza processos seletivos para a escolha das lideranças cívicas que serão apoiadas pelo movimento¹¹.

Em 2018, foram eleitos quatro integrantes da organização: o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a deputada federal Tábata Amaral (PDT-SP), o deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES) e o estadual Renan Ferreirinha (PSB-RJ). Uma vez eleitos, o Acredito continua a apoiar o mandato dos parlamentares, especialmente com ações digitais em favor de projetos de lei que serão votados e que dialogam com as pautas defendidas pelo grupo, que orbitam em torno da pauta do combate às desigualdades.

4. A transformação das dinâmicas eleitorais

É interessante observar que, mesmo que inicialmente alguns dos grupos de renovação e qualificação política não tenham surgido com pretensões eleitorais, como foi

11. Informações disponibilizadas por Samuel Emílio, então coordenador nacional do Movimento Acredito, em entrevista concedida aos autores em 9 de outubro de 2019.

o caso de Movimentos Acredito e Agora, inevitavelmente membros desses grupos acabaram se voltando para a participação da disputa política pela via eleitoral em 2018. Castells (2013), ao analisar os movimentos constituídos na era das convergências, conclui que um dos consensos entre eles seria a diluição e a canalização dos sonhos de reforma social por meio das instituições políticas. Segundo o autor, “a influência dos movimentos sociais sobre a política e os programas de governo depende amplamente de sua contribuição potencial para as agendas preestabelecidas dos atores políticos” (CASTELLS, 2013, p. 174). O discurso que, num primeiro momento, surge da insatisfação com as instituições culmina em uma ampla frente de reforma destas próprias instituições, por meio da participação política convencional, nas eleições de 2018.

Vale lembrar que estes movimentos de insatisfação e de busca pela renovação do sistema político têm fases cíclicas no Brasil – a própria fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no final da década de 1980 e a jornada do Partido dos Trabalhadores (PT) rumo ao Governo Federal são exemplos de uma busca de renovação pela reforma do sistema, em que estes atores disputavam espaços até então ocupados pela “política tradicional”. Em determinado momento, porém, são os próprios atores da renovação que se tornam parte da institucionalidade – suas lideranças costumam envelhecer no poder, até surgirem outras figuras que sejam alçadas com o mesmo discurso.

A mensagem de renovação, assim, parece ter prazo de validade e tende a se tornar esvaziada com o tempo devido a este mesmo paradoxo anacrônico. Em 2018, especialmente, a eleição de Bolsonaro acentuou dois específicos contrassensos desta narrativa. As últimas eleições gerais, ao mesmo tempo que colocaram no mapa grupos como Renova, Agora, Acredito e Livres, acabaram por promover o esvaziamento retórico do termo “renovação”, uma vez que muitos políticos de longa data passaram a se apropriar deste discurso, colocando-se para-

doxalmente como agentes do rompimento com o status quo – o que definitivamente não eram.

Para além disso, o surgimento dos movimentos de renovação política também sempre esteve muito atrelado à defesa da ocupação de cargos eletivos por “cidadãos comuns”, que estivessem fora do circuito eleitoral e que pudessem levar para a política institucional novos rostos e ideias – o que convencionou-se chamar de outsiders. A eleição de Jair Bolsonaro (sem partido) contrapõe estas duas idiossincrasias: apesar de estar há quase 30 anos na política, enquanto candidato ele se empenhou na construção de uma imagem de outsider, de renovação, com um discurso *antiestablishment* que o levou à Presidência da República. Assim, sobretudo a partir de 2018, os grupos da sociedade civil que aqui citamos têm cada vez mais buscado se afastar do rótulo da “renovação política”.

Todavia, além das incertezas retóricas dos movimentos, uma vez eleitas, as lideranças de renovação enfrentam dificuldades também práticas, num embate direto com a política institucional. Os partidos políticos, que até então tinham sido meios para viabilizar as candidaturas dos movimentos, assim como estabelece a legislação eleitoral brasileira, colocam em xeque a capacidade de governabilidade destas lideranças. Como estas novas representações não têm poder político para atuar de forma independente, novos atritos se colocam entre a defesa dos interesses dos movimentos e a dos partidos, levando ao questionamento se de fato estes formatos de organização sobreviveriam após o pleito de 2018. Vejamos mais a seguir.

4.1 Partidos políticos

A entrada dos movimentos de renovação no jogo político vai diretamente de encontro aos interesses e princípios dos partidos em termos de agenda, de liderança, de compromisso com o eleitorado e de financiamento das candidaturas. Em 2018, a maioria dos partidos preferiu não se aliar aos candidatos de movimentos. Alguns, porém, acolheram estas candidaturas e se submeteram à assinatura de uma “carta compromisso”, um disposi-

tivo que garantiria a independência programática e autonomia nas votações do mandato dos integrantes dos movimentos. Foi o caso de partidos como o Cidadania (o então Partido Popular Socialista, PPS), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a REDE Sustentabilidade. Em pouco tempo, porém, seria duramente questionada esta pretensa autonomia e independência das candidaturas.

Um dos grandes exemplos deste embate se deu no dia 10 de julho de 2019, no qual o plenário da Câmara dos Deputados votou o primeiro turno da reforma da Previdência. A deputada Tabata Amaral (PDT-SP), em seu primeiro ano de mandato, votou a favor da reforma proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, em oposição às direções partidárias. A parlamentar, que também é integrante do Acredito, sempre se posicionou a favor de uma reforma previdenciária. Escolhendo seguir o direcionamento do movimento, e não do partido, a deputada foi alvo de um processo disciplinar aberto pelo PDT, que poderia resultar em advertência ou até mesmo em sua expulsão da legenda. “O ‘sim’ que eu digo à reforma não é um ‘sim’ ao governo. E também não é um ‘não’ a decisões partidárias”, declarou a pedetista em vídeo em suas redes sociais¹².

O embate programático entre a agenda do movimento e a do partido resultou em um enfraquecimento das próprias lideranças partidárias, que foram atravessadas com estas dissidências. Em resposta ao ato da parlamentar¹³, o ex-presidenciável Ciro Gomes, vice-presidente nacional do PDT, criticou diretamente os movimentos de renovação, fazendo referência ao Acredito como um “partido clandestino” e acusando o movimento de se infiltrar dentro dos partidos e de burlar a legislação eleitoral, que proíbe financiamento empresarial de cam-

12. TAVARES, J. *Sob ameaça de expulsão, dissidentes enfrentam partidos por Previdência*. Folha de S.Paulo, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/sob-ameaca-de-expulsao-dissidentes-enfrentam-partidos-por-previdencia.shtml>. Acesso em: 7 fev. 2020.

13. CIRO Gomes critica Tabata Amaral e chama movimento Acredito de ‘partido clandestino’. Huffpost, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/ciro-gomes-tabata-amaral-pdt>. Acesso em: 7 fev. 2020.

panhas. Ciro não foi o único dirigente partidário a tecer críticas aos grupos. Os valores arrecadados via doação pelos movimentos de renovação durante o período eleitoral foram grande alvo de questionamento. Paulinho da Força, deputado federal por São Paulo e presidente do Solidariedade, acusou os grupos de promoverem uma cortina de fumaça para escapar da lei eleitoral e incentivar a infidelidade partidária. Segundo ele, os movimentos “agem como partidos paralelos, pregam a destruição dos partidos”¹⁴.

Formalizados como associações da sociedade civil, sem natureza de fins lucrativos e financiados por meio de doações de pessoas físicas, os movimentos não podem utilizar o dinheiro recebido para investir na campanha de membros que decidiram se candidatar nas eleições, uma vez que a lei eleitoral proíbe este tipo de prática. Porém alguns políticos tradicionais avaliam que esses grupos atuavam como fachadas para a promoção da figura pública dos candidatos, burlando as leis eleitorais. Como também aponta uma reportagem da *Folha de S.Paulo* (2020)¹⁵, “o presidente da sigla trabalhista, Carlos Lupi, repetidas vezes deu declarações no sentido de que o mais democrático seria os ativistas fundarem as próprias legendas e se submeterem às regras do jogo”. De acordo com os movimentos, nenhum deles apoiou diretamente candidatos e sua atuação permaneceu dentro dos limites jurídicos da lei.

A avaliação de dirigentes dos grupos de renovação, em contraste, é de que muitos partidos se aproveitaram oportunisticamente dos movimentos no período eleitoral e que, logo na primeira oportunidade, não cumpriram os compromissos preestabelecidos de garantir independência e espaço a seus mandatários. Como aponta o diretor

14. ESTADÃO CONTEÚDO. Grupos de renovação política ganham força e incomodam partidos. *Metrópoles*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/grupos-de-renovacao-politica-ganham-forca-e-incomodam-partidos>. Acesso em: 6 fev. 2020.

15. TAVARES, J. Sob ataque, movimentos de renovação política colidem com partidos e são copiados. *Folha de S.Paulo*, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/sob-ataque-movimentos-de-renovacao-politica-colidem-com-partidos-e-sao-copiados.shtml>. Acesso em 10 jan. 2020.

do Livres, Paulo Gontijo, em entrevista realizada pelos autores do presente artigo, sobre a relação dos partidos com os movimentos: “Era simplesmente um acordo político de curto prazo” (GONTIJO, 2019). O dirigente afirma, porém, que uma possível troca de experiências entre as entidades na verdade poderia trazer grandes benefícios para o sistema democrático eleitoral, já que os partidos têm comumente grandes déficits de democracia interna e que poderiam realinhar suas próprias estruturas para que fossem mais afeitas à renovação de seus atores políticos.

Para além do financiamento e da estruturação, porém, vale lembrar que, no caso da deputada Tábata, a própria representação é colocada em jogo, uma vez que a eleição de deputados não considera apenas os votos que um único candidato teve, mas também os votos de legenda e os dos demais candidatos, que completam o quociente eleitoral. Desta forma, pode-se dizer que os partidos perdem ainda mais força política e o comportamento destas candidaturas promove um afastamento entre representante e eleitor do partido. Todos estes desentendimentos, após as eleições de 2018, fizeram com que legendas como PDT e NOVO aprovassem normas internas para impedir que membros de movimentos, como os de renovação, disputassem eleições pelos respectivos partidos.

4.2 De 2020 a 2022: resultados e perspectivas

Os movimentos de renovação chegaram às eleições de 2020 com diversos desafios estruturais postos: a mudança retórica sobre a “renovação”, o embate direto com o sistema partidário e as regras do jogo democrático, a cobrança por resultado após dois anos de mandatos estreatantes, os questionamentos sobre a pretensa equidade racial e de gênero dos integrantes dos grupos e a dificuldade de capilarização regional em todo o país.

Isto sem considerar os próprios desafios conjunturais de uma eleição marcada pela pandemia, em que a realização de campanhas de rua foi dificultada, em que houve um grande salto na participação de candidatos à reeleição, em que a proibição das coligações eleitorais

para vereador aumentou consideravelmente o número de candidaturas e em que as taxas de abstenção bateram recorde. Apesar da singularidade destas eleições, é importante considerar que são as disputas municipais que abrem o caminho para o pleito de 2022.

Ainda existiu uma dificuldade em medir a real dimensão que os movimentos têm na eleição de um candidato, isto é, se de fato o apoio dos movimentos analisados é imprescindível para que alguns de seus representantes se elejam, entendendo que muitos outros fatores são determinantes (por exemplo, o partido, a presença digital do candidato, o seu reconhecimento prévio pela população, a disponibilidade de recursos para o financiamento de sua campanha etc.). Muitos dos candidatos, inclusive, são parte de mais de um dos grupos analisados, o que impossibilita mensurarmos de fato qual o impacto de cada um deles – por exemplo, o prefeito eleito de Ascurra (SC), Arão Josino, é ex-aluno do RenovaBR, integra a rede RAPS e é membro do Movimento Agora. De qualquer forma, vale traçarmos um breve panorama do resultado alcançado pelos movimentos no último pleito.

Com exceção da RAPS e do Livres, as eleições de 2020 foram as primeiras municipais para a maioria dos grupos analisados. Embora nem todos tenham como finalidade a eleição de quadros, entendemos que houve um crescimento dos resultados quantitativos dos movimentos de renovação nestas eleições – não só um êxito dos movimentos, mas também em virtude do número de eleitos, que é maior em eleições municipais.

A RAPS obteve o seu melhor resultado em oito anos de história – das 187 lideranças que concorreram, 57 foram eleitas (17 para a Prefeitura e 40 vereadores)¹⁶, de 18 partidos diferentes, 48 cidades e 15 estados. Destas, 30% são mulheres e 18% são pretos ou pardos. Somados os dois turnos, as lideranças da RAPS receberam mais de 5,8 milhões de votos, 120% a mais que no pleito passado

16. Levantamento disponibilizado pelo site da RAPS. Disponível em: <https://www.raps.org.br/eleicoes-2020-com-sete-eleitos-no-2-turno-raps-passa-a-ter-17-prefeitos-e-40-veredores>. Acesso em: 8 jan. 2021.

(2.636.653 votos). Já o Renova, que tinha 1.032 ex-alunos concorrendo, elegeu 152 candidatos¹⁷: 12 prefeitos, dois vice-prefeitos e 138 vereadores. Entre estes, há filiados a 25 partidos, 22% são mulheres e 30% pretos e pardos. Eles irão representar 123 cidades, de 20 estados brasileiros, de todas as regiões.

Quanto ao Agora, o foco do grupo não estava na eleição de vereadores ou prefeitos – apesar de um de seus membros ter sido eleito para a prefeitura de Ascurra (SC). Seguindo às eleições, três de seus membros assumiram cargos técnicos – Marcelo Calero foi convidado a ser Secretário de Governo e Integridade Pública da cidade do Rio de Janeiro (RJ), deixando o cargo como deputado federal; a convite do novo Secretário de Educação do Rio de Janeiro (RJ), Teca Pontual assume como Subsecretária de Educação também do Rio; e Will Bueno assume a pasta de planejamento e infraestrutura de Divinópolis (MG).

O Livres conquistou uma prefeitura, em Mogi das Cruzes (SP), e elegeu 13 vereadores – 30% mulheres e apenas 7% de pretos e pardos. Todos os candidatos do Livres, somados, tiveram 388.762 votos. Os eleitos eram de oito partidos diferentes, de 11 cidades e sete estados. Já para o Acredito, foram 250 mil votos em 2020, que elegeram dois prefeitos e 16 vereadores, das 101 lideranças cívicas que se candidataram. Dos eleitos, 72% eram mulheres e 33% pretos e pardos, de 17 cidades diferentes, sete estados e 12 partidos. Membros do Acredito também assumiram cargos técnicos, com os novos mandatos, como Renan Ferreirinha, que deixa o cargo de deputado estadual para assumir como Secretário de Educação da cidade do Rio de Janeiro; Brenno Carnevale, que assume como Secretário de Ordem Pública também da capital fluminense; e Raphael Costa, que assume a Secretaria de Direitos Humanos de Niterói (RJ).

Os avanços numéricos dos grupos de renovação foram claros, mas é preciso considerar que a comparação

17. Levantamento disponibilizado pelo site do RenovaBR Disponível em: <https://renovabr.org/renovabr-tem-151-alunos-eleitos-em-123-cidades-do-brasil/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

direta entre as eleições gerais e as eleições municipais dificilmente pode ser feita sem ressalvas, considerando que o pleito municipal é mais capilarizado e possui uma competitividade relativamente menor entre as candidaturas. Pode-se afirmar que a grande vencedora destas eleições foi, de fato, a reeleição. Candidatos e eleitores tenderam à prática, em meio a tamanha instabilidade política, econômica e social provocada pela pandemia. De acordo com o artigo publicado pela *Folha de S.Paulo* em parceria com o Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (FGV Cepesp):

Assim, em 2020, dos 4.280 prefeitos eleitos em 2016 que poderiam se recandidatar, 3.214 (75,1%) o fizeram e, desse grupo, 1.993 (61,5%) foram bem-sucedidos. Ao longo das quatro eleições, é possível observar que a queda tanto nas tentativas de reeleição como no sucesso se reverteu em 2020, retomando padrão similar à 2008. Portanto, dadas as circunstâncias da pandemia, a reeleição dos prefeitos foi uma marca esperada destas eleições. (AVELINO, 2020)

Sendo assim, existem duas características que impulsionaram os movimentos de renovação em 2018 que não se repetiram nestas eleições: uma é o discurso *anties-tablishment*, uma vez que as circunstâncias da pandemia do coronavírus fizeram com que mais candidatos fossem reeleitos; a outra é a polarização. As eleições municipais, por sua amplitude, já tendem a ser menos polarizadas, e especificamente em 2020 as narrativas antipetistas perderam força, da mesma forma como os candidatos apoiados por Bolsonaro não tiveram bom desempenho no pleito. Cresceram, sim, os partidos de centro e centro-direita na liderança das prefeituras por todo o país.

Faltam apenas dois anos para as próximas eleições presidenciais e é importante entender como as tendências que marcaram 2020 se desdobrarão. As próximas eleições, ao contrário destas, colocarão em jogo os resultados do governo Bolsonaro e haverá um embate direto

com outras forças políticas de centro e centro-direita que têm se destacado – como é o caso do governador de São Paulo, João Doria, e mesmo do outsider Luciano Huck. A polarização deverá dar lugar a narrativas bolsonaristas e antibolsonaristas, e é preciso entender se os grupos de renovação e qualificação política terão fôlego para atuar neste novo espaço, em disputa ou ao lado destas novas figuras que atuam no espectro de centro ideológico da política. Para além disto, estarão em jogo os próprios mandatos dos parlamentares de renovação, que precisarão apresentar resultados após quatro anos de trabalho. Valerá entender o quanto estes mandatários conseguiram caminhar com a reforma interna do sistema político e se os eleitores estarão dispostos a apostar novamente neste discurso – especialmente se a renovação paradoxalmente se apresentar para uma reeleição.

5. Considerações finais

Ao analisarmos os movimentos de renovação e o cenário político no qual estes grupos se desenvolveram, é possível observar três fenômenos importantes após as eleições de 2020. O primeiro é a contínua indignação para com as instituições democráticas no país. Da mesma forma que a postura *antiestablishment* deu espaço ao surgimento de um novo ciclo de movimentos de renovação política no Brasil, subsequentes às manifestações da Primavera Árabe, às Jornadas de Junho de 2013, à instauração da Lava Jato e aos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff, ela também abriu caminho para a presidência de Jair Bolsonaro. A narrativa de indignação com a política tradicional, no entanto, no último caso leva a um caminho de autoritarismo e, no primeiro, à tentativa de resolução das falhas do sistema democrático com mais democracia, com uma busca por maior representatividade das lideranças e por uma maior proximidade com a sociedade civil. De qualquer forma, o debate público ainda não superou esta insatisfação com as instituições políticas.

O segundo fenômeno é o da polarização. A nar-

rativa que contrapunha os antipetistas e a esquerda no Brasil, com o PT distante dos grandes espaços de poder institucional, perde força. A forma polêmica que o governo Bolsonaro escolheu lidar com a pandemia, porém, faz surgir uma nova onda polarizadora – de bolsonaristas e antibolsonaristas, que curiosamente coloca do mesmo lado da disputa atores como Fernando Haddad (PT), Vem Pra Rua, João Amoêdo (NOVO), Ciro Gomes (PDT), Movimento Brasil Livre, Guilherme Boulos (PSOL) e Joice Hasselmann (PSL-SP). Esta nova divisão política do debate público ressoa como uma vitória do centro, que ganha ainda mais força com as eleições de 2020.

Por fim, o terceiro fenômeno que se enquadra é o apetite pela mudança. De 2014 a 2016, gestou-se na opinião pública um grande desejo de renovação e mudança de atores políticos, sobretudo numa crítica direta ao PT, que governava o país havia mais de dez anos. Esta onda, que catapultou os movimentos de renovação, porém, parece ter arrefecido em 2020. Por um lado, a corrida pelas câmaras municipais, que costumam ter uma composição partidária pulverizada e normalmente são espaços mais receptivos a nomes que nunca se candidataram, mostrou um cenário relativamente favorável aos movimentos. Apesar de proporcionalmente ainda serem um número pequeno nas câmaras, nestas eleições foram eleitas mais mulheres, mulheres negras e LGBTQ+s. Por outro, nestas eleições municipais, realizadas em meio a uma pandemia, regada a incertezas econômicas e sociais, o voto para as prefeituras foi completamente guiado pela conservação do status quo, dado os altos índices de reeleição. Será preciso aguardar para avaliar como estas tendências se desdobrarão até as eleições de 2022 e se os movimentos sairão fortalecidos ou enfraquecidos no novo cenário de disputa.

Referências bibliográficas

AVELINO, G. Análise da política não é ‘ciência de foguete’, mas... *Folha de S.Paulo*, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vo->

to-a-voto/2020/12/analise-da-politica-nao-e-ciencia-de-foguete-mas.shtml Acesso em: 17 jan. 2021.

BOGHOSSIAN, B. Reprovação aumenta e torna Temer o presidente mais impopular da história. *Folha de S.Paulo* 10 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-mais-impopular-da-historia.shtml> Acesso em 5 jan. 2020.

BRANDINO, G. *Com doações e parcerias, grupos de renovação elegem prefeitos e expõem dilemas*. *Folha de S.Paulo*, 5 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/com-doacoes-e-parcerias-grupos-de-renovacao-elegem-prefeitos-e-expoem-dilemas.shtml>. Acesso em: 8 jan. 2021.

BUCCI, E. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CASADO, José. Pesquisa mostra que eleitores rejeitam políticos investigados por corrupção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pesquisa-mostra-que-eleitores-rejeitam-politicos-investigados-por-corrupcao-21649512>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CIRO Gomes critica Tabata Amaral e chama movimento Acredito de 'partido clandestino'. *Huffpost*, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/ciro-gomes-tabata-amaral-pdt>. Acesso em: 7 fev. 2020.

EMÍLIO, S. *Movimento Acredito*. Entrevista concedida em 9 out. 2019.

ESTADÃO CONTEÚDO. Grupos de renovação política ganham força e incomodam partidos. *Metrópoles*, 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/grupos-de-renovacao-politica-ganham-forca-e-incomodam-partidos>. Acesso em: 6 fev. 2020.

GONTIJO, P. *Livres*. Entrevista concedida em 4 out. 2019.

LÉVY, P. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. *Polarização e desinformação online no Brasil*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2018. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. *Nova direita nas ruas?: uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes*

dos protestos antigoverno de 2015. Perseu: História, Memória e Política, São Paulo, n. 11, p. 169-180, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu11.-ORTELLADOPabloSOLANO.pdf> . Acesso em 9 jan. 2021.

PINTO, C. R. J. *Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política?* In: GOHN, M. G. (org.); BRINGEL, B. M. (org). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p.129-145.

SAFATLE, V. *Amar uma ideia*. In: HARVEY, D.; et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

SAKAMOTO, L. *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. In: MARICATO, E.; et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

TAVARES, J. Sob ameaça de expulsão, dissidentes enfrentam partidos por Previdência. *Folha de S.Paulo*, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/sob-ameaca-de-expulsao-dissidentes-enfrentam-partidos-por-previdencia.shtml>. Acesso em: 7 fev. 2020.

TAVARES, J. Sob ataque, movimentos de renovação política colidem com partidos e são copiados. *Folha de S.Paulo*, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/sob-ataque-movimentos-de-renovacao-politica-colidem-com-partidos-e-sao-copiados.shtml> Acesso em 10 jan. 2020.

A **Série Cidadania e Política**, editada pela **Oficina Municipal** em conjunto com a **Fundação Konrad Adenauer** traz publicações didáticas que se baseiam nos cursos oferecidos por nossa Escola de Cidadania e Gestão Pública desde 2008. Com estes livros, queremos oferecer aos participantes de nossos cursos, e de outras escolas de política e governo, um material rico onde possam aprofundar-se nos conteúdos e acessar as fontes bibliográficas mais relevantes para sua formação cívica e profissional, visando uma efetiva participação democrática, em especial, nos Municípios brasileiros. A forma compacta dos textos e do projeto gráfico desta Série fazem parte de um projeto político pedagógico marcado pela simplicidade, beleza e profundidade conceitual, que norteiam todas as atividades da Oficina Municipal. Esperamos que estes volumes atraentes e coloridos possam ser um estímulo à leitura e à reflexão pessoal em um mundo dominado pelas mídias eletrônicas e pelo consumismo de informações.